

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

A Casa e o Quartel: uma análise antropológica sobre o Exército e a Família na Academia Militar das Agulhas Negras.

Cristina Rodrigues da Silva

SÃO CARLOS/SP
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Cristina Rodrigues da Silva

A Casa e o Quartel: uma análise antropológica sobre o Exército e a Família na Academia Militar das Agulhas Negras.

Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner
Orientador

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos à obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

SÃO CARLOS/SP
2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S586cq

Silva, Cristina Rodrigues da.

A casa e o quartel : uma análise antropológica sobre o exército e a família na Academia Militar das Agulhas Negras / Cristina Rodrigues da Silva. -- São Carlos : UFSCar, 2010. 168 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

1. Família. 2. Militares. 3. Gênero. 4. Antropologia. I. Título.

CDD: 306.85 (20ª)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
Via Washington Luís, Km 235 - Caixa Postal 676
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil
Fone: (16) 3351-8371 - ppgas@power.ufscar.br



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Cristina Rodrigues da Silva

04/03/2010

Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. Celso Corrêa Pinto de Castro
Fundação Getúlio Vargas / FGV-RJ



AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner, amigo e orientador, pelo conhecimento, oportunidade e confiança no desenvolvimento deste trabalho, e de tantos outros no decorrer da graduação e do mestrado. A ele sou grata, sobretudo, pelo incentivo, amizade e generosidade demonstradas durante esses anos de minha formação acadêmica.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, aos professores que dele fazem parte, em especial ao Prof. Dr. Igor José de Renó Machado, pelo apoio, conhecimento e amizade; e à funcionária Nilce Helena Florêncio, por estar sempre disposta a me ajudar durante o mestrado.

A FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pela bolsa concedida no período de março/2007 a fevereiro/2009, para a realização da pesquisa que gerou este trabalho.

Aos professores Celso Castro (FGV/CPDOC) e Luiz Henrique de Toledo (UFSCar) pela compreensão, paciência e conhecimento compartilhado.

À Academia Militar das Agulhas Negras (Rio de Janeiro/RJ), em especial ao comandante General-de-Brigada Menandro, ao Coronel Velôzo, à Capitão Villardo e Capitão Cláudia, que viabilizaram uma importante etapa desta pesquisa.

A todas as pessoas que concederam parte de seu tempo para as entrevistas.

Aos colegas de profissão da UFSCar, em especial à Lauriani Albertini e Mariana Siena, pela amizade, apoio e comentários preciosos no período do mestrado.

Aos meus pais, Lindauro Rodrigues da Silva e Judite H. M. Rodrigues da Silva, pela confiança, pelo incentivo e apoio desde o início.

RESUMO

A dissertação tem como objetivo uma análise antropológica sobre a família do militar. Busca-se compreender a peculiar relação entre Exército e Família, em que a própria idéia de “Família Militar” indica ora o contingente militar da instituição; ora a família no seu sentido “privado” (cônjuge e filhos/as) e ora todos estes elementos juntos. Foi realizada uma pesquisa etnográfica na Aman (Academia Militar das Agulhas Negras – instituição do Exército brasileiro) e em sua respectiva vila entre 2007 e 2008, onde foram entrevistados casais que se configuram em três formas de família: casais em que só o marido é militar; casais em que ambos os cônjuges são militares e casais em que só a esposa é militar. Mostra-se que a vida dos familiares está vinculada à profissão do cônjuge militar, de tal modo que se verifica um “modelo de família militar” esperado e sendo operado (em alguma medida) pelo Exército e que reflete, em particular, o caso das famílias em que só o marido é militar. As demais formas familiares apresentam algumas “tensões” a esse modelo nativo, onde a principal fissura se dá na configuração de gênero da mulher. Mesmo assim, parece haver “adaptações” ao modelo nativo e esses novos arranjos permanecem atrelados à vida militar. Investiga-se processos de regulação formal, relações de troca (princípios de união e solidariedade entre as famílias), constrangimentos sociais (vigilância e fofoca) e, enfim, a construção de todo um aparato simbólico, na qual o Exército mapeia papéis, obrigações e benefícios das famílias dos oficiais. Logo, mostra-se que o Exército engloba as famílias. No entanto, é apontado também, que há um duplo movimento entre casa (aqui entendida como a família do militar – relação cônjuge e filhos/as, e parentes próximos) e caserna (relações do quartel). Não só a caserna determina relações na casa, como a casa determina relações na caserna.

Palavras-Chave

Militares, Família, Gênero, Antropologia.

ABSTRACT

The dissertation aims to accomplish an anthropological analysis on the family of the militaries. It seeks to understand the peculiar relationship between Army and Family, in which the very idea of "Military Family" indicates sometimes the military contingent of the institution; or the family in its "private" meaning (spouse and children) and sometimes all these elements together. An ethnographic research was carried out in Aman (Military Academy of the Agulhas Negras – an institution of the Brazilian Army) and in its respective village between 2007 and 2008, where interviews were performed with couples that are configured in three different ways of family: couples in which only the husband is a military; couples in which both husband and wife are militaries and couples in which only the wife is a military. It is shown that the life of the family is linked to the military occupation of the spouse, in such a way that there is an expected "military family model", being operated (to some extent) by the Army and that reflects, in particular, the case of the families in which only the husband is a military. The other familial forms present some "tensions" to this native model, where the main disruption occurs on the configuration of the woman's gender. Still, there seems to be "adjustments" to the native model and these new arrangements remain tied to the military life. It investigates cases of formal regulation, exchange relationships (principles of unity and solidarity among the families), social constraints (surveillance and gossip), and finally the construction of an entire symbolic apparatus, in which the Army maps roles, obligations and benefits of the officers' families. Thus, it is apparent that the Army embraces the families. However, it is also pointed out that there is a double movement between home (here understood as the family of the military - spouses and children relationship, and close relatives) and barracks (relations of the military bases). Not only the barracks determines the relations in the house, but also the house determines the relations in the barracks.

Key words

Militaries, Family, Gender, Anthropology.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFA – Academia da Força Aérea
Aman – Academia Militar das Agulhas Negras
CPOR/R – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
Eb – Exército brasileiro
ECEME – Escola de Comando e Estado Maior do Exército
ESAEx – Escola de Administração do Exército
EsAO – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
EsSEx – Escola de Saúde do Exército
EsPCEx – Escola Preparatória de Cadetes do Exército
FFAA – Forças Armadas
IME – Instituto Militar de Engenharia
PNR – Próprio Nacional Residencial
QCO – Quadro Complementar de Oficiais
SASAMAN – Serviço de Assistência Social da Aman

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Maquete de todo o complexo da Aman.....	104
Figura 2 – Retrato de moradia de oficial superior na Aman.....	105
Figura 3 – Casas de oficiais subalternos na Aman.....	105
Figura 4 – Casas localizadas na Vila dos Sargentos da Aman.....	106
Figura 5 – PNR destinada a oficiais subalternos em São Gabriel da Cachoeira/AM.....	113
Figura 6 – Folheto explicativo sobre o traje para o Baile do Espadim da Aman.....	168

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Porcentagem de cadetes filhos de civis e militares em cinco períodos.....	63
Quadro 2 – Porcentagem das três profissões mais recorrentes dos pais dos cadetes em dois períodos.....	64

Quadro 3 – Porcentagem de cadetes filhos de oficiais gerais, oficiais superiores e de oficiais subalternos e praças, em 1970, 1985, 2000-2002, 2004-2007.....	65
Quadro 4 – Parentes militares dos casais entrevistados.....	66

ANEXOS

Anexo 1 – Postos e graduações do Exército brasileiro.....	161
Anexo 2 – Descrição de dois eventos sociais da Aman.....	162

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
Parte I	
INTRODUÇÃO À PARTE I.....	07
1. ANÁLISE DOS ESTUDOS SOBRE MILITARES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS, EM ESPECIAL, NA ANTROPOLOGIA.....	08
2. UMA ANTROPÓLOGA ENTRE MILITARES, OU COMO ESTUDAR FAMÍLIAS SOB O CRIVO DA CASERNA.....	25
3. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE FAMÍLIA.....	46
3.1 Sobre a Família.....	46
3.2 Forças Armadas e Família no Brasil.....	57
3.3 A família militar em números	62
Parte II	
INTRODUÇÃO À PARTE II.....	68
4. A FAMÍLIA MODELO.....	70
4.1 Trajetórias de casais em que o marido é oficial do exército.....	70
4.2 Transferências territoriais.....	93
4.3 A vida nas vilas militares.....	100
4.2 O papel “público” das esposas de militares.....	113
5. UMA NOVA FAMÍLIA MILITAR?.....	121
5.1 Trajetórias de casais em que ambos são militares.....	121
5.2 Trajetórias de casais em que a esposa é oficial do exército.....	135
5.3 Militar, mulher, esposa, homem, marido: arranjos da família militar..	142
CONCLUSÃO.....	148
REFERÊNCIAS.....	154
ANEXOS.....	161

INTRODUÇÃO

- Apresentação do Objeto de Estudo

O projeto inicial desta pesquisa compreendia uma observação do cotidiano das famílias de militares (oficiais, cônjuges e filhos/as) e sua rede de relações, com o intuito de analisar suas formas de sociabilidade, bem como apontar dificuldades e facilidades em empenhar projetos familiares e individuais no contexto de uma instituição militar. O campo para a etnografia foi a Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) e sua respectiva vila militar, ambas localizadas em Resende / Rio de Janeiro.

A Aman é um estabelecimento de ensino de nível superior responsável pela formação básica dos oficiais combatentes da ativa do Exército brasileiro e, portanto, tem como função formar o “aspirante-a-oficial das Armas”, graduá-lo como bacharel em Ciências Militares e iniciá-lo na formação como chefe militar, durante quatro anos de curso¹.

A vila militar de Resende, que faz parte do complexo da Aman, é uma moradia mantida e organizada pelo Exército brasileiro. Possui 580 casas destinadas a oficiais (quadro de Armas, Complementar e Saúde), praças (cabos e sargentos) e funcionários civis, cujas vagas são condicionadas ao militar que possui família (cônjuge e filhos/as, todos considerados seus dependentes) e que trabalha na Aman. A escolha por estudar este universo vem do fato de que a Aman abriga um grande efetivo de militares e suas famílias (estima-se que há cerca de 12.000 habitantes, distribuídos entre alunos, militares, funcionários civis e dependentes dos dois últimos)², bem como uma movimentada vida social dessas pessoas (regada a bailes,

¹Essas informações foram retiradas do site http://www.aman.ensino.eb.br/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1. Acesso em novembro de 2008.

² Idem.

comemorações entre Armas ou Seções e eventos beneficentes) que poderiam nos propiciar um bom rendimento de pesquisa e convivência etnográfica.

A pesquisa, portanto, realizou-se na Aman entre os anos de 2007 e 2008, mas apresentou configurações e rumos um pouco diferentes do que inicialmente se objetivava com o estudo. Em 2007, no primeiro dia de investigação na Academia Militar das Agulhas Negras, tive uma reunião com o subcomandante da Academia, Coronel Velôzo, que me pronunciou as seguintes palavras: “*Estudar a família militar é querer saber as entranhas da instituição*”.

Embora já tivesse alguma bagagem bibliográfica e etnográfica³ com o que podemos chamar de “mundo militar” (características como condutas ponderadas, marcadas por preceitos de hierarquia e disciplina, linguajar e códigos próprios com gírias e insígnias, cerimoniais), a proposta de estudar as famílias de militares colocava-me numa nova experiência e *estranheza* antropológica, e a frase do coronel apontava duas premissas da visão de mundo dos militares que acabaram conduzindo/guiando o presente trabalho, tanto analítica como metodologicamente: a concepção (deles) de que a família do militar é parte interna da instituição e, conseqüentemente, a idéia de que é preciso “escondê-la”, mantê-la sob controle, na sua privacidade. A palavra “entranhas” carrega todo esse significado (no seu sentido figurado, é claro), de parte interior, “impenetrável” e “profunda” de algo, também indicada como o “coração”, “sentimento”, “ânimo”⁴.

Assim, falar de família, nesse caso, é também falar da instituição, ou melhor, segundo a fala do coronel, é revelar intimidades que possam mostrar fraquezas/fragilidades (o “coração”) de um corpo que se quer forte e guerreiro e que, à primeira vista, é marcado por um forte *ethos* de masculinidade. Ao passo também, que é revelar que até as intimidades (aqui entendidas como a vida pessoal do militar – relações: casa, lazer, esposa e filhos/as) podem ser tuteladas pela instituição.

³ Antropólogos que já escreveram sobre os militares (Castro, 1990; Leirner, 1997) e a pesquisa por mim realizada na graduação sobre mulheres militares (Silva, 2006).

⁴ Essas acepções da palavra “entranhas” encontram-se no Dicionário Houaiss (2009).

A ligação entre Exército e família processa-se de modo tão peculiar que o termo “Família Militar” (categoria nativa) é freqüentemente evocado pelos militares, para indicar ora o contingente militar da instituição (o elemento “profissional” – todos os militares); ora a família no seu sentido “privado” (cônjuge e filhos/as), e ora todos estes elementos juntos (a grande “Família Militar” – militares e seus dependentes).

O fato, portanto, de que a corporação entende que a família é uma extensão da caserna (quartel), fez com que a minha presença em Resende e a apreensão dos dados como pesquisadora fosse conduzida da mesma forma: de modo tutelado e institucional. Minha inserção ao campo, que será descrita e analisada no capítulo 2, foi marcada por um certo “controle” da instituição, no sentido de que era sempre preciso ter contato e negociar com a Academia para se chegar às famílias de militares; logo, minha agenda, planejamento e organização da pesquisa acabaram, de certa forma, condicionados pela disponibilidade da Academia em “abrir as portas” para uma pesquisadora de fora. Esta situação não é exclusividade de minha pesquisa, pois, em um levantamento bibliográfico sobre estudos militares, Coelho (1985) já escrevia que há uma dificuldade em ter acesso a dados e aspectos internos da instituição militar, do mesmo modo que o próprio “controle” e as disposições de militares em serem pesquisados merecem e já foram objeto de reflexão de outras etnografias de militares (Castro, 1990; Leirner, 1997; Castro & Leirner, 2009).

A relação com o campo alterou a proposta inicial do trabalho e não foi possível estabelecer um convívio com as famílias que fosse o suficiente para uma análise detalhada de suas práticas cotidianas, mas, em contrapartida, mostrou um rico material para análise dos discursos das famílias (casais) e dos militares⁵.

Esta dissertação trata, portanto, de uma análise antropológica da relação entre Exército e Família, de modo a explorar o porquê da grande importância e cuidado que os militares têm com suas famílias e a própria noção

⁵ Alterar as premissas iniciais de um trabalho depois da etnografia não é, certamente, uma particularidade de quem estuda os militares. Todo etnógrafo está sujeito a isso, embora seja interessante ressaltar que, devido à escassez de estudos nessa área, temos menos “protocolos” que ajudariam em certas concepções que orientam os rumos de uma etnografia.

que ambos têm sobre uma idéia de família. Mostra-se que a vida dessas famílias está vinculada à profissão do cônjuge (militar), de tal modo que se verifica um “modelo de família militar” esperado e sendo operado em alguma medida por essas pessoas e, principalmente, pelo Exército.

Busca-se mostrar as características desse modelo (nativo) e indicar o modo como são socializadas as famílias ao “mundo militar”; bem como revelar outras configurações de família que podem ser encontradas neste meio; de forma a nos proporcionar uma melhor compreensão a respeito dos militares (e sua visão de mundo).

Para então viabilizar esta análise, estive na Aman num total de 21 dias, divididos em visitas de dois a sete dias entre os anos de 2007 e 2008. Realizei 19 entrevistas com casais (marido e mulher) em que um dos cônjuges, ou *ambos*, é (são) militar(es) do Exército, além de conversas informais com outros oficiais. Também participei de eventos sociais (baile militar, confraternizações e um congresso de estudantes civis e militares realizado na Academia em 2008) e de uma reunião da organização beneficente administrada por esposas de militares.

Além do trabalho na Aman, participei de congressos (alguns da área de ciências sociais e antropologia e outros sediados em instituições militares) onde tive a oportunidade de conversar com militares e/ou pessoas que eram de algum modo, envolvidas com o tema ou com militares. Como fonte bibliográfica procurou-se etnografias e análises realizadas nas Forças Armadas, sobretudo brasileiras, e bibliografias de família e gênero, a fim de buscar relações entre essas abordagens.

As experiências de pesquisa acima mencionadas serão descritas de forma detalhada no capítulo 2.

O texto seguirá a seguinte estrutura:

- No Capítulo 1 abordam-se, de forma sumária, os antecedentes bibliográficos acerca dos estudos sobre militares e gênero e Forças Armadas nas ciências sociais brasileiras (com ênfase na antropologia).

- No Capítulo 2 será descrita a experiência de campo, buscando reflexões sobre a relação entre pesquisador/pesquisado no contexto estudado.
- O Capítulo 3 divide-se em duas partes: na primeira apresenta-se, resumidamente, a trajetória da bibliografia sobre família na antropologia e a literatura existente sobre família militar no Brasil. Na segunda parte serão mostrados dados acerca da origem social dos entrevistados e dos cadetes da Aman, de modo a contribuir para a incipiente discussão acerca da origem social dos militares no Brasil.
- O Capítulo 4 trata das famílias cujo marido é oficial militar do Exército, apresentando suas trajetórias e aspectos gerais sobre o modo de vida das famílias de militares (alta mobilidade geográfica, as vilas militares, o papel das esposas, o emprego do termo “Família Militar”). Com isso, procuramos mostrar como parece constituir-se a idéia de pertencimento das famílias ao meio militar, de modo a revelar um modelo nativo de família militar sendo operado pelo Exército.
- No Capítulo 5 serão mostradas as trajetórias das famílias em que ambos, ou só a mulher, é (são) oficial (oficiais) do Exército. Procurar-se-á mostrar algumas comparações com relação às famílias tratadas no capítulo 4 e, sobretudo, revelar que esses novos arranjos de família podem vir a causar tensões no modelo “padrão”, principalmente no que se refere à relação entre masculino/feminino.
- No Capítulo 6 serão realizadas algumas considerações finais a respeito do tema abordado, indicando como casa e caserna estão intimamente ligados.

Destaca-se que este trabalho é uma ampliação de minha pesquisa de iniciação científica (Silva, 2006)⁶, que procurou compreender as formas de masculinidades e feminilidades geradas com as mulheres nas Forças Armadas brasileiras. De forma mais ampla, a investigação está inserida no grupo de estudo *Antropologia do Estado e da Guerra* (cf. Diretório dos grupos de pesquisa no Brasil – CNPQ), e no projeto FAPESP, *As formas da hierarquia, poder e reciprocidade nas modernas cadeias de comando*, ambos sob coordenação do Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner (DCSo/PPGAS /UFSCar)⁷.

⁶ A pesquisa de iniciação científica foi financiada pela FAPESP no período de 05/2005 a 12/2006, processo FAPESP nº 05/51331-0.

⁷ O projeto FAPESP foi executado entre 2004 e 2008.

I PARTE

Esta parte da dissertação divide-se em três capítulos que abarcam: a) um debate teórico a respeito dos estudos militares no Brasil; b) o modo como a pesquisa de campo foi realizada pela pesquisadora; e c) um breve exame dos estudos sobre família na antropologia. Partindo dessas discussões, pretende-se no decorrer do trabalho, uma análise dos dados de campo e uma maior compreensão a respeito da família militar no Brasil.

1

ANÁLISE DOS ESTUDOS SOBRE MILITARES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS, EM ESPECIAL, NA ANTROPOLOGIA

Este capítulo pretende apresentar, sinteticamente, a bibliografia acerca dos estudos sobre militares e gênero e Forças Armadas nas ciências sociais brasileiras (em especial, na antropologia). A intenção é levantar alguns pontos que serão discutidos no corpo do texto.

As Forças Armadas (FFAA) como objeto de estudo das ciências sociais brasileiras, foram inicialmente muito mais estudadas pela ciência política e sociologia. O interesse por parte dessas grandes áreas geralmente ocorreu a partir do advento do golpe militar no Brasil na década de 60, e da sucessão, nessa mesma época, de governos militares em quase toda a América do Sul. A maioria da produção acadêmica nesse período trata de estudos sobre o envolvimento militar na política, abordando as relações entre as Forças Armadas (em especial o Exército) e o Estado brasileiro (destacam-se discussões acerca dos golpes de Estado; da presença dos militares como atores políticos significativos em vários períodos de crise política no Brasil; da transição do regime militar para a democracia; e das relações “civis-militares”). Alguns dos trabalhos mais relevantes produzidos nesse período são de Edmundo Campos Coelho (1976), José Murilo de Carvalho (1978; 1983), Alfred Stepan (1975), Alexandre Barros (1978), Vanda Maria Ribeiro da Costa (1985)⁸.

⁸ O presente texto reconhece o grande valor desses autores para a área de estudos militares no Brasil, mas não pretende entrar em detalhes e reflexões maiores sobre seus trabalhos – salvo casos em que estes forem relevantes para pensar a proposta da dissertação (famílias de militares no Exército brasileiro), visto que nosso foco está numa análise (preferencialmente) antropológica do tema. Mas, para uma análise das diferenças e abordagens específicas desses expoentes, ver Coelho (1985) e Zaverucha e Teixeira (2003) – duas revisões bibliográficas sobre o estudo das Forças Armadas sob o viés da ciência política e sociologia no Brasil.

Em parte, estes estudos problematizaram e levantaram questões que foram tema de discussão da sociologia militar, vertente que foi desenvolvida principalmente nos Estados Unidos a partir dos anos 50. Destaco os livros clássicos de Huntington (1996[1957]), Janowitz (1967[1960]) e Mills (1975[1956]) que, ao enfatizarem uma análise da organização social militar (em especial, nas forças armadas norte-americanas), investigaram questões como a socialização e mentalidade militar; o processo de profissionalização dos exércitos ocidentais e as relações Exército e Estado – com atenção a uma análise da subordinação dos militares ao poder civil.

Assim, os autores brasileiros acima citados encontraram, principalmente por conta do debate sociológico norte-americano, uma perspectiva inédita e viável de análise para a compreensão dos militares, buscando dados relacionados à “estrutura organizacional militar”, seu “recrutamento”, “efetivos” e “origem social”. No entanto, estes trabalhos ainda “se situam na equação cujos termos estão na relação entre militares e sociedade a partir do horizonte do poder hegemônico do Estado” (LEIRNER, 1997, p.10 -11).

Por volta dos anos 90, surgiram outras questões e uma nova perspectiva de análise, cujo foco incidia na visão “interna” da organização militar. Tratava-se de compreender a rotina cotidiana dos militares e a construção da sua identidade, a partir da perspectiva antropológica que parte de um recorte e uma análise proveniente dos “dados nativos”⁹. Neste momento, portanto, buscava-se compreender as “categorias nativas” essenciais dos próprios militares e pensar como se caracteriza sua visão de mundo (CASTRO & LEIRNER, 2009, p.8).

Assim, ao olhar as FFAA de um ponto de vista de dentro da caserna, em parte retomando elementos da sociologia militar (socialização e

⁹ Sob a preocupação de sistematização acadêmica da instituição militar a partir de falas ou dados “internos”, destaca-se também o surgimento de estudos a partir de entrevistas diretas com militares que buscavam a construção e análise da memória militar (Castro e D’Araújo, 2001; D’Araújo, Castro e Soares, 1994a, 1994b e 1995; D’Araújo e Castro, 1997; Couto, 1999; Gaspari, 2002a, 2002b, 2003 e 2004, dentre outros). No entanto, grande parte dessas discussões concentrou-se no papel dos militares na política, principalmente nos chamados eventos militares politicamente relevantes no Brasil, como o regime militar de 1964-1985.

mentalidade militar)¹⁰, mas também imbricando etnografia com questões de hierarquia e disciplina militar, passou-se no campo de estudos das ciências sociais brasileiras a se falar numa incipiente “antropologia dos militares”. Celso Castro (2004[1990]) e Piero Leirner (1997; 2001) foram os primeiros a adotar essa perspectiva, e assim, os pioneiros no estudo antropológico dos militares brasileiros - e esta é a análise e bibliografia que nos interessa em especial para a pesquisa.

Celso Castro buscou uma investigação sobre a formação da identidade social do militar, o que chamou de “espírito militar”, realizando uma etnografia na Aman (Academia Militar das Agulhas Negras – Resende/RJ). Ao entrar na academia militar o “cadete”¹¹ vivencia, através de uma série de ritos expiatórios, um processo de socialização profissional durante o qual deve apreender valores, atitudes e comportamentos adequados à vida militar tais como: “a entonação da voz (clara e firme); o olhar direcionado para o horizonte e não para baixo(...); relação peso X altura equilibrada (...); usar os cabelos curtos, o uniforme impecavelmente limpo; um linguajar próprio (...); senso de honestidade e ‘retidão’ de caráter; preocupação com causas ‘nobres e elevadas’ (‘pátria acima de tudo’); respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia”¹²; precisão e rapidez nos movimentos, vigor físico, solidez moral.

Essas condutas e princípios acabam por condicionar tanto a vida profissional quando pessoal do cadete, num processo que ocorre em relativo

¹⁰ Por mentalidade militar, Huntington (1996 [1957]) compreendia um conjunto de valores (lealdade, cumprimento do dever, renúncia, dedicação), atitudes, opiniões e visão do militar, atentando que essa mentalidade “é disciplinada, rígida, lógica e científica, e que não é flexível, tolerante, intuitiva nem emocional” (Idem, p.78). O autor ainda argumenta que na prática, esses ideais eram descrições quase verdadeiras, pois os militares eram profissionalizados a agirem da mesma forma durante um longo período de tempo (o meio de socialização da profissão) que tenderiam a desenvolver hábitos característicos e internalizar valores desse pensamento. Para Mills (1975 [1956]), os “modernos senhores da guerra”, como ele denomina os militares, parecem-se interna e externamente e são produtos de um sistema educacional fechado, com sua própria experiência controlada por um código e uma seqüência de posto. Assim, a socialização militar decorre de um treinamento burocrático especializado, que abrange um sistema de escolha formal e de experiências, atividades e amizades em comum. Tudo isso dentro de rotinas semelhantes, que são marcadas também pela disciplina que significa a obediência instantânea e estereotipada dentro da escala de comando (Idem, p. 234).

¹¹ Cadete é o grau pelo qual passam os alunos que se tornarão os futuros oficiais de carreira.

¹² CASTRO, 2004, p.44.

isolamento ou autonomia¹³, proporcionando a passagem do cadete de uma “vida civil” para uma “vida militar”. É notável, inclusive, que a socialização militar ocorre imbricada a uma “dessocialização” da vida civil, o que implica que ao entrar neste mundo, várias das modalidades da vida cotidiana devam passar também pelo crivo de seu aspecto “militar”: por exemplo, uma das mais importantes é justamente a idéia de “família militar”. E assim, a própria distinção construída pelos militares entre “eles” (militares) e os “civis” (os não militares ou *paisanos*¹⁴) é entendida como o passo primordial para a formação de uma identidade, de um “espírito militar” nos futuros oficiais de carreira.

Castro define a instituição militar como “totalizante”¹⁵: “uma experiência totalizadora e básica para a identidade militar: a da preeminência da coletividade sobre os indivíduos. O resultado é a representação da carreira militar como uma ‘carreira total’ num mundo coerente, repleto de significação e onde as pessoas ‘têm vínculos’ entre si” (CASTRO, 2004, p.46. ênfases do autor). Assim, é notado pelo autor que a instituição detém certo controle e conhecimento da vida do indivíduo que nela está inserido. O “espírito militar”, portanto, compreende valores de preeminência da coletividade, hierarquia, espírito de união e camaradagem entre os militares que acaba se estendendo para além das fronteiras profissionais do quartel, e abarca a vida pessoal, familiar, círculo de amigos, etc. dos militares.

No entanto, apesar da separação entre militares e paisanos ser o passo instaurador do “espírito militar”, há outras distinções – que Castro denomina como outros espíritos militares – que operam no registro das

¹³ As academias militares, em sua maioria funcionam em regime de internato e, portanto, organizam suas atividades de forma intensa e exigente; atividades diárias que compreendem formaturas, aulas, reuniões, exercícios físicos, manobras e inspeções. Informações disponíveis no site do Exército Brasileiro: <http://www.exercito.gov.br/>. Acesso em 05 de novembro de 2008.

¹⁴ O termo “paisano” é usado informalmente e de forma depreciativa entre os militares quando se referem aos civis e nos mostra que a distinção entre “mundo militar” e “mundo civil” é marcada, segundo a visão de mundo do primeiro, por uma série de categorias valorativas em que aspectos positivos marcam o meio militar e negativos são atribuídos ao meio civil. Por exemplo, Militares – “Aman/ ‘Aqui Dentro’ = Seriedade (...), boa apresentação pessoal, linguajar correto...” Vs. Paisanos – “Faculdade/ Lá Fora = Falta de Seriedade (...), má apresentação pessoal (...), displicência...” (CASTRO, 2004, p. 44).

¹⁵ Castro (2007) distingue o termo “totalizante” do termo “total” utilizado por Erving Goffman (1974), argumentando que algumas das suposições do conceito de “instituição total”, como a divisão entre “equipe dirigente” e “internados” e a pressuposição de uma “tensão persistente” sobre os “internados” para exercer um maior controle sobre eles, não se adequariam ao caso da socialização militar.

relações internas das FFAA: “os espíritos das Armas”¹⁶ e “os espíritos das Forças” (Força Terrestre – Exército; Força Aérea – Aeronáutica; Força Naval – Marinha). Isso significa que há traços diferenciais – regras e condutas características – que cada Arma e/ou Força compartilha entre si que produz e acrescenta mais identificações aos militares. No primeiro caso, por exemplo, temos que a Infantaria é caracterizada por ser mais vibrante¹⁷, disciplinada e guerreira (tida na escala como a “mais militar” de todas, com “espírito forte”), enquanto que a Intendência é vista como mais “calma”, burocrática, técnica, mais “mente aberta”, menos combatente (logo, com “espírito fraco”).

No segundo caso, o Exército aparece como tendo o espírito “mais militar” (“mais combatente”, “mais bruto”), enquanto que a Marinha aparece como “mais técnica” e “elitista”, e a Aeronáutica como “mais calma” e “mais paisana” (CASTRO, 2004, p.98). Há uma série de jocosidades e rivalidades entre as Armas e/ou Forças que, em determinados contextos se unem ou se desagregam, lembrando em parte os segmentos *nuer* observados por Evans-Pritchard (1978). Por exemplo, Infantaria se vê rivalizando contra Cavalaria, mas em relação à Marinha elas podem se agregar.

Castro atenta aqui para um caráter dinâmico desses espíritos, de forma que “a idéia é que o ‘espírito militar’ não é uma constante, mas sim um sistema segmentário em relação ao qual o valor de cada um dos espíritos se define” (Idem, p.102). Assim, esses múltiplos espíritos, ainda que de escala menor, são de igual natureza e a identidade militar é construída por contraste¹⁸ através de movimentos de fissão e fusão dos espíritos, cuja “situação zero” e fundamental é a oposição entre militares e paisanos.

Seguindo esta problemática, Piero Leirner realizou uma pesquisa na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e procurou

¹⁶ São consideradas Armas: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Intendência, Comunicações e Material Bélico. “A rigor, Intendência e Material Bélico não são oficialmente consideradas como Armas e sim, respectivamente, ‘Serviço’ e ‘Quadro’. No entanto, como na linguagem cotidiana dos cadetes [*e de todos os militares, no geral*] essa distinção não é feita, serão aqui tratadas como Armas”. (CASTRO, 2004, p.170)

¹⁷ “O momento da *vibração* é um momento de totalização, quando a pessoa se sente integrada num todo ‘de corpo e alma’, é ‘o que dá a vontade de ser militar’” (CASTRO, 2007, p.6).

¹⁸ Ressalta-se que tanto Castro quanto Leirner utilizam a noção de identidade contrastiva, que se encontra formulada, entre outros, em Roberto Cardoso de Oliveira (1976) e Manuela Carneiro da Cunha (1985).

mostrar que o registro central na vida militar é operado pela hierarquia, estabelecida como uma espécie de "fato social total"¹⁹: ela representa um princípio formador de identidade coletiva que estabelece uma fronteira clara com o mundo "de fora", ao passo que também estruturaria as relações internas aos próprios militares. A hierarquia militar seria

(...) o princípio primeiro de divisão social de tarefas, papéis e *status* dentro do Exército, determinando as condutas e estruturando as relações de comando-obediência, sistematizando a ação e a elaboração do conhecimento militar e mapeando o modo como as relações de poder devem estruturar-se. (...) a hierarquia é a base sobre a qual se exteriorizam cotidianamente sinais de respeito, honras, cerimonial, continências, ordens e comandos (...). Pode-se dizer que é a partir dela que se espelham as relações sociais e a visão de mundo dos militares. (LEIRNER, 1997, p. 52-53).

O modo de constituição dessa hierarquia militar²⁰ partiria da articulação numa única forma hierárquica de dimensões ditas "holistas" e "individualistas": uma "hierarquia específica"²¹, onde há uma organização sociologicamente "holista" (reforçada pela existência de uma série de normas para o comportamento em todos os setores da vida militar, com regras prescritas para a entrada em recintos fechados e abertos, estabelecendo uniformes específicos para cada tipo de ocasião, com uma maneira específica para agir em cada situação da vida militar) que se combina, ao mesmo tempo, a elementos individualistas, tais como a abertura a estratégias individuais de ascensão na cadeia de comando, a adesão a mecanismos universalistas como

¹⁹ Leirner retoma aqui uma categoria clássica de Marcel Mauss (1974), em que as várias dimensões da vida social (religiosa, política, jurídica, familiar etc.) entrecruzam-se, estando integradas a uma totalidade.

²⁰ Para pensar sobre a hierarquia militar, Leirner apoiou-se nos estudos de Louis Dumont (1992; 1993) sobre a idéia de uma relação hierárquica entre hierarquia e igualitarismo. Esses dois pólos (indivíduo e totalidade social) coexistiriam numa hierarquia de valores, na qual, dependendo da sociedade, um engloba o outro – Dumont denominou essa relação como *englobamento do contrário* (LEIRNER, 2003). Já no caso da hierarquia militar, o que Leirner (2001) parece sugerir seria uma espécie de movimento híbrido, uma hierarquia individualista ou um individualismo hierárquico, contrapondo-se inclusive à noção dumontiana de que as hierarquias de cadeias de comando são "suplementos artificiais" ao individualismo reinante.

²¹ Uma hierarquia "capaz tanto de abarcar o 'todo', como um *princípio geral*, quanto o indivíduo, como *segmentação que determina o lugar pessoal que se deve ocupar*. Nesse sentido, ainda assim se poderia argumentar que esse indivíduo não vai além da expressão de uma coletividade, tal como ocorre, segundo Dumont, em sociedades tradicionais (LEIRNER, 1997, p. 116. grifos do autor)".

o mérito, a aplicação de preceitos individualistas como a igualdade “natural” de direitos, entre outros.

Ressalta-se que esses elementos individualistas aparecem combinados à lógica hierárquica da totalidade. Como mostrou Leirner

Todos os militares, portanto, têm como parâmetro as regras e conceitos prescritos no plano da doutrina que se reverte para a disciplina, como requisito básico para o bom funcionamento do corpo como um todo. (...) No caso da hierarquia militar, a ação individual encontra um rol de possibilidades já limitado por uma pré-possibilidade, restrita ao comportamento prescrito ou disciplinado, de se elaborar estratégias próprias de ascensão. Muito dificilmente é possível haver uma diferenciação das possibilidades individuais em relação aos princípios gerais prescritos, como, por exemplo, “mudar de arma” (como nós podemos mudar da sociologia para a antropologia, por exemplo), quando se prescreve que o oficial deve permanecer na arma de ingresso. E, finalmente, a ação individual jamais encontra a possibilidade de ser uma ação transformadora, no sentido de que um indivíduo possa “criar” uma nova arma, uma nova patente ou unidade de combate. Neste sentido, trata-se aqui, sem dúvida, de uma forma muito particular de individualismo. (2001, p.143-144)

Assim, a hierarquia seria um mecanismo de classificação total da realidade dos militares, dando à instituição militar um caráter de organização *totalizante* – como já sugerido por Castro. Os militares passam a ser percebidos como “partes” voltadas para essa totalidade, compartilhando de um mesmo *mundo social* e agindo conforme os preceitos da disciplina. A disciplina passa a ser entendida como *substância* da estruturação hierárquica militar, que molda a maneira de agir e movimentar desses atores, estabelecendo permissões e restrições, modos de comunicação, que dizem respeito ao lugar que cada pessoa ocupa na cadeia de comando. Por exemplo, há um protocolo militar que permite o convívio e relacionamento com militares de mesmo círculo hierárquico, ao passo que o relacionamento entre círculos diferentes é caracterizado como “promiscuidade hierárquica” e deve ser evitado; logo, “a regra disciplinar coloca que o militar pode relacionar-se abertamente de forma endogâmica, e de maneira restrita fora de sua patente”. (LEIRNER, 2001, p. 152).

Toda essa discussão sobre a organização e formação da identidade militar com relação à sua “hierarquia específica”, à preeminência da

coletividade sobre os indivíduos, o processo de “afastamento do mundo civil” e um controle imposto da organização militar sobre seu efetivo, nos leva a uma primeira observação sobre as famílias de militares, no sentido de que se há uma relação particular entre indivíduo e instituição, traduzida pelo caráter totalizante da organização militar, também se pode falar de uma relação peculiar entre FFAA e família.

Assim, de modo geral, enquanto no universo individualista a família é tomada como algo “externo” às carreiras, profissões e a uma “dimensão pública” da vida social, podemos notar que na vida militar a família é vista como “interior” à instituição. E daí o termo “Família Militar” (categoria nativa) ser correntemente utilizado pelos militares, para evidenciar ora a identidade do grupo (a instituição militar como um todo); ora a família no que diz respeito a cônjuge e filhos/as e ora todos estes componentes juntos.

Neste momento é importante ressaltar que as fronteiras simbólicas entre “mundo militar” / “mundo civil” e “dentro” / “fora”, estão longe de se referirem a uma visão reducionista por parte dos antropólogos, pois são, sobretudo, categorias nativas essenciais com as quais se baseiam a visão de mundo dos militares²². É a partir das relações que os militares estabelecem entre si e com os outros no cotidiano, que podemos perceber como sua identidade, valores e comportamentos são constantemente formados e atualizados.

Há ainda que mencionar as faces pública e privada do Exército, na medida em que de um lado, a instituição deve servir aos interesses nacionais, sendo subordinada a um Estado²³ e, por outro lado, o Exército

²² Como Castro argumenta, “o ‘civil’ é uma invenção dos militares. Não sou ‘civil’, a não ser quando estou diante de militares e quando sou assim classificado por eles. (...) Para qualquer militar, porém, ser ‘militar’ necessariamente aparece entre os primeiros atributos, se não como o primeiro. (2009, p.25. ênfases do autor.).

²³ Acrescenta-se a essa discussão entre Estado e Exército, o trabalho que Leirner realizou em 2001 e que remete a totalidade da instituição militar a uma unidade ainda maior: a guerra. O autor procura demonstrar que os exércitos têm uma temporalidade específica que existe em relação à guerra que é entendida como um sistema de trocas simbólicas entre exércitos que se relacionam enquanto afins ou inimigos, possuindo uma gramática comum: a hierarquia. A guerra, portanto, é pensada enquanto uma realidade que transcende o Estado e a política. Logo, os exércitos estariam voltados para essa relação externa ao Estado – mesmo que também atuando como subordinados deste – e assim, há a idéia de que a guerra não opera somente em função do Estado, mas também em uma dimensão paralela a ele.

aparece como um “grupo” com conduta, estilo de vida e marcas “próprias” mas que, sobretudo, tem o patriotismo como um ideal que é preciso defender a qualquer custo. O que busco atentar aqui e com o argumento dos autores supracitados é que se sabe que os militares pertencem ao mundo da *polis*, transitam por outros “grupos” e espaços sociais, tendo, por exemplo, origens sociais, econômicas e religiosas diversas. No entanto, eles vivem e caracterizam-se numa cosmologia, temporalidade e historicidade próprias²⁴, tendo na hierarquia um dos registros que permeia toda uma classificação da realidade desses atores e cuja diferenciação com o mundo civil – sua relação com esse mundo – é fundamental para a constituição de uma identidade militar.

A preocupação em compreender os mecanismos inerentes à instituição militar e a dinâmica tanto interna quanto externa (relação com universo exterior) que se opera na corporação, também proporcionou pensar o tema das FFAA imbricado com outras questões, como o gênero. Estudos na área de ciências sociais que relacionam estas duas esferas começaram a surgir quando as FFAA da maioria dos países ocidentais (países membros da Otan e países da América Latina) passaram a admitir mulheres em seu interior, atribuindo a elas o estatuto profissional militar.

Este fenômeno verificou-se a partir da década de 70 do século XX, e pôde ser viável devido: a) ao momento em que princípios de igualdade e democracia se tornaram vigentes na maioria dos países; b) à mudança na forma de fazer a guerra (mudanças tecnológicas e administrativas) e c) ao fator “psicossocial” relacionado à questão do (des)prestígio da profissão militar e da

²⁴ Utiliza-se a idéia de uma “cosmologia nativa” à medida que a visão de mundo militar é entendida enquanto um sistema e elaborada a partir de um fundamento totalizante, aonde todos os elementos aparecem em relação a um conjunto e não como partes isoladas (LEIRNER, 2001, p.24). Com relação a uma temporalidade e historicidade próprias, além das etnografias de Castro e Leirner, temos um outro livro de Castro (2002) que procura mostrar através de três grandes tradições do Exército brasileiro (o culto a Caxias como seu patrono, a vitória sobre a Intentona Comunista de 1935 e o Dia do Exército) como o próprio Exército *inventa-se* enquanto instituição, expressando coesão e estabilidade através de cerimônias e símbolos que remetem a um passado, na maioria das vezes, “heróico” e “ideal”. Ressalta-se que o termo “invenção”, de acordo com o autor, “busca (...) enfatizar o caráter de permanente invenção da cultura humana. Mais correto seria falarmos de uma *tradição da invenção*, pois esses elementos simbólicos são permanentemente reinventados e atualizados em diferentes contextos históricos.” (CASTRO, 2002, p.11) – idéia esta que remete aos argumentos de Roy Wagner (1981) de uma *invenção da cultura*.

percepção dos agentes sobre a função dos militares²⁵ (D'ARAÚJO, 2004 e MATHIAS, 2005). As FFAA dos países supracitados, cada uma ao seu modo, em maior ou menor grau, incorporaram as mulheres aos quartéis em especialidades e funções diversas, mas, sobretudo, nos quadros complementares de apoio administrativo e de saúde. Mesmo sendo incorporadas em alguns quadros permanentes (Armas), em diversos países elas ainda são deslocadas das funções de combate e de galgar ao topo da carreira (CARREIRAS, 2004; D'ARAÚJO, 2004)²⁶.

A presença feminina nas FFAA é um fenômeno recente e vem gerando uma série de novos debates e polêmicas na área acadêmica no cenário mundial. Van Creveld (2004), por exemplo, defende a tese de que as mulheres nas FFAA quebram a coesão militar, tornando a profissão mais “frouxa”, e, por isso, elas constituem um acontecimento perigoso para a corporação. Da mesma forma, Janowitz (1967 [1960]) compara a incorporação das mulheres ao corpo militar como uma espécie de “paisanização” da instituição, o que diluiria a comunidade militar que, segundo ele, sempre foi tradicionalmente baseada numa solidariedade masculina.

Assim, há a integração, mas ainda há uma série de limitações para um desenvolvimento pleno da carreira delas como militares que, na maior parte das vezes, recai sobre a secular associação de mulheres com feminilidade e paz, e de homens com masculinidade e guerra – dupla associação que tem profundas raízes na maior parte das sociedades (CARREIRAS, 2004). Desse modo, pode-se observar que

²⁵ Sobre a questão do desprestígio temos que devido a pouca atração que a corporação militar passou a ter para os jovens do sexo masculino após a Segunda Guerra Mundial, foi preciso que as FFAA mundiais repensassem novas formas de recrutamento de pessoal, permitindo uma reestruturação nessas instituições e possibilitando a entrada de mulheres. (CARREIRAS, 1997)

²⁶ No Brasil, as FFAA passaram a admitir mulheres em sua corporação, de forma voluntária, a partir de 1980 na Marinha, 1982 na Aeronáutica e 1992 no Exército. A Aeronáutica é a única a admitir mulheres como cadetes (formação profissional em uma academia militar) bem como a única a incorporá-las no quadro da Aviação, aonde, num futuro, espera-se que elas tenham acesso a funções de combate. (SILVA, 2006). Uma análise mais detalhada sobre o processo de integração das mulheres nos quartéis nos países já citados no texto, indicando as áreas de atuação e evolução dessa atuação feminina, encontra-se nos estudos de Segal, 1999; Carreiras, 2006; D'Araújo, 2004 e Mathias, 2005.

A imagem da mulher desempenha um papel crucial na própria definição do militar, na medida em que funciona como alteridade referencial: para além dos modelos masculinos do “herói”, do “verdadeiro homem”, o soldado é muitas vezes confrontado com imagens negativas, de mulheres ou homossexuais, utilizadas para representar as qualidades fracas ou ineficazes do recruta (...) a não masculinidade é equacionada como ineficácia e passividade; e masculinidade como poder e agressão. Contudo, o jovem soldado não se transforma facilmente no lado masculino da equação, pois, na submissão à autoridade que lhe é requerida, ele assume um papel tipicamente feminino. Essa tensão no centro do imaginário serve a organização militar na medida em que a insegurança que gera apenas poderá ser contrabalançada pela prova da masculinidade (...) (Idem, p.180)

Esse jogo de alteridades, profundamente relacional, pelo qual o militar homem vivencia, também recai sobre as mulheres militares, de modo que, em determinados contextos dentro do quartel, a mulher militar é vista como “homem”, e em outros como “mulher”. Há, em especial, três estudos brasileiros na área de ciências humanas que desenvolvem essa temática, de forma a analisar e ilustrar de maneira etnográfica, os processos de masculinidade e feminilidade da mulher militar, bem como a relação e processo de identidade de homens e mulheres militares. São eles: Carvalho, 1990 (mulheres na Marinha brasileira); Takahashi, 2002 (homens e mulheres na Aeronáutica brasileira) e Silva, 2006 e 2008 (mulheres na Aeronáutica e Exército brasileiros).

De maneira resumida, Carvalho observa que a presença das mulheres nas FFAA mostra que seu reconhecimento no grupo opera, antes de mais nada, sobre a sua condição de “ser mulher”, que se sobrepõe ao fato de “ser militar”. Logo, “o ‘olhar’ da instituição prioriza o ‘ser mulher’, o que justifica um tratamento diferente, mais carinhoso, comprovando as relações de gênero que permeiam o setor militar. Portanto, esse tratamento mais delicado um mecanismo de relação de poder porque revela proteção do mais forte ao mais fraco, do dominante sobre o dominado”. (CARVALHO, 1990, p.146). A autora considera que, por encontrar no discurso dos/as militares a reapropriação da tradicional divisão social dos papéis sexuais encontrada em nossa sociedade de modo geral, as FFAA não constituíram um espaço novo de atuação da mulher.

Já Takahashi, ao estudar a construção da identidade de cadetes homens e mulheres na Academia da Força Aérea (AFA – Pirassununga/SP) mostra que “quando as mulheres assumem posturas que caracterizam a profissão militar e não se refugiam em identidades frágeis que necessitam de proteção e cuidados especiais, elas são alçadas à condição de cadetes e, portanto, militares” (TAKAHASHI, 2002, p.217). Assim, ao contrário de Carvalho, a autora compreende que na instituição há “espaços que permitem a subversão do paradigma tradicional ou mesmo a igualdade entre homens e mulheres” (Idem, p.252), que seriam assegurados por mecanismos inerentes à vida militar, como a hierarquia e a disciplina.

Minha pesquisa de iniciação científica sobre as mulheres militares (sobretudo cadetes) também aponta para essas evidências, mas acrescenta que essas duas configurações (ser vista como “mulher” e ser vista como “militar” na instituição) são entendidas como complementares e relacionais, devendo ser analisadas contextualmente – idéia esta pensada à luz da teoria de Marilyn Strathern (1997), no que concerne ao entendimento do gênero numa perspectiva relacional, na qual o masculino pode ser percebido contendo o feminino e vice-versa. Logo, se por um lado as mulheres consideram que para serem mais vistas como militares, precisam apresentar menos qualidades tidas como femininas (fragilidade, delicadeza) e incorporar qualidades “naturalmente” masculinas (liderança, coragem); por outro lado, elas reconhecem que o fato de serem mulheres num meio predominantemente masculino, embora apresente dificuldades, também proporciona algumas mudanças positivas, principalmente em atitudes e comportamentos, gerando, de acordo com elas, uma maior flexibilidade e sentimentalismo no militarismo (SILVA, 2008).

Com as mulheres atuando nas FFAA, portanto, surgem outras formas de relacionar masculinidades/feminilidades no cotidiano militar. Sua presença não deixa de ser um constante desafio à instituição, pois novas situações surgem nesse contexto, como a promoção de posto e o casamento entre militares. Do ponto de vista da instituição, portanto, os militares não sabem ainda como lidar com a mulher militar, ou melhor, há uma multiplicidade de papéis que elas podem vivenciar e que, dependendo do contexto, são

revelados ou escondidos²⁷: há situações em que a militar é vista como “mulher”, “esposa”, “filha” e/ou “homem”²⁸.

Essa multiplicidade de papéis pode ocorrer, em alguma medida, com os homens militares, mas a presença das mulheres nas FFAA torna mais evidente essas posições e diferenciações sociais; por exemplo, ao sair ou entrar em algum recinto, o militar mais antigo (hierarquicamente superior) é quem tem a preferência de ir na frente; no entanto, se o militar mais moderno (hierarquicamente inferior) que estiver ao seu lado for uma mulher, o antigo pode ficar na dúvida ou até querer dar a passagem para ela, isto é, ele se vê numa situação em que precisa ser *cavalheiro*, “educado” pois, para ele, naquele momento, está lidando com uma “mulher”.

O que ocorre é que as mulheres, tradicionalmente vistas como esposas, agora passam a ser militares em potencial e esse novo cenário nos leva a questões sobre o papel que seria destinado a elas no meio militar – o cuidar da casa e dos filhos no sentido tradicional e “privado”, que agora se estende para o “público” (o militar e seu serviço de defender a pátria, “acima de tudo”). Essa questão das mulheres como esposas e militares será retomada no texto.

Toda essa discussão levantada a respeito dos militares e o recente interesse e possibilidade de novas abordagens e desenvolvimento de pesquisas que cruzem estudos militares com estudos de gênero, família e

²⁷ Empregam-se os termos *escondido* e *revelado*, como uma forma de mostrar a fluidez das relações e pessoas. Strathern, ao pensar a questão de gênero nos melanésios aponta que “Não há nada que não seja escondido ou revelado, pois o que está escondido, está escondido até ser revelado e o que é revelado, é revelado a fim de ser escondido. Ao contrário da prática discursiva positivista que supõe que algo trazido à superfície ficará ali, e ao contrário do desconstrucionismo que supõe uma infinita disseminação de referências, os melanésios tratam de esconder novamente o que tornaram conhecido, pois pressupõem particularismo, mas não essencialismo. Quando se revela algo, não se revela sua essência ou segredo; revela-se que contém outra coisa! Não se pode olhar dentro de uma pessoa para descobrir a pessoa verdadeira: encontram-se, em vez disso, outras pessoas (particulares)” (STRATHERN, 1997, p. 27). A teoria de Strathern, mesmo tratando-se de uma outra sociedade, nos faz refletir sobre nossa própria sociedade, a fim de superar binarismos lingüísticos e conceituais rígidos que por muitas vezes acabam nos parecendo tão naturais.

²⁸ Para exemplos dessas configurações, ver Carvalho, 1990; Takahashi, 2002 e Silva, 2006.

parentesco²⁹, nos tencionam à problemática desse trabalho: o estudo antropológico das famílias de militares.

Um dos primeiros esforços de compreender as famílias de militares no Brasil veio de um artigo de Celso Castro (1993) que, preocupado com a origem social dos militares, buscava refletir sobre um “recrutamento endógeno” da instituição, isto é, um número significativo de filhos de militares ingressados na Aman que revelavam uma influência familiar – direta ou não – para a escolha de suas carreiras. Essa “endogenia” é compreendida pelas formas de socialização que se verificam entre o ambiente do quartel e as famílias de militares, isto é, pela inserção dessas famílias numa rede de sociabilidade específica (que a profissão militar possibilita ou até mesmo impõe a elas) que as identificam com o mundo da caserna. Pensa-se também, através desses dados, que as filhas de militares acabam tornando-se “esposas em potencial” para os futuros aspirantes a oficiais de carreira do Exército.

Alexandre Barros (1978), em alguns pontos de sua tese de doutorado, também procura expor os padrões de relacionamento afetivo entre militares. Baseado, sobretudo, em dados de edições do Almanaque do Exército (1961 a 1972)³⁰, atenta para uma tendência de casamento de oficiais com filhas de seus superiores ou irmãs de colegas de profissão, bem como uma presença significativa de filhos de militares seguindo a mesma carreira que o pai. No entanto, as constatações desses dois autores, precisam de um aprofundamento tanto qualitativo quanto quantitativo para uma análise mais precisa desse fenômeno (tido aqui como um relativo “fechamento”) na instituição militar. Apesar de não dispor de grande material para uma análise mais detalhada, no capítulo 3 pretendo acrescentar algumas considerações

²⁹ E esse recente interesse acadêmico por temas como a família militar, vai ao encontro com a preocupação teórica nas últimas décadas, por uma análise contextualizada das múltiplas formas familiares decorrentes das novas mudanças que surgiam na sociedade “euro-americana”/ocidental: maior participação feminina no trabalho, separações, baixa na taxa de casamentos, famílias monoparentais, etc. (FONSECA, 2007).

³⁰ O Almanaque do Exército é um diretório público que lista todos os oficiais da ativa do Exército brasileiro em um determinado ano. Ele é publicado anualmente e os oficiais listados encontram-se organizados por ascendência hierárquica e Armas. Os dados publicados sobre cada oficial são: nome completo, data de nascimento, data de entrada para o Exército, as datas de todas as promoções, condecorações e cursos profissionalizantes.

sobre essa discussão acerca da origem social dos cadetes e os padrões de casamentos a partir de meus dados.

Cabe aqui salientar, portanto, que pesquisas antropológicas (e de certo modo, pesquisas nas ciências sociais) brasileiras com o tema das mulheres militares, bem como, com o tema da família militar, são escassas. Com relação à problemática das famílias de militares, temos o artigo citado acima (CASTRO, 1993) e outro estudo, mais recente, que aborda o tema como central na análise (CHINELLI, 2008), e algumas outras pesquisas ou textos que enunciam o tema, mas não de maneira específica (BARROS, 1978; CAVILHA, 2002). Logo, tratam-se de trabalhos exploratórios sobre as famílias, mas que não deixam de suscitar um primeiro conhecimento, análise e questões para serem aprofundadas em novas investigações. O próprio estudo aqui apresentado também se encaixa nesse perfil, como uma primeira tentativa de compreensão do universo por mim pesquisado – as famílias de militares da Aman.

De modo geral, observa-se que a instituição militar e a família estão relacionadas de uma forma muito peculiar. Nesse momento, cabem algumas observações sobre essa relação, mas a discussão com os autores supracitados e uma análise mais detalhada será apresentada no decorrer do trabalho. Segundo Mady Segal³¹ (1986) no seu estudo sobre as FFAA norte-americanas, ambas as instituições, organização militar e família (e aqui a autora caracteriza a família como uma unidade natural que precisa ser mantida) dependem fortemente do comprometimento de seus membros e lhes impõem uma série de determinações em termos de lealdade, tempo e energia. Logo, FFAA e família são consideradas instituições “vorazes”³².

O que Segal parece nos propor é que ao tentar lidar com os conflitos desses dois domínios sociais (família e forças armadas), a instituição

³¹ Socióloga norte-americana e expoente no cenário mundial sobre o tema das famílias militares.

³² Segal utiliza esse termo numa aplicação do conceito *greedy institution* elaborado por Lewis Coser (1974): “yet the modern world, just like the world of tradition, also continues to spawn organizations and groups which, in contradistinction to the prevailing principle, make total claims on their members and which attempt to encompass within their circle the whole personality. These might be called greedy institutions(...)” (COSER, L. 1974:1. Apud SEGAL, M, 1986, p.11)

militar, de certa forma, “engloba” a família e reforça o seu caráter “voraz”. Essa preocupação do Exército em evitar rupturas e manter a unidade da família e da instituição mostra quão vinculada a família está ao seio militar, ou melhor, o quanto a instituição espera que a família esteja associada a esse meio. No entanto, a autora parece naturalizar em sua análise a idéia da família biológica ocidental e não vê novas formas de se pensar a família do militar.

A instituição militar, portanto, apresenta um peculiar conjunto de exigências não só aos membros que fazem parte dela, mas também às suas famílias. Além das imposições que a profissão determina aos maridos afetarem indiretamente as condições de vida da família (a mudança constante de residência marca uma dificuldade de adaptação a cada novo lugar e emprego para as esposas; a ausência constante do marido/pai no núcleo familiar, etc.), há também uma série de constrangimentos que incidem sobre as famílias e definem seus papéis frente à comunidade militar. São regras e condutas, formais ou informais, que são prescritas às esposas e crianças e que variam de acordo com o posto hierárquico do marido. Há, portanto, um controle e atenção voltados a essas esposas e filhos, para que evitem comportamentos tidos como inadequados ou exagerados, e assim estabeleçam uma cordialidade, respeito e boa convivência uns aos outros, pois condutas demasiadas podem vir a comprometer a carreira do marido militar (SEGAL, 1986).

Essas características também são encontradas na pesquisa de Chinelli sobre mulheres de oficiais-alunos da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME)³³, e assim, nota-se que a vida das mulheres e filhos de militares está vinculada à profissão de seus maridos, de tal modo que se cria uma rede de relações no Exército que mapeia os papéis, obrigações e benefícios das famílias dos oficiais. O que parece ser observado, portanto, é que as famílias pertencem ao “mundo militar” e isto se reflete na organização da moradia e do cotidiano (formas de trabalho, lazer, etc.), no fornecimento de documentos especiais de identificação, enfim, na construção de todo um

³³ A Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) é uma organização qualificada como pós-graduação no sistema militar de ensino e passagem obrigatória para os oficiais que almejam alcançar o generalato.

aparato simbólico que torna a família um elemento vital para se entender a dinâmica do cotidiano militar.

E fazer parte deste “mundo” com cosmologia, temporalidade e historicidade próprias (como já descrito por Castro e Leirner), implica num processo de socialização *paralelo* ao que os alunos ingressantes na Aman são submetidos – digo paralelo porque no caso das famílias não se trata de colocá-las em uma rotina repetitiva e rígida de treinamentos físicos e rituais expiatórios, mas de incorporá-las ao mundo da caserna internalizando valores e comportamentos imprescindíveis aos militares, como a distinção de caráter, a retidão moral, condutas ponderadas, solidariedade e companheirismo, de modo a reforçar a característica de coesão do Exército. Logo, não há cartilhas, manuais ou documentos oficiais com regras e comportamentos a serem seguidos e sendo avaliados, como ocorre com os cadetes no seu processo de entrada a esse “mundo”; mas as famílias vivenciam constrangimentos e compartilham relações que as fazem seguir condutas que dizem respeito ao modo de vida na caserna.

A tentativa de começar a entender e caracterizar os mecanismos desse processo de socialização das esposas/filhos ao meio militar e as formas familiares que podemos verificar nesse meio, é o que pretendemos com a dissertação, de modo a analisar como casa e caserna são relacionadas. Assim, as questões que norteiam esta análise são: Como esta família se articula entre o nós (militares) e o eles (paisanos)? Como é pensada a identidade de cônjuges e filhos dos militares? Qual a noção nativa que os militares têm de família? Qual o papel que eles atribuem à família? Onde moram? Que lugares freqüentam? As famílias de militares relacionam-se entre si?

2

UMA ANTROPÓLOGA ENTRE MILITARES, OU COMO ESTUDAR FAMÍLIAS SOB O CRIVO DA CASERNA

A pesquisa de campo com militares apresenta uma série de particularidades que refletem as próprias características das Forças Armadas³⁴. O modo pelo qual a realidade militar é classificada e ordenada é, em alguma medida, já revelada logo nos contatos iniciais entre antropólogos e militares, que são marcados pela experiência dos primeiros em se sentirem/perceberem na posição de “civil”, isto é, na posição de pessoas “de fora” do mundo do quartel.

É claro que da própria perspectiva dos antropólogos, a “estranheza” e o “sentir-se estrangeiro” não são nenhuma novidade na realização de pesquisas etnográficas; no entanto, ir a campo com militares é participar de uma espiral de burocracias e ordenamentos hierárquicos e formais, cujas especificidades do ambiente militar são, muitas vezes, colocadas como “obstáculos” de acesso a esse objeto de estudo e dificultaram a inserção dos pesquisadores na área.

O que se observa também é uma série de relações e posições que são construídas e adquiridas no dia-a-dia da pesquisa. Essas situações transitam em torno dos pólos “militar” / “civil”, e, longe de serem categorias fixas, nos revelam ser fluidas e circunstanciais no que diz respeito ao papel do pesquisador. O que pretendemos nesse capítulo, portanto, é refletir sobre as percepções acerca da relação entre pesquisador e pesquisado na etnografia

³⁴ É preciso deixar claro que cada Força parece apresentar suas especificidades em relação às outras e o que será mostrado são características encontradas na pesquisa por mim realizada e nos trabalhos de outros autores sobre o tema, em que o Exército é a Força que se destaca como objeto de análise.

com militares, mostrando aspectos e práticas gerais desse campo em conjunto com observações da minha própria trajetória, método e experiências vividas com a pesquisa na Aman.

2.1 Militares como objeto de estudo

Como dito em capítulo anterior, a partir dos anos 90 passou-se a investigar de forma etnográfica o “interior” das FFAA, buscando compreender a organização dessas instituições, o modo de vida e identidade dos militares no Brasil. As duas primeiras etnografias sobre esse universo, de Castro e Leirner (iniciadas respectivamente em 1987 e 1992) apontavam para dois movimentos na relação militares e antropólogos que até hoje, em alguma escala, são encontrados nas novas etnografias a respeito desse tema: certos receios de ambas as partes (acadêmicos e militares) para a realização de uma pesquisa de campo no meio militar e um “estreitamento de laços” pretendido pelo pesquisado.

Com relação à apreensão sobre a pesquisa, em parte, esta decorria da recente memória da ditadura militar no país³⁵, e do fato de que na “tradição” da antropologia, estudar grupos ou classes politicamente “dominantes”, caracterizados como “elites” não era usual frente à afinidade da disciplina com as chamadas “minorias”³⁶ (LEIRNER, 1997, p. 18). Mas, por outro lado, e este é o ponto que nos interessa, toda a cautela dos militares em serem objeto de análise mostrava uma das prerrogativas gerais deles com relação aos pesquisadores e a si mesmos: a idéia do controle, isto é, de que, para a organização militar, é preciso ter um conhecimento e atenção ao que os pesquisadores pretendem nesse universo.

³⁵ Segundo Castro (2009), “havia ainda muita desconfiança mútua dos militares com relação aos civis, e vice-versa, particularmente no mundo acadêmico. Mais de uma vez ouvi advertências preocupadas de colegas de pós-graduação, alertando-me para ter cuidado, para não acabar sendo torturado ou morto em campo” (Idem, p.18).

³⁶ Leirner (2009a) também percebia que para os militares, “havia um estranho sentimento em relação a ‘alguém que cuida de índio querer nos entender’” (Idem, p.35). Cabe esclarecer que no cenário atual da antropologia brasileira há uma série de trabalhos que buscaram dar conta de entender instituições, agentes e processos hegemônicos de nossa sociedade (por exemplo, podemos citar os trabalhos de Abreu, 2000; Moura, 2007; Bevilaqua, 2008), embora ainda sejam estudos em menor número se comparados com os das chamadas “minorias”.

De certa maneira, algo desse controle era concebido a partir da idéia de um “estreitamento de laços” entre a Instituição Militar e pesquisadores, ou mesmo a “Universidade”, tomada nativamente em uma forma genérica (LEIRNER, 1997). Esta aproximação de certa maneira compreende a idéia do pesquisado (os militares) em pensar o projeto do pesquisador (antropólogo) como um “projeto comum” que fizesse parte ou fosse até mesmo um projeto maior, nacional (Idem, p.40).

Estreitar laços é, portanto, do ponto de vista dos militares, buscar uma aproximação com um setor do mundo civil, de modo a mostrar e esclarecer a “realidade do Exército”, numa tentativa de “abertura” de uma instituição cujo passado político ainda é marcante no imaginário social. Atualmente, essa é uma expressão muito evocada em congressos e campanhas das FFAA que buscam “abrir” as portas para universitários e pesquisadores civis e mostrar, de modo modulado, as atividades do Exército³⁷. O interessante é que essa tentativa de “estreitamento de laços” é definida pelos próprios militares, que “decidem quando, como e até onde chegará essa aproximação” (ALBERTINI, 2009, p. 79). No que concerne à relação pesquisador/pesquisado este termo implica a operacionalização de categorias como amigo / inimigo do Exército e militar / civil, de modo a mapear e construir, contextualmente, papéis e intenções do antropólogo frente à pesquisa com militares.

Passemos agora a algumas considerações sobre o controle e as posições adquiridas no campo com militares.

- “Controlando” o observador

³⁷ Para exemplificar estas atividades, Albertini, que estuda a questão da comunicação do Exército com o chamado “mundo de fora” – o que ela chama de relações “militares-civis” pelo fato de que a própria categoria civil só faz sentido no interior da caserna, –, nos aponta o projeto do Exército Brasileiro, “Fazendo-se Conhecer”, que constitui numa série de atividades – como palestras ministradas por militares e visitas a universidades civis, viagens agendadas pelos militares a parlamentares, professores e estudantes de jornalismo para um “reconhecimento” da Amazônia sob o ponto de vista do Exército, e estágios nos quais os estudantes são convidados a visitar, conhecer e inserir-se no meio militar. (ALBERTINI, 2009, p.85). Também podemos exemplificar essa “aproximação” com o Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, que ocorre anualmente em uma academia militar (cada ano é em uma Força diferente) e promove a participação de universitários civis e alunos militares, com os objetivos de se discutir temas a respeito da Defesa Nacional e mostrar características do “mundo militar” aos civis.

O controle é visto como um mecanismo de fiscalização e tentativa de “domesticação” do pesquisador por parte dos militares. Para entender esse processo, é preciso mostrar aspectos e relações gerais que ocorrem no campo e que têm se verificado, em alguma medida, nas etnografias brasileiras a respeito do tema³⁸. Ressalte-se que a idéia de controle do pesquisado sobre o antropólogo não é exclusividade da pesquisa com militares – todo objeto, de alguma forma, tenta controlar o pesquisador (WAGNER, 1981) – mas no caso específico tal relação opera no registro de uma espécie de “dispositivo de inversão das informações” (LEIRNER, 2009b), com o pesquisador se tornando também um informante para os nativos.

Para iniciar uma pesquisa dentro de instituições militares é quase sempre necessário realizar um pedido de autorização ao comandante da organização ou ao comando geral da Força – digo “quase”, pois não há um regulamento ou protocolo que indique a obrigatoriedade de uma autorização formal, sendo esta solicitada (ou não) pela organização na qual é procurado o contato para o estudo³⁹.

Mas quando é preciso uma permissão formal – como no meu caso, no de Castro, Leirner e na maioria dos que buscaram etnografar militares no Brasil⁴⁰ –, o processo para consegui-la pode ser demorado, principalmente quando o pesquisador não possui referências pessoais dentro da corporação.

³⁸ Para ver, com mais detalhe, as trajetórias e reflexões de diversos autores sobre pesquisas de campo com militares no Brasil, ver Castro e Leirner, 2009.

³⁹ Há, também, pesquisadoras que realizaram seus estudos sem uma autorização institucional: é o caso do trabalho de Fernanda Chinelli (2008) sobre esposas de oficiais que cursavam a ECEME, no Rio de Janeiro, e o estudo de Juliana Cavilha (2002) acerca de militares da reserva. Quanto a esses casos, cabem duas observações: a primeira é que o estudo de Chinelli teve uma repercussão institucional pós-trabalho, tendo esta que reunir-se com o general comandante da ECEME para apresentar os resultados da pesquisa; e a segunda é que no caso de Cavilha, fica a impressão que tratar de oficiais da reserva não envolve todo o controle institucional, pois eles, apesar de terem toda a formação e socialização na instituição militar agora já saíram da cadeia hierárquica e, como relata Leirner (sobre sua própria experiência com entrevistas entre oficiais da ativa que não permitiam o uso do gravador e entre oficiais da reserva que liberavam a utilização do aparelho), no caso dos reservistas “não há a quem pedir autorização, não há a quem dever subordinação, não há um circuito hierárquico que decide, no fim das contas, qual é e qual não é a conduta apropriada de um membro do Exército nessa situação” (1997, p. 49).

⁴⁰ Refiro-me aos autores de pesquisas realizadas nas últimas décadas sobre o cotidiano do mundo militar no Brasil. Além dos já citados no texto, temos Takahashi, Emília; Souza, Alexandre; Atassio, Aline e Souza, Adriana – as experiências de campo desses pesquisadores encontram-se reunidas em Castro e Leirner (2009).

O pedido de aprovação requer uma carta ou entrevista do pesquisador que aborde uma introdução ao tema e objetivos do trabalho e, quer se resolva rápida ou lentamente, é sempre parte de um processo hierárquico. De um lado, deve ser assinado pelo orientador da pesquisa, de modo a legitimar uma ligação do estudo com a universidade do pesquisador; e de outro lado, deve ser dirigido sempre a um oficial general ou a um oficial superior e, se possível, ao mais antigo⁴¹ -, que normalmente é o comandante da organização militar. No caso, por exemplo, de minha autorização para estar na Aman (localizada no estado do Rio de Janeiro), foi necessário primeiro um pedido para o Comando do Exército, localizado em Brasília.

Junto com a solicitação e para efetivação da mesma, há todo um questionamento da corporação militar em relação ao antropólogo: como e porquê de se realizar este trabalho, o porquê de se estudar militares, quais as intenções do pesquisador(a), o que é uma pesquisa antropológica, tudo isso dito de maneira sob-reptícia uma série de vezes, dentre uma série de questões que acabam revelando uma grande preocupação sobre a imagem que deles será mostrada com a pesquisa. Logo, o controle que a instituição acaba de certa forma exercendo sobre as pessoas que pertencem ao grupo militar, também se estende em alguma medida desde o primeiro momento, e nas suas devidas proporções, ao pesquisador que pretende explorar a vida na caserna.

Um controle, portanto, que pode ser visto não como algo imposto ou obrigado, que me tornasse dependente da instituição militar, mas no sentido de uma atenção ao trabalho que estou realizando. Podemos dizer, então, que há certa “vigilância” ou “fiscalização” da corporação sobre como o antropólogo vai empregar os métodos para realizar a etnografia, um controle que será monitorado, em certos casos, por um “oficial de ligação” – um militar encarregado pela instituição de acompanhar e prestar ajuda ao pesquisador, enfim, de ser o “contato” propriamente dito dentro da academia.

⁴¹ Na linguagem própria dos militares, “mais antigo” é o militar mais graduado. Assim, no círculo militar os oficiais generais são os militares mais antigos e, portanto, estão no topo da cadeia de comando. Em seguida estão os oficiais superiores (que também seguem uma ascendência hierárquica, e compreendem coronéis, tenentes-coronéis e majores). Dessa forma, os círculos hierárquicos do Exército são: **Oficiais:** Oficiais-Generais (marechal, general-de-exército, general-de-divisão e general-de-brigada); Oficiais Superiores (coronéis, tenentes-coronéis e majores); Oficiais Intermediários (capitães); e Oficiais Subalternos (tenentes). **Praças:** Subtenentes e Sargentos; Cabos e Soldados.

O “oficial de ligação”, que no meu caso sempre foi uma militar mulher, é alguém responsável por “recrutar” os entrevistados, mostrar a academia, explicar regras e mecanismos inerentes ao meio militar, bem como estar atento ao andamento e ao modo como a pesquisa está sendo realizada. Assim, por exemplo, esse oficial sempre procurava ter conhecimento dos passos que estava efetuando sobre a pesquisa, me pedindo informações e fazendo questões sobre o que eu fazia ou pretendia fazer e o modo como isso seria executado.

A questão de “recrutar” os entrevistados remete ao fato de que os oficiais é quem designavam as pessoas para essas atividades, numa lógica de que, como Castro atenta, “no Exército, por princípio, todos são sempre voluntários” (CASTRO, 2004, p.164). Nas pesquisas em que isso ocorreu, pode-se verificar que não havia na escolha dos oficiais uma seleção dos “melhores” entrevistados, mas a percepção de que a entrevista era uma “missão” – uma atividade que os militares eram designados a cumprir, pois, no linguajar militar, “missão” pode referir-se a qualquer atividade que o militar tenha que executar no trabalho – e que deveria ser cumprida por quem fosse escolhido para tal tarefa; tanto a de buscar entrevistados, como a de ser entrevistado. Uma situação que causa certo desconforto ao pesquisador e ao entrevistado, mas que também estabelecia que o entrevistado estava autorizado *institucionalmente* a falar sobre suas experiências e opiniões a respeito do tema que fosse objeto de investigação do antropólogo.

De forma geral, o que ocorre na pesquisa antropológica com militares é um intenso processo de negociação entre pesquisador e pesquisado, desde a definição exata da data para início da incursão etnográfica, do planejamento das atividades que se pretende realizar, até o conteúdo dos questionários ou entrevistas a serem aplicados, pois todos estes aspectos, antes de serem executados, têm que ser acordados por ambas as partes (antropólogo e instituição).

Entre os acordos estabelecidos também esteve, no meu caso, a entrega de uma cópia do trabalho final do tema estudado do pesquisador à organização em que se realizou o estudo. A data para entrega desse trabalho sempre ficou a meu cargo, podendo marcá-la depois do término do mestrado.

No caso de Leirner e Cavilha, por exemplo, os trabalhos deles foram “corrigidos” pelos informantes antes de serem publicados, com indicações de o que estaria “certo” ou “errado” na análise.

Toda essa negociação, não deixa de refletir uma característica da corporação militar que é a de operar com extrema organização e previsibilidade das atividades. Neste tipo de instituição há pouco espaço para o inesperado, pois todas as atividades são programadas e organizadas com bastante antecedência. Podemos indicar essa argumentação com minha pesquisa na Aman, pois lá fui informada que há um calendário que compreende todas as atividades a serem executadas na academia e que é planejado com um ano de antecedência pelos militares. Quando ocorre algo não esperado e planejado, eles procuram logo arrumar uma solução para essas situações.

Um bom exemplo disso está no relato de um coronel, quando numa solenidade militar, em que os cadetes estavam todos “em forma” no pátio da academia, apareceu um cachorro desfilando entre as fileiras dos cadetes. No mesmo instante foi designada a um oficial a missão de retirar o animal daquele ambiente e, a partir daí, passou-se a designar, em toda formatura, um oficial “cata-cachorros”, sempre alerta para este tipo de ocorrência. Outro exemplo refere-se a um almoço que tive com o comandante da academia e outras autoridades militares convidadas: como havia um número maior de pessoas do que o planejado para o almoço, todos tiveram que esperar alguns minutos do lado de fora do salão enquanto o subcomandante decidia o lugar em que cada um iria sentar. Isto mostra a prerrogativa que a ordem hierárquica segue até em eventos dos mais cotidianos.

Nesse sentido, poderíamos dizer que, para os militares, é preciso haver um conhecimento prévio das intenções e atividades planejadas do pesquisador, para que sua inserção na instituição seja viável. Como analisa Leirner (2009a) “o etnógrafo, como o estrangeiro, tem que ser prospectado” de modo que “chegado a uma unidade militar, de antemão, o etnógrafo é esquadrinhado; sabe-se quem ele é, como e por que ele está lá; alguém o espera; alguém o conduz até aquele que está designado a recebê-lo; aquele que recebe já diz: interessa-lhe isso ou aquilo, e você vai fazer tal coisa” (p. 39). É claro que dentro desse “controle” sob o pesquisador, há margens de

manobra, com o antropólogo podendo explorar e negociar possibilidades dentro desse contexto; como, por exemplo, numa segunda ida a campo eu pude “recrutar” os entrevistados em conjunto com a oficial que os designava.

- Amigo / Inimigo do Exército: adquirindo posições no campo

De acordo com Leirner (1997), na relação antropólogo/militares pode haver uma espécie de lógica “semi-integrativa”, “em que o ‘outro’ [antropólogo] pode ser um *afim*, mas jamais chega a ser *um dos nossos* [militares]. Nesse sentido o civil pode ser considerado um *Amigo do Exército* – alguém que pode, sobretudo, representar a possibilidade de concretização de uma proposta ou de um projeto político *comum*” (LEIRNER, 1997, p.22. Grifos do autor).

Porém, cabe notar que a relação amigo/inimigo pode ser pensada como uma modulação que ocorre como se fosse uma “extensão do princípio da guerra para outros meios” (LEIRNER, 2001; 2009b). E mais, ela pode ser pensada de forma circunstancial, isto é, posso ser “amiga” numa situação que implica num conjunto de relações, ou “inimiga” diante de um outro conjunto de relações.

Ser amigo ou inimigo do Exército, na relação pesquisador/pesquisado, também pode configurar uma esfera onde se está mais próximo do pólo militar (o amigo) ou mais próximo do pólo civil (o inimigo, alguém que, no momento, não deve ter acesso à instituição militar). Esses pólos, além de circunstanciais, são também gradativos e assim, entre amigo e inimigo, o pesquisador pode viver uma série de posições durante a pesquisa de campo com militares, como por exemplo: a de aluno (alguém que está no status de aprendiz, ou melhor, de “iniciante” nos assuntos sobre a vida militar), professor, pesquisador, porta-voz do Exército, elo entre a universidade civil e academia militar⁴², etc.

Muitas destas posições são definidas pelos militares, isto é, eles concebem o pesquisador através dessas categorias; mas os pesquisadores também podem se identificar nesses papéis e incorporá-los, como o caso de

⁴² Essas posições foram vivenciadas por pesquisadores em campo com militares. Para ler sobre essas experiências, ver Castro e Leirner, 2009.

uma pesquisadora da área de ciência política, que, desde o começo de sua pesquisa, sempre foi “nomeada” pelos militares como “porta-voz do Exército” e, recentemente num congresso acadêmico, ao apresentar seu trabalho, ela se auto-referiu como “parte” do Exército. Isto é, na hora do debate no congresso, havia militares da aeronáutica e da marinha expondo suas opiniões e, quando questionaram sobre o exército, não havia nenhum militar da corporação no debate, e ela “identificou-se” como sendo do exército: *“já que só tem eu aqui do exército, eu respondo”*, disse ela⁴³.

Há também o exemplo de Cavilha (2009) que, ao relatar sua presença num evento que reunia militares e familiares de militares, ressaltou o fato de só ter ela de “civil” no local. A autora, do meu ponto de vista, não só considerou o aspecto de que as famílias estão “englobadas” no mundo militar, como pôs em evidência que ela “não fazia parte” daquele meio.

Outro ponto interessante na relação entre amigo/inimigo do Exército, é que, em alguma instância, verifica-se que o pesquisado procura “cooptar” o pesquisador, isto é, convertê-lo em militar (e, portanto, “amigo” do Exército). Quase em todas as experiências de campo de pesquisadores nessa área, são constatados convites e sugestões dos militares de que os pesquisadores deveriam seguir carreira militar, ou seja, trabalhar para/com o Exército. Exemplifico com uma experiência minha de campo: em um dia de pesquisa, ao entrar na seção de ensino, lugar que sempre freqüentava na Aman, um major virou para a minha oficial de ligação e para mim, e disse, *“você [oficial de ligação] sabe o que a gente decidiu sobre a Cristina [pesquisadora]? Que ela vai largar o curso dela e fazer Letras, e vir trabalhar aqui conosco!”*.

Desse modo, percebemos que o pesquisado está, a todo o momento, configurando posições ao pesquisador e que “codificar e ritualizar a vida do etnógrafo é, nesse sentido, um dos maiores sinais de que se entrou para a vida nativa e que, de alguma maneira, já se faz parte da “tribo”, seja como amigo, seja como inimigo” (LEIRNER, 2009b, p. 74).

⁴³ Cabe ressaltar que eu estava presente no congresso e vivenciei a cena relatada.

Outra posição que se pode adquirir em campo com militares aponta para uma questão de gênero. O ponto aqui é que as pesquisadoras mulheres podem não só ser militares em potencial (a idéia de cooptação mostrada acima), mas também esposas de militares em potencial. Assim, em minha experiência de campo e na de Chinelli (2009), por exemplo, era recorrente ouvir de militares e esposas, se éramos namoradas de militar ou que iríamos casar com um militar. Uma capitão me disse uma vez que, *“você [pesquisadora] vai conhecer este mundo [militar], vai acabar gostando e conhecendo um militar”*.

No entanto, essas “sugestões” de relacionamento sempre vinham de maneira jocosa, pois, o fato de ser mulher e estar num ambiente predominantemente masculino, configurava uma relação entre eu e os militares, de muito respeito e cuidado; semelhante ao que as mulheres militares relatavam sobre elas na minha pesquisa de monografia⁴⁴, os militares homens, “embebidos” em valores tradicionais e paternalistas, são muito polidos e “cavalheiros” na relação e conduta com as mulheres; ao mesmo passo que eu, enquanto pesquisadora e mulher, também evidenciava uma postura “mais embrutecida”, “fechada”, do que minhas condutas usuais, para, inclusive, evitar qualquer mal entendido que pudesse gerar durante a pesquisa.

A idéia dos militares em “converter” o pesquisador ou tentá-lo transformar num “afim” indica que o Exército procura “tornar o estranho, familiar”; isto é, procura “trazer” para o campo da família o pesquisador, de forma a inseri-lo numa rede social específica (o mundo militar) para que, sobretudo, possa ter um conhecimento e registro do pesquisador.

De todo modo, ressalte-se que há uma série de relações e posições que estão sendo construídas no campo com militares. Mas tratam-se, sobretudo, de relações contextuais, que devem ser interpretadas à luz de tais acontecimentos. O que se nota também, é um processo em que o pesquisado, a todo o momento, “analisa” o pesquisador. Inclusive, por exemplo, é cada vez

⁴⁴ De acordo com uma tenente, “Os oficiais [homens] eles tentam se policiar quanto a isso, mas pela figura feminina já ser uma coisa né, um **default** dela ser **fragilizada**. Então tem uma atenção maior, um jeito diferente de falar, um instinto subconsciente de **proteção**”. Um tratamento educado demais, que não deixa de ser reflexo da sociedade mais abrangente, aonde se configura uma dominância masculina. Para mais dados sobre essa relação entre mulheres e homens militares, ver Silva, 2006.

mais comum militares estarem presentes em congressos voltados para a área de ciências humanas aonde se verificam trabalhos que envolvam o tema militar sendo debatidos. Nessas circunstâncias, mais uma vez, o trabalho do pesquisador pode ser debatido e confrontado pelo próprio pesquisado⁴⁵.

2.2 Trajetória de campo: pesquisando famílias na Aman

A pesquisa na Academia Militar das Agulhas Negras, localizada em Resende/RJ ocorreu entre 2007 e 2008. Nesse período eu estive duas semanas em Resende para a realização das entrevistas e algumas atividades sociais as quais fui convidada na ocasião⁴⁶; uma semana para a participação de um congresso que ocorreu na Academia (o V Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional⁴⁷); e dois fins-de-semana para a ida a eventos sociais relacionados à Academia (Churrasco do Curso de Infantaria e Baile do Espadim)⁴⁸.

Num primeiro momento tentei realizar a pesquisa contando apenas com o contato de um tenente-coronel, comandante do curso de Infantaria – o contato foi fornecido por Celso Castro, através de um amigo seu, militar. Cheguei a estar com uma lista de esposas para iniciar as entrevistas, tudo definido através de telefonemas e e-mails, mas na hora de marcar a data de minha ida a Resende, fui informada de que a notícia de que pretendia

⁴⁵ Ressalta-se que acontecimentos como esse são situações a que os antropólogos frequentemente têm que lidar ao realizarem estudos em sua própria sociedade. Logo, “como já dizia Gilberto Velho no artigo “Observando o familiar”, todo antropólogo que faz pesquisa em sua própria sociedade tem que lidar com interlocutores públicos que produzem conhecimento acerca de seu objeto de estudo. O relato antropológico, além de não ser o único relato autorizado sobre o grupo estudado, muitas vezes nem é aquele que possui maior autoridade frente à própria sociedade do antropólogo. Assim, produzimos versões acerca de costumes urbanos que são interpretadas e criticadas não somente por aqueles que seguem tais costumes, mas por urbanistas, jornalistas e artistas, por exemplo”. (MOURA, 2003,p.44)

⁴⁶ Fui a um almoço organizado por pessoas que trabalham na seção de idiomas da Academia e fui a uma reunião do SASAMAN (Serviço de Assistência Social da AMAN)

⁴⁷ O congresso é organizado pelo Ministério da Defesa e abrange grupos de alunos de várias universidades civis e militares do Brasil. As universidades civis passam por um processo de seleção para a participação nesse evento. Na ocasião desse congresso, a instituição da qual fazia parte, a UFSCar, acabou sendo convidada e não selecionada para participação.

⁴⁸ Esses eventos estão descritos no Anexo 2.

realizar uma pesquisa na vila militar havia chegado ao comando da academia e que seria necessária a autorização do comandante da mesma⁴⁹.

Essa situação que marcou o início de meu campo acabou definindo o curso da pesquisa porque, a partir desse momento, a instituição passou a me “acompanhar” e a me “solicitar satisfações”. A questão é que mesmo eu pretendendo entrevistar esposas “civis” de militares, estava, de certo modo, entrando nas “fronteiras simbólicas” do mundo militar e era preciso a “supervisão” da instituição sobre o conhecimento que eu pretendia adquirir com as esposas. Assim, com esse pedido de autorização do comando, foi possível começar a entender que as esposas, assim como a família, se configuram como figuras importantes (e sobretudo pertencentes) a esse mundo do quartel.

O processo para concessão foi demorado, levando cerca de cinco meses. Durante esse tempo, recebi telefonemas do coronel subcomandante da Aman, questionando-me sobre a viabilidade da pesquisa: pedindo hipóteses, explicações e razões pela escolha da academia como objeto de estudo. Numa das ligações efetuadas houve uma fala interessante dele, que, ao indagar-me sobre o que fazem os antropólogos, disse que se sentia como um “*selvagem de Bora-Bora*”, pois o meu interesse em realizar uma pesquisa com militares parecia indicar que eles eram exóticos, diferentes dos demais; e isso parecia preocupá-lo. Mas, depois de explicado o porquê do recorte etnográfico, o coronel, que a essa altura mostrava-se atento ao meu trabalho, pediu um tempo para decidirem sobre a aprovação da proposta de pesquisa.

A Aman, como mencionado na primeira parte desse texto, já foi objeto de análise de um antropólogo, Celso Castro (2004). A experiência do autor para inserção no campo foi diferente: a minha pesquisa, desde o início do pedido até a concessão da autorização foi acompanhada pelo comando da academia, que de certa forma tinha conhecimento de todos os meus passos ali

⁴⁹ Inclusive, quando já estava em campo, resolvi contactar o tenente-coronel. A oficial de ligação que estava me assessorando, “pediu” para que eu mencionasse na conversa com esse tenente-coronel que eu já havia entrevistado o subcomandante da Aman. Ela já havia me falado que ele tentou realizar a minha pesquisa sem uma autorização do comandante e que isso foi um erro, como se ele tivesse “quebrado” a cadeia de comando. O pedido de citar o nome do subcomandante, portanto, soou como uma espécie de “lembrar” a esse oficial, quem é que está no comando da hierarquia.

dentro. Já no trabalho de Castro, conforme o autor relata, a decisão foi tomada numa instância superior, e durante a pesquisa de campo não houve um acompanhamento tão atento por parte do comando.⁵⁰

Essa apreensão sobre meu trabalho revelava todo o cuidado que a instituição tinha em abrir suas portas, principalmente com relação ao tipo de imagem da corporação que seria mostrada pelo pesquisador. Essa preocupação se estendeu quando fui a campo com a devida aprovação do comandante e foi decorrente também da escolha do tema de minha pesquisa, porque falar de “família militar” parecia ser o que havia de mais privado no Exército.

A preocupação sobre falar da “família militar” também foi demonstrada com um outro dado que veio a mim por meio de Albertini (supracitada), que também realiza pesquisas sobre militares. Em sua pesquisa de campo ela havia tido contato com um oficial que trabalhava na Aman e, ao informá-lo de que eu estava pesquisando naquela instituição, ele não só sabia da minha presença na academia como comentou, em tom de brincadeira, que haveria um problema se as esposas resolvessem falar demais, porque, segundo ele, haviam mulheres que não tinham “papas na língua” e poderiam confidenciar assuntos sigilosos.

Assim, estudar o que poderia ser o “mais privado” da vida dos militares, a família, parecia apresentar, principalmente para a instituição militar, alguns obstáculos⁵¹. O que se manifestava, portanto, era uma preocupação da instituição de que as entrevistas com as famílias pudessem revelar assuntos e dados que, de alguma forma, dessem margem ao imprevisto e fugissem do controle da academia. Logo, a idéia da família como um valor estruturante e intrínseco para o Exército vinha se revelando a cada instante que meu trabalho avançava.

⁵⁰ Para mais detalhes, ver Castro, 2004: capítulo 5.

⁵¹ Entrevistas com famílias, tanto no meio militar como em qualquer outro contexto de análise, podem apresentar esse tipo de dificuldade, de como o entrevistador consegue criar a confiança necessária para que os entrevistados sintam-se confortáveis em expressar opiniões e relatos pessoais. Sobre a experiência com estudos sobre famílias em outros contextos, ver Salém, 1978.

A opção por fazer entrevistas foi uma forma de ter acesso ao campo, que a essa altura já me parecia “marcado” pela constante presença da Instituição. As entrevistas me permitiam conhecer e passar algum tempo com as famílias. Quando fui realizar as entrevistas não percebi resistências quanto às famílias quererem falar sobre elas, mas percebi haver um certo cuidado dos entrevistados com o que se falar sobre a família, similar à toda a preocupação que a instituição também me passava sobre as famílias de militares. Inclusive porque eu me configurava como uma espécie de “representante” da Academia, pelo fato de que eu era “autorizada” pelo comando. É como se a minha concessão para ir a campo fosse uma “dádiva” (*gift*) no seu duplo sentido: de *presente*, no sentido de que com a concessão eu poderia estar frequentando a Academia e realizar a pesquisa; mas também no seu sentido de *veneno*, de que eu tinha uma “tutela institucional”, de que atuaria nos limites que a instituição me designasse.

No limite, como veremos, as mulheres da família militar também são tomadas por uma certa ambigüidade: se de um lado são parte imanente ao que se considera estruturalmente como sendo a “família militar”, de outro lado também representam um perigo potencial de “paizanização” que deve ser controlado. Nesse sentido, tomo minha inserção nesse universo também como uma projeção ou decalque de uma concepção geral sobre “mulheres” que opera no meio militar.

Voltando à trajetória de campo, para iniciar minhas atividades tive o auxílio e acompanhamento de uma oficial, uma capitão. Na verdade, nas duas circunstâncias em que estive na academia como *pesquisadora* tive duas oficiais-de-ligação, por conta da primeira que me contatou, estar atarefada com serviços na segunda vez que fui a campo.

Para viabilizar a ida a Resende, precisei montar um plano de pesquisa e as oficiais encarregaram-se de estruturar um cronograma de atividades que atendesse minhas demandas. Assim, durante minha estadia lá conheci todas as instalações da Academia (incluindo a vila e o Círculo Militar), tive conversas com o comandante e subcomandante da organização, almocei no rancho dos oficiais sempre na mesa dos capitães e realizei as entrevistas –

todas as atividades, exceto uma parte das entrevistas, eram sempre acompanhadas pela oficial-de-ligação.

Tive também outras conversas e contatos com o subcomandante da academia, pelo fato de que, mesmo tendo a autorização geral do comandante para a pesquisa, fiz alguns pedidos, como o acesso a materiais institucionais, para os quais era necessária uma nova confirmação do comando para que me fossem fornecidos. Dos vários pedidos que fiz, o único em que não obtive sucesso foi o convite para o baile de final do ano de 2007 dos cadetes do 4º ano – Baile do Aspirantado. Na ocasião eu não procurei o subcomandante, tentei por outro oficial superior da Academia. Ao comentar o fato de não ter conseguido o convite ao subcomandante, ele me respondeu: “é porque você não pediu para a *pessoa certa*”. E a *pessoa certa*, à qual ele se referia e a qual os pedidos deveriam ser solicitados, era a pessoa situada no topo da hierarquia – no caso, essa pessoa era ele.

Sobre as entrevistas, foi sempre uma de minhas oficiais-de-ligação que “recrutava” os entrevistados. Pela variedade de casos encontrados, não houve uma busca de selecionar entrevistados “ideais”, isto é, pessoas que fossem especialmente escolhidas para a ocasião. Procurou-se uma amostra variada que compreendia oficiais de todas as patentes, pertencentes às diferentes Armas, Quadros e Serviços.

As oficiais-de-ligação tinham um documento com a lista de todos os oficiais que trabalhavam na Academia e através de telefonemas perguntavam se havia a disponibilidade ou não para a entrevista e, em caso positivo, agendavam-na. Na primeira semana que fiquei em Resende, a oficial-de-ligação já havia feito a maior parte dos contatos para as entrevistas, salvo casos de desistência em que eu presenciei os telefonemas por ela realizados para agendar novas entrevistas. Na segunda semana, não foi possível o acompanhamento da mesma oficial (ela estava ministrando aulas na academia no período) e me foi designada outra militar. Em conjunto com esta oficial, eu agendei as entrevistas. A maioria das entrevistas, portanto, foram agendadas pelas oficiais, mas houve algumas em que eu contatei os entrevistados, através de intermédio de outros casais que entrevistei e que me sugeriram conversar com essas outras famílias.

As entrevistas foram realizadas em sua maioria com casais (militar e cônjuge civil ou ambos militares). Ao todo, realizei 19 entrevistas, sendo 5 delas realizadas somente com um dos cônjuges, por falta de disponibilidade de tempo do marido ou esposa para a atividade. As entrevistas tiveram caráter semi-estruturado (mais uma imposição do campo, do jeito que a inserção se processou, as entrevistas não poderiam ter sido feitas de forma diferente)⁵², abordando pontos sobre a idade e trajetória do casamento dos informantes; se possuem parentes militares e/ou casados com militares; se possuem filhos/as e se esperam que eles/as sejam militares; atividades do dia-a-dia e sociais da família; dificuldades e vantagens das transferências que passaram; círculo de amizades; dentre outras questões similares.

Entrevistar casais fazia com que eles recordassem acontecimentos com mais facilidade do que quando entrevistei pessoas individualmente, pois em muitas das entrevistas feitas isoladas, as pessoas ficaram acanhadas. No geral, as entrevistas tornavam-se uma espécie de “terapia de casal”, pois não só ressaltavam a importância de se valorizar a família, como também várias esposas desabafavam sobre certas situações em que ficaram descontentes com seus maridos militares, principalmente as esposas dos oficiais que haviam participado de missões de paz em outros países, pois eles ficaram ausentes do núcleo familiar (da casa) por vários meses.

Algumas das entrevistas aconteceram na biblioteca da Academia durante o horário de expediente e outras ocorreram nas moradias das próprias famílias, no fim da tarde ou à noite. Os entrevistados podiam optar pela entrevista na casa deles ou na biblioteca. A opção pelas entrevistas na biblioteca foi proposta pela oficial-de-ligação porque era um lugar normalmente vazio e silencioso da Academia. Uma parte das entrevistas ocorridas na biblioteca foi acompanhada pela oficial-de-ligação, porém de longe, isto é, a oficial sentava-se em outra mesa com afazeres de seu serviço, mas também

⁵² A entrevista semi-estruturada é aquela que apresenta tópicos de interesse do pesquisador, mas com espaço para a expressão e comportamento do entrevistado, que tem a possibilidade de conduzir a entrevista para outras direções. As entrevistas, segundo Collins (1998), são mais do que fontes de informação; são interações sociais dinâmicas, mutuamente construídas, em que entrevistado e entrevistador podem assumir múltiplas posições e relações, com grande potencial para análise antropológica.

estava atenta aos horários e à realização das entrevistas. Cada atividade durava em torno de uma a duas horas. E algumas entrevistas feitas nas casas das famílias duravam mais de três horas e eram acompanhadas de café e refeições oferecidas pelos entrevistados.

Frequentei dois tipos de casas: a de oficiais superiores e a de oficiais intermediários. As casas de coronéis e tenentes-coronéis eram espaçosas e de dois andares e havia uma sala grande de visitas que era aonde eu era convidada a ficar para a entrevista, sentada num sofá. Essas casas eram decoradas com objetos afins ao mundo militar, como por exemplo, em uma delas, cujo oficial era da arma de cavalaria, observei uma série de objetos relacionados a cavalos (fotos de cavalos pelas paredes, esculturas de cavalos, ferraduras, etc). As casas de capitães só tinham um andar e eram bem menores e eu também era convidada a ficar na sala para a realização das entrevistas. Nas casas de capitães notei poucos objetos de decoração.

Em três entrevistas pude perceber algumas peculiaridades do comportamento dos casais. Em uma, o marido (militar) “controlou” a conversa e respondia a quase todas as perguntas, inclusive até quando elas eram direcionadas à esposa. Quando a esposa começava a falar, caso ela se estendesse um pouco, o marido colocava a mão sobre a mesa para interromper a fala dela, no sentido de que ela precisava ser mais “rápida” nas respostas. A esposa “suspirava” querendo falar mais, mas se mantinha calada, acatando a atitude do marido.

Nas outras duas entrevistas, quando o casal divergia de opinião em algumas questões, o marido assumia uma posição de “corrigir” as declarações da esposa. Em uma delas, por exemplo, o marido acabara de falar que o “natural” era a esposa ser amiga das esposas de militares do mesmo círculo hierárquico do marido; de imediato, a esposa relatou que não tinha convívio com essas esposas e o marido começou a questionar que *fulana* e *sicrana* eram amigas dela e, portanto, ela tinha amizades como as que ele argumentara. Nesses casos, fica evidente que houve uma preocupação dos militares entrevistados em contar uma visão mais institucional das famílias, de como as posturas e relações “deveriam ser” no ambiente militar.

Outro acontecimento do trabalho foi a participação em alguns eventos, sociais e militares, que envolviam a “família militar”. Fui a um almoço de confraternização de curso e de seção e no glamoroso Baile do Espadim⁵³. Nesses eventos, quase sempre eu, como *pesquisadora*, passava despercebida por parte dos militares e suas famílias. Havia os que sabiam que estava ali para pesquisar, mas em diversas situações havia pessoas que achavam que eu era namorada, noiva ou esposa de algum militar por estar freqüentando esses ambientes.

De todo modo, a experiência na Aman possibilitou a construção de relações que foram além da minha posição como “professora”, “pesquisadora” ou “antropóloga”, pois, na ocasião da pesquisa, fui considerada “Amiga do Exército”.

Uma das situações em que isso ocorreu foi quando, numa edição do Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, realizado na Aman em 2008, eu fui, logo no primeiro dia, convidada para “representar” os alunos participantes do evento e me juntar às autoridades que ali estavam presentes. Naquela circunstância, fui denominada pelos oficiais como “aluna-de-dia” – expressão utilizada em alusão ao termo militar “oficial-de-dia” ou “cadete-de-dia”, militar “de plantão” na Academia, normalmente durante 24 horas ininterruptas. Várias vezes durante o congresso também era apresentada por alguns oficiais como uma “pessoa da casa” por já ter um conhecimento sobre a instituição. Cabe reforçar que essas posições são situacionais, isto é, são posições que surgiram, e devem ser compreendidas, apenas nesses contextos.

A trajetória e o modo como a pesquisa foi realizada acabou sendo muito vinculada com a instituição (Aman), pelo fato de que minhas atividades em Resende quase sempre foram monitoradas e agendadas pela Academia, e esse “controle” também incluía a “satisfação” que eu tinha que dar ao subcomandante sobre o andamento do trabalho a cada nova ida à cidade. Toda essa situação, talvez, me fez entrar numa espécie de espiral institucional

⁵³ O Baile do Espadim marca, simbolicamente, o momento em que os cadetes do 1º ano são declarados “oficialmente” como cadetes: há uma cerimônia na parte da manhã com a presença de familiares e convidados para a entrega do espadim – miniatura do sabre de campanha do Duque de Caxias (Patrono do Exército) – aos cadetes e, na parte da noite ocorre um baile de gala. Obtive o convite para o baile com o comandante do Curso Básico – como é chamado o 1º ano do curso na Aman – o responsável por parte da organização do evento.

e acabei tendo dificuldades para me livrar dessas “amarras”. No entanto, essa constatação só veio à tona na época da qualificação, em novembro de 2008⁵⁴.

E foi aí que eu pude perceber que as famílias também estavam, de alguma forma, “marcadas” por essa presença da instituição. As entrevistas revelaram um discurso idealizado sobre a “família militar” na qual todas se viam inseridas, ou melhor, em alguma medida, todas se pensavam como famílias mais pelo discurso do que pelas práticas cotidianas. Havia, portanto, a naturalização de uma idéia de família operante no grupo estudado. Conseqüentemente, foi preciso mudar a análise da pesquisa e passar a compreender melhor esse fenômeno, já que não consegui realizar uma etnografia detalhada sobre seu cotidiano.

Assim, nesse caso etnográfico específico, a idéia de que a instituição militar “engloba” a família dos militares é revelada até pelo modo do próprio acesso ao campo, porque, além de todo o “cuidado” que a corporação mostrou com relação ao tema, mesmo que eu só entrevistasse esposas “civis” – como era o objetivo na primeira tentativa de aproximação que realizei – eu precisaria de um consentimento do comandante. Contudo, penso que a viabilidade de uma vivência com essas famílias seria possível com um tempo maior para a realização da pesquisa. Porque, como não tinha nenhuma relação de familiaridade com elas, pareceu-me que precisava primeiro passar pelos militares (pela Aman), para depois conseguir entrar “a fundo” nas famílias.

Cabe destacar que o fato de ter realizado a pesquisa em uma academia militar me proporcionou vivenciar e observar o “espírito militar”, pois é sobretudo nesse lugar (por ser uma escola de formação de futuros oficiais de carreira) que os valores militares são exaltados e ressaltados a todo o momento na relação entre os militares. Portanto, as próprias relações estabelecidas entre eles e eu foram marcadas por essa “intensidade” de formalismos e hierarquia, como a presença constante de um oficial me

⁵⁴ Agradeço ao professor Luiz Henrique de Toledo por todas as sugestões indicadas na qualificação. No entanto, apesar de considerar de grande valia tudo o que ele me propôs, muitas questões não puderam ser resolvidas neste texto, pois era preciso um adensamento etnográfico. Como mostrado neste capítulo, eu não pude vivenciar o cotidiano destas famílias e “desloquei” a análise das práticas familiares para uma análise dos discursos/representações da família militar. Mas, pretendo em pesquisa posterior retomar os pontos que não consegui atender nesta dissertação e que por ele, me foram sugeridos.

acompanhando pela Academia, por exemplo. Assim, estudos em outros tipos de organizações militares talvez possam mostrar outras formas e configurações das relações não só entre militares, como também entre eles e o pesquisador.

Ressalte-se que a Aman é vista, pelos próprios militares, como uma instituição diferente das demais organizações militares. Um major, por exemplo, me disse que a Academia é uma espécie de “ilha da fantasia”, por configurar um lugar onde “todos os valores e estereótipos são maximizados”, de modo que se espera que lá seja o “padrão”/ “modelo ideal” da vida militar. E esse “padrão”, de acordo com os entrevistados, parece ser obtido através de mecanismos como “controle” e “vigilância” não só sobre os militares, mas também sob seus dependentes (cônjuge e filhos/as), garantindo que ambos, estejam “seguindo” condutas e valores esperados pelo exército.

A percepção nas entrevistas de que tanto esposas quanto maridos militares sentiam-se “vigiados” na Aman, acabou de alguma forma me “afetando”⁵⁵ e eu tive a sensação de que também estava sendo “vigiada” e “avaliada” pelas minhas condutas em campo e isto se verificava tanto nas “prestações de conta” (conversas sobre como estava o andamento da pesquisa) que tinha de fazer para o subcomandante da Aman, quanto nas roupas que utilizava (até em situações menos formais como um almoço num domingo, eu vestia roupas mais “sérias” e “fechadas”).

Assim, estar realizando uma pesquisa dentro de uma academia militar, com seus formalismos e hierarquia ressaltados, configurou um caráter mais institucional à minha pesquisa de campo e fez com que minha agenda e planejamento da pesquisa também estivessem atrelados à agenda da Academia. Ou seja, as datas para a pesquisa tiveram que ser negociadas com a Academia e ocorreram em virtude da disponibilidade da mesma em me atender para a viabilização de meu trabalho.

Posteriormente à pesquisa, fiquei sabendo de outra pesquisadora que também teve dificuldades para o acesso a documentos na Academia. Um

⁵⁵ Uso o termo “afetar” aos moldes de Jeanne Fravet-Saada (2005). Ser afetado, para a autora, não se trata de pôr-se no lugar do nativo, de desenvolver em relação a ele algum tipo de empatia ou apreender emocional ou cognitivamente os afetos dos outros, e sim de ser afetado pelas mesmas forças que afetam o nativo, podendo estabelecer com eles uma relação diferenciada, que conceda “um estatuto epistemológico a essas situações de comunicação involuntária e não intencional” (FRAVET-SAADA, 2005, p.160).

detalhe importante é que esta pesquisadora é esposa de oficial das Armas e teve que passar por todo o processo de conseguir autorização e de ter que estar sempre acompanhada de um oficial de ligação para pesquisar na instituição. Neste caso, nem a “familiaridade” com o mundo militar, esteve livre da tutela institucional. Logo, o controle a que fui submetida na minha pesquisa, de certa maneira, não deixa de ser um controle que faz parte do *modus operandi* da Aman. Desse ponto de vista, ressalte-se, mais uma vez, a forte probabilidade da figura da “mulher” representar um papel dúbio, ao mesmo tempo estruturante e “perigoso” à Instituição.

O que apresento nesta dissertação, portanto, é uma análise sobre uma visão dentre várias possíveis de serem interpretadas e analisadas e a que, no momento, me foi revelada com a pesquisa. É, sobretudo, uma visão “controlada” mas conscientemente reavaliada sobre o Exército e suas concepções sobre a família militar.

3

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE FAMÍLIA

Para propor uma discussão sobre a família militar é necessário apresentar algumas reflexões mais gerais sobre o tema, até para refletir o quanto nosso caso pode ser pensado como uma “variante” de uma noção ocidental de família, se pode ser pensado numa série em relação ao parentesco, família ou congêneres.

Assim, neste capítulo trataremos de uma breve revisão bibliográfica sobre família para, em seguida, apontar como a bibliografia, sobretudo brasileira, tem tratado a família militar. Ao fim, procuramos apresentar uma discussão sobre a origem social dos militares no Brasil, com o intuito de acrescentar ao debate, novos dados referentes ao perfil das famílias entrevistadas na pesquisa.

3.1 Sobre a Família

No campo das Ciências Sociais há inúmeros estudos sobre a família, principalmente na Antropologia. O leque de discussão varia desde a tentativa de construir modelos e caracterizar tipos de famílias até a discussão recente sobre a pluralidade de novos arranjos familiares.

Durante a segunda metade do século XIX e começo do século XX, o grupo familiar foi alvo de uma série de teorias evolucionistas que apresentavam tipologias e buscavam padrões de desenvolvimentos, sempre com o pressuposto de que os povos tidos como “mais simples” correspondiam a estágios primitivos da evolução humana enquanto que os povos tidos como “modernos” eram vistos como mais complexos e avançados⁵⁶. Henry Maine

⁵⁶ Os autores evolucionistas trabalhavam com conjecturas e tinham em comum a idéia de uma história única (universal) da humanidade, na qual a evolução significava progresso, isto é, as

(1861), por exemplo, compara sociedades “primitivas” e “modernas”, indicando que as primeiras baseavam-se em laços de sangue (porque as relações sociais desses povos só se referiam, segundo o autor, às relações/associações entre famílias sendo o parentesco a estrutura social dos primitivos); enquanto que as segundas eram calcadas em laços de solo (uma conjunção entre território e Estado na qual se estabelecia um contrato social). Havia, portanto, com o passar do tempo, a transição de uma sociedade baseada no parentesco (sangue) para uma determinada pelo Estado (solo) e, segundo Maine, esta seria a grande evolução da espécie humana. John McLennan (1865), criador dos termos endogamia/exogamia, construiu um modelo das formas de casamento que explicava a passagem da poliandria para a poligenia, mostrando que nos povos mais primitivos houve uma fase de promiscuidade, que deu lugar ao matriarcado e, tempos depois, ao patriarcado, característico dos povos tidos como mais civilizados. Lewis Morgan (1877), a partir do seu estudo com os índios norte-americanos, descreveu a evolução da família de um estado de promiscuidade (família consangüínea) até a fase que caracterizaria o núcleo familiar moderno (família monogâmica).

Numa outra vertente teórica, a do funcionalismo, Bronislaw Malinowski (1982) compreendia a família como uma unidade sintética onde se conjugaria o biológico, o psíquico e o social. Mais que isso, ao buscar o que poderia haver de geral na particularidade dos costumes e crenças de cada povo, o autor imaginava que as características biológicas do homem determinam necessidades básicas que seriam satisfeitas por todas as culturas e forneceria, portanto, parâmetros universais do desenvolvimento cultural. Haveria um “fundo natural” para a compreensão das manifestações culturais, no qual a família teria como função atender a essas necessidades biológicas, tais como: reprodução, sobrevivência e alimentação/nutrição.⁵⁷

sociedades modernas eram consideradas como complexas, mais desenvolvidas e evoluídas do que as sociedades tidas como antigas (que eram mais simples e primitivas). Assim, a tradição evolucionista buscava um ordenamento do simples para o complexo para dar conta dessa diversidade humana e possibilitar um *continuum* entre esse mundo tido como “primitivo” e o denominado “civilizado”. Sobre isso, ver: CASTRO, 2005.

⁵⁷ Sobre Malinowski, ver DURHAM, 1986.

Essas teorias, tanto a evolucionista como a funcionalista, foram colocadas à prova na medida em que os estudos sobre família foram elucidando a ampla diversidade e estrutura dos grupos familiares nas diferentes sociedades, mas nos interessa notar que a primeira (evolucionista) revelava o modelo de família nuclear como o ponto máximo da evolução humana enquanto que a segunda (funcionalista) mostrava a noção de família como algo natural e pertencente ao plano biológico. No conjunto, tais idéias contribuíram para uma tendência à “naturalização” e conseqüente “universalização” da família, tratada como núcleo onde opera a divisão sexual do trabalho e a reprodução humana, cujo grupo conjugal (marido, esposa e filhos) seria a forma básica ou elementar dessa família, sobretudo, “moderna”.

Em contrapartida a isso, Claude Lévi-Strauss (1956) contribuiu de forma significativa a esse debate ao procurar desnaturalizar e colocar no plano sociológico a noção de família. Com relação à sua universalidade, o autor afirma que a família é vista como “quase” universal, pois através de análise comparativa observam-se casos em que não se pode admitir a existência de laços familiares, como o povo Nayar da Índia⁵⁸. Assim como, diferente do que pressupõem os evolucionistas, haveria sociedades “não modernas” com ocorrência de casamentos monogâmicos.

Segundo Lévi-Strauss, a família compreende ao menos três características

(1) tem sua origem no casamento; (2) é constituído pelo marido, pela esposa e pelos filhos provenientes de sua união, conquanto seja lícito conceber que outros parentes possam encontrar o seu lugar próximo ao núcleo do grupo; (3) os membros da família estão unidos entre si por (a) laços legais, (b) direitos e obrigações econômicas, religiosas ou de outra espécie, (c) um entrelaçamento definido de direitos e proibições sexuais, e uma quantidade variada e diversificada de sentimentos psicológicos, tais como o amor, afeto, respeito, medo, etc. (LÉVI-STRAUSS, 1956, p.314)

Como comenta Cynthia Sarti (2005), ao deslocar a família da ordem do natural para o terreno da cultura, Lévi-Strauss está interessado não pelo que a noção diz sobre si mesma, mas pelo que ela revela sobre a

⁵⁸ Nesse grupo, o estilo de vida guerreira dos homens, proibia-lhes fundar uma família, no sentido definido por Lévi-Strauss. (LÉVI-STRAUSS, 1956)

sociedade, pelo fato de que na existência da família como *aliança*, está a possibilidade do ser humano se fazer social. Para o autor a criação de uma família só é possível com a existência prévia de duas outras que, ao estabelecerem alianças entre si, iniciarão uma terceira e assim por diante. Nessa lógica, a sociedade precede a família e o casamento/aliança entre dois grupos é a instituição que funda a família.

A família, em seu fundamento natural (a família consangüínea), precisa se desfazer para que viva a sociedade, ao mesmo tempo em que a sociedade – a existência de grupos dispostos a reconhecer seus limites e a se abrir ao outro (aliança) – é a condição de existência da família. (SARTI, 2005, p.33)

A dependência mútua entre dois grupos é estabelecida pela interdição do incesto; não podendo haver casamento dentro dos mesmos (deve-se deixar a família consangüínea), será preciso casar fora do seu grupo. A família se constitui, portanto, ao mesmo tempo, como negação e afirmação da sociedade, configurando um universo de regras de proibição e prescrições fundadas pelo tabu do incesto. Este se configura como regra positiva e negativa, pois a proibição de casar entre consangüíneos define, simultaneamente, regras de obrigação: o homem renuncia da sua mulher (irmã) para reivindicar por outra e esse processo possibilita a abertura para a troca e comunicação com outras famílias, criando relações entre elas. “A troca que funda a família é, ao mesmo tempo, o ato fundador da sociedade” (Idem: 35). Assim a noção de troca e reciprocidade é indispensável à família.

Desse modo, as relações familiares constituídas como relações de troca definem o social, compreendido como um sistema de comunicação pela concepção de Lévi-Strauss. A família, portanto, representa a aliança e por isso não é considerada um fenômeno da ordem do natural; logo, a idéia da família como unidade biológica é desmontada pelo autor.

Françoise Héritier (1989), em contribuição ao trabalho de Lévi-Strauss, indica que fora as relações físicas de gestação, parto e aleitamento (que se referem à relação mãe/filhos), nada é biologicamente fundado na instituição familiar. Sua argumentação revela um aparente paradoxo que a noção de família instaura:

(...) a família é certamente um dado universal, mas apenas no sentido de que não existe nenhuma sociedade desprovida de uma instituição que desempenhe em toda a parte as mesmas funções: unidade econômica de produção e consumo, lugar privilegiado do exercício da sexualidade entre parceiros autorizados, lugar da reprodução biológica, da criação e socialização dos filhos. Neste âmbito, ela obedece sempre às mesmas leis: existência de um estatuto matrimonial legal que autoriza o exercício da sexualidade entre pelo menos dois membros da família (ou que prevê os meios de a isso suprir), proibição do incesto (relação sexual ou casamento), divisão do trabalho segundo os sexos. No entanto, mesmo que o modo conjugal monogâmico, com residência comum dos cônjuges, seja o mais difundido, a extrema variedade das regras que contribuem para o estabelecimento da família, para a sua composição e para a sua sobrevivência, demonstra que esta não é – nas suas modalidades particulares – um fato natural, mas pelo contrário, um fenômeno altamente artificial, construído, um fenômeno cultural portanto. (HÉRITIER, 1989, p. 85-86.)

Reconhece-se aqui que, embora a família apresente dados tidos como “universais” (“proibição do incesto”, por exemplo), há uma multiplicidade de arranjos e regras particulares de cada sociedade/grupo social que definem a família, estabelecendo-a, portanto, como um fenômeno cultural, construído socialmente.

Com relação à apreensão de fatos naturais como culturais, o trabalho de David Schneider (1968) oferece uma visão de que o parentesco não é natural, e sim um dado cultural. Ao estudar o parentesco americano, o autor passa a compreender a família como um sistema cultural. Logo, tanto o parentesco quanto a família são vistos como sistemas simbólicos e independentes, capazes de serem compreendidos por seus próprios termos. A família, dessa forma, é entendida como uma expressão natural da vida humana mantida por um sistema cultural.

Nos Estados Unidos, segundo o autor, a família é a unidade cultural que contem um casal (homem e mulher) com filhos. O que há de fato natural na família é o ato sexual que, segundo o autor, é aquele no qual o amor (símbolo cultural americano de grande importância) é expresso. Há dois tipos de amor: o amor conjugal (entre esposa e marido – união de opostos – substância distinta) e o amor cognático (entre pais e filhos – união dos semelhantes – mesma substância [sangue]). A família, portanto, seria o lugar onde haveria a presença do sexo entre os diferentes, expresso pelo amor

conjugal; e onde haveria também a ausência do sexo entre os iguais, expresso pelo amor cognático. Por mais que os membros da família sejam diferentes⁵⁹, a relação entre eles deve ser igual, de amor (“solidariedade difusa e duradoura”). O símbolo do amor interliga os dois domínios culturalmente distintos, o domínio do parentesco como uma relação de substância e o parentesco como um domínio da lei (do código de conduta).

E é a ordem da lei (cultura) que resolve as contradições entre homem e natureza sendo, no fundo, a natureza, um sistema simbólico apreendido culturalmente. O parente na natureza (sangue) está em um extremo e o parente na lei está no outro: o último é um conjunto de regras e normas de comportamento, sem base substantiva, enquanto o primeiro pode ser relacionado na natureza e na lei, e traz com ele o melhor da natureza modificada pela razão humana, sendo assim o parente no seu mais verdadeiro sentido, o parente por excelência.

Schneider revela que há três dimensões na definição de parente no caso americano, a saber: sangue, código e sangue mais código; no entanto, quando um americano fala de parente não estabelece uma clara diferenciação dessas dimensões e trata-as como relacionadas e relacionáveis. Ao estabelecer o parente através de relações, temos que o parentesco passa a ser concebido como constructo cultural e, portanto, até a substância biogenética (sangue) pode ser modelada pelas relações sociais. Embora não aprofunde as noções de substância e sangue, o autor indica a suposição de que há pessoas e elas têm relações, e que, tanto família como parentesco devem ser apreendidos como construtos sociais. E que é possível, ao contrário do que os evolucionistas argumentavam, ver o parentesco e a família como uma dimensão central de sociedades tidas “modernas”, no caso, a sociedade americana.

Toda essa discussão sobre conceber fatos naturais como culturais nas esferas do parentesco e da família é, de certo modo, melhor

⁵⁹ Segundo Schneider, a criança nasce dos seus pais e é separada deles fisicamente através do parto; é isso que diferencia o pai da criança, pai e mãe do filho e filha. A separação que começa com o ato de nascer continua até a criança crescer e deixar a família para casar e fundar a sua própria família. No entanto a criança é da mesma substância biogenética dos seus pais, e isso é o que mantém a unidade dos pais e das crianças e irmãos durante a vida (SCHNEIDER, 1968).

problematizada e explorada a partir dos anos 70. A produção acadêmica sobre parentesco e família – marcada, sobretudo, pela crítica dos estudos feministas⁶⁰ –, passa a abordar:

- 1) A transformação da “família” de unidade natural, arraigada em processos biológicos, em produto ideológico historicamente produzido;
- 2) A ênfase nas estruturas subjacentes de gênero, geração, sexualidade, raça e classe – estruturas que sublinham divisões sociais e desigualdades;
- 3) A ressignificação do trabalho de “cuidar” (*nurturance*), e a crítica às oposições indivíduo x comunidade, privado x público.
- 4) A valorização das vivências diferenciais da vida familiar que destacam tanto experiências de conflito e abuso quanto apoio;
- 5) A rejeição da noção de família enquanto unidade autocontida (autônoma ou isolada), e a insistência na relevância de políticas sociais e outras forças nacionais ou globais que perpassam as relações interpessoais. (THORNE, Barrie Apud FONSECA, 2007, p.13)

Essa nova abordagem crítica preocupava-se com uma análise contextualizada das múltiplas formas familiares decorrentes das novas mudanças que surgiam na sociedade “euro-americana”/ocidental: individualismo⁶¹, maior participação feminina no trabalho, separações, baixa na taxa de casamentos, famílias monoparentais, etc.

Dessa forma, os trabalhos produzidos nas últimas décadas passaram a questionar as visões eurocêntricas (que naturalizam modelos de reprodução) e a buscar teorias e análises que dessem conta de abordar e evidenciar os processos de hierarquia, desigualdade e diferença encontrados nos grupos estudados. Surgiram, assim, diversos trabalhos que interligavam abordagens sobre classe, raça, gênero, família etc. nos vários segmentos da sociedade (FONSECA, 2007).

⁶⁰ Em suma, a crítica feminista passa a contestar os modelos de família e parentesco produzidos na academia por serem a maioria estudos realizados sob um olhar masculino e etnocêntrico, que, sobretudo, vinculavam a mulher ao espaço do doméstico e privado (que seria o campo da natureza) e subordinada ao homem (detentor do espaço público e político, logo estando no campo da cultura), gerando uma hierarquização, na maioria das vezes revelada como “natural” na relação entre os sexos. Sobre isso, ver: Franchetto; Cavalcanti & Heilborn, 1980; Piscitelli, 2002 e Thorne, 1992.

⁶¹ François Singly afirma que a “família moderna 2” – a família dos anos 70 em diante – compõe-se com a individualização, isto é, que os laços familiares, conjugais ou de filiação, são estabelecidos a partir dos indivíduos (unidades significativas); em contraposição com a “família moderna 1” – modelo que iria do começo do século XX até os anos 70 – que se caracterizava por uma lógica de grupo, calcada no amor e na afeição. (SINGLY, 2000). Sobre família e individualismo no caso brasileiro, destaca-se o trabalho de Machado, 2001.

Depois da crítica de Schneider, elaborada em 1984, na qual ele duvidava da possibilidade de existência universal de algo que pudéssemos chamar de parentesco, e depois da crítica feminista aos modelos androcêntricos, vários autores procuraram reelaborar os estudos de parentesco em outras bases, que não as consangüíneas. Strathern (1992) e Carsten (2004), por exemplo, defendem a idéia de que os estudos de parentesco devem voltar sua atenção ao que chamam de *relatedness* (relacionalidades ou conectividades).

Essa reconfiguração se basearia na análise das relações entre pessoas que comporiam conjuntos familiares. A diferença dessa perspectiva é a admissão que as relações podem produzir parentesco, para além das relações consangüíneas. Essa perspectiva permitiu, entre outras coisas, identificar que estudos sobre o compartilhamento de substâncias (a comida, por exemplo) são tão capazes de produzir parentesco como as relações consangüíneas. Esses processos foram descritos a partir de outras sociedades (como os malaios de Pulau Langkawi para Carsten), mas depois passaram a ser também referidos nas sociedades “ocidentais”⁶². Assim processos como o compartilhamento da comida, a compartilhamento do espaço, entre outros, têm sido analisados como produtores de parentesco também em sociedades ocidentais (CARSTEN, 2004).

À luz dessas idéias surgem diversos estudos antropológicos no cenário brasileiro para dar conta da multiplicidade de formações familiares nos vários segmentos nacionais⁶³. No que concerne ao recorte sobre famílias de militares, acredito que algumas considerações sobre estudos dos segmentos médios no Brasil podem elucidar as questões a serem trabalhadas no decorrer deste trabalho.

Dessa forma, Gilberto Velho (1986;1987) e Tania Salém (1989) na década de 80, centraram suas análises nas classes médias superiores brasileiras, um grupo considerado “específico” pelo fato de que vivenciam uma

⁶² Um esforço de aplicar parte dessas novas teorias de parentesco, sobretudo a idéia de relacionalidade e substância, em contextos “ocidentais”, é encontrado, por exemplo, no trabalho sobre imigração brasileira de Igor Machado, 2010.

⁶³ Sobre estudos da classe popular, ver: Duarte, 1986; Sarti, 1996; Fonseca, 2004; Guedes & Lima, 2006.

ideologia fortemente individualista; um universo que tem sua crença no indivíduo e na felicidade, no prazer e no sucesso individuais, na escolha e liberdade em oposição com a família de origem. Para afirmar e, sobretudo, acionar essa individualidade é preciso a recusa da família de origem, negar seus laços de parentesco⁶⁴.

Velho demonstra que a importância da amizade nesse universo constituiria um outro tipo de aliança não necessariamente ligada ao casamento, que não é negativa nem complementar aos laços de parentesco, mas que torna-se tão ou mais expressiva quanto esses laços na medida em que os amigos acabam compartilhando e apoiando nas dificuldades e demais situações cotidianas com mais proximidade e frequência que os parentes. A amizade seria um tipo de “sociabilidade específica caracterizada pela grande ênfase da liberdade de escolha individual” e, portanto, fundamental para a construção da identidade desses indivíduos (VELHO, 1986, p.35).

A amizade como uma relação a ser conquistada pelo indivíduo e não recebida pronta como os laços de sangue, permite ser feita e desfeita a qualquer momento, mas também configura novos papéis e relações entre os grupos como, por exemplo, no casamento de dois indivíduos. Nessa ocasião há um envolvimento de parentes e amigos dos dois membros envolvidos e essa reunião acaba possibilitando novas formas de solidariedade e sociabilidade; amigos podem tornar-se cunhados, compadres, concunhados, adicionando novas características às relações preexistentes. Assim, as relações de amizade substituem, ampliam ou atualizam as relações tradicionalmente dadas pela família e pelo parentesco e acabam entrando no sistema de troca de favores e até obrigações; sendo aqui entendidas como uma especificidade da vida dos grupos mais individualizados das camadas urbanas (VELHO, 1986).

No caso de Salém, a autora explora a intensa valorização do vínculo conjugal (marido e esposa) que também é entendido como mais forte do que os laços de parentesco da família de origem dos indivíduos de classe

⁶⁴ Essa rejeição não é vista como definitiva ao passo que, segundo Velho, ao longo das trajetórias de vida dessas pessoas surgem momentos como o casamento, o nascimento dos filhos em que há uma reaproximação, mesmo que fulgaz, com essas famílias de origem (VELHO, 1986).

média alta. Essa valorização se expressa na forma do “casal igualitário”; uma parceria fundada em elos subjetivos mais do que em laços sociológicos havendo um deslocamento do dispositivo da aliança para um outro focado na segmentação e privatização (SALÉM, 1989, p.28).

Nesse contexto não há distinções claramente estabelecidas entre os domínios do feminino e do masculino no que concerne ao casal, havendo um princípio de igualdade expresso no plano das relações entre os gêneros. Salém chama isso de “complementariedade simétrica” – marido e mulher têm uma certa autonomia para desempenhar cada um seus projetos individuais e se concebem participando de esferas que, em gerações anteriores eram radicalmente diferenciadas por campo masculino e feminino e não acessíveis aos dois. Agora, a mulher também desempenha uma carreira profissional ao passo que há uma espécie de “feminização do masculino” expressa pela demonstração de emoção e sentimentos do marido na relação.

O “casal igualitário” carrega um desafio: o de construir uma unidade a dois, isto é, enquanto de um lado é preciso respeitar as diferenças e singularidades de cada membro do casal; de outro lado é preciso continuar a concebê-lo enquanto par (uma existência e projeto comuns). Estabelece-se assim uma tensão entre indivíduo e sociedade nesse ideal de conjugalidade da classe média (SALÉM, 1989).

Ambos os autores mostram como a moral individualista reflete-se na organização e relações desses grupos, mas uma moral que não age sozinha e está vinculada a um conjunto mais amplo de valores e representações sociais relacionadas a uma rede de significados característicos a esses grupos de classe média. A recusa da família de origem não implica um fechamento da unidade familiar, mas evidencia um campo de possibilidades de se criar e escolher novas relações nesse âmbito, bem como de atualizar as relações “tradicionalmente” estabelecidas. A tensão entre aspirações individuais e o caráter englobador da família estão em constante jogo e negociação nas trajetórias desses indivíduos.

Voltando a reflexão mais geral sobre a noção de família temos que a própria idéia de que haveria uma hegemonia da família nuclear e conjugal no ocidente, como diziam os evolucionistas, também foi colocada em

xeque ao longo dos anos, principalmente com o advento na década de 1980 e 1990, das novas tecnologias de concepção e reprodução, que fizeram com que os pesquisadores (re)pensassem continuamente as noções e categorias de família e de parentesco.

Nessa linha de argumentação, Marilyn Strathern (1992) tem demonstrado como os discursos recentes sobre os desenvolvimentos das tecnologias de procriação questionam o lugar da natureza não apenas no parentesco, mas na cultura ocidental de forma mais ampla. A natureza não está mais “lá”, num lugar fixo ao qual se opõem os processos culturais; a natureza é tão produzida como a cultura. Logo, as novas tecnologias de reprodução moldam as relações de parentesco, corpo e pessoa na sociedade ocidental.

Strathern destaca o caso da gravidez de aluguel, que sugere a partição do papel da mãe, estabelecendo que a mãe configura-se em dois corpos distintos: “mãe + embrião” e “mãe de aluguel” e a separação entre pai biológico e pai social (partição de um processo que antes era indivisível, isto é, pai biológico = pai social) com a possibilidade de inseminação artificial. Ambos os casos suscitam novas questões sobre como pensar o parentesco com a aplicação dessas tecnologias na nossa sociedade. Assim, as novas tecnologias de reprodução aparecem como co-produtoras das relações familiares, modificando papéis e relações antes vistos como fixos e naturais (pai e mãe como biológicos)⁶⁵ (STRATHERN, 1992).

Outras práticas também proporcionaram novas perspectivas sobre a vida familiar como a visibilidade dos casais homossexuais (“homoparentalidade”)⁶⁶ e a crescente onda de adoções transnacionais⁶⁷ decorrentes, principalmente, dos países da Europa.

Assim, hoje, à luz dessas novas formas de compreender e visualizar os processos familiares vemos que é possível pensar a noção de família relacionada com parentesco, gênero, substância, classe, política e uma série de outros domínios que produzem, juntos, diferentes configurações às

⁶⁵ Outro estudo relevante sobre este tema é o de Luna, 2007.

⁶⁶ Sobre isso ver: Grossi, Uziel & Mello, 2007.

⁶⁷ Howell, 2003.

sociedades, nos fazendo repensar no dinamismo e fluidez de categorias e relações de acordo com os contextos explorados. Uma das grandes contribuições das discussões recentes sobre famílias diz respeito a essa análise relacional, que tende a dissolver a preocupação com modelos e tipologias, para pensar em princípios de relação entre os que se dizem e sentem familiares.

No entanto, embora a atual preocupação teórica seja a de desnaturalização da família, temos que levar em consideração que os grupos sociais podem naturalizar uma idéia de família. E este parece ser o caso das famílias de militares: o grupo estudado, fortemente marcado por uma ideologia holista, ao se auto-referir como “A Família Militar”, concebe a família como unidade natural, homogênea, configurando-a como o “sustentáculo do ser humano”⁶⁸. Assim, neste trabalho, estamos lidando com a idéia de que a família é uma noção naturalizada pelos agentes estudados e procurar-se-á perceber que relações, posições e estratégias estão sendo construídas para que se reproduza essa imagem, e enfim, para tentar entender, através dos discursos das famílias, as características e o possível modelo que há de família militar.

A proposta aqui é uma análise dos discursos, em especial, de um discurso “oficial” do Exército, que foi encontrado em todas as entrevistas, mas não deixamos de ter em mente que as famílias que se configuram como famílias de militares apresentam uma heterogeneidade de origens sociais e culturais.

3.2 Forças Armadas e Família no Brasil

Como vimos no capítulo 1, através das reflexões de Segal (1986), a instituição militar e a família estão relacionadas de uma forma muito peculiar. As características da profissão militar como uma vida de “risco”, com alta mobilidade geográfica, separação temporária da família, treinamentos intensivos, disciplina severa, exposição a perigos, auto-representação de solidez moral e obediência acima de qualquer direito ou dever pessoal

⁶⁸ Citação retirada de uma das entrevistas realizadas com militares e seus cônjuges.

(D'ARAÚJO, 2004) marcam e influenciam o modo de vida das famílias nesse meio.

No que concerne à literatura antropológica brasileira, temos poucos e recentes trabalhos a respeito desse assunto, limitando-se à apenas duas monografias (Chinelli, 2008) e (Cavilha 2002). Fernanda Chinelli realizou uma pesquisa etnográfica sobre a vida das mulheres de oficiais-alunos da ECEME⁶⁹ e procurou investigar “as maneiras pelas quais essas mulheres⁷⁰ compartilham, através dos maridos, os valores militares, quais são suas estratégias de sociabilidade e margem de manobra na construção da individualidade em um espaço marcado pelos princípios da hierarquia, da disciplina e espírito corporativo” (CHINELLI, 2008, p.3).

Chinelli procura mostrar que a vida das mulheres de militares está vinculada à profissão de seus maridos e nesse contexto são evidentes as seguintes características, como já citadas por Segal: as freqüentes mudanças de residência em virtude da alta mobilidade territorial que o oficial de carreira do Exército é submetido; a dificuldade da mulher em desenvolver projetos individuais e uma carreira profissional independente; a socialização com a chamada “família militar” da qual a mulher também faz parte; e as tensões e solidariedades que essa socialização revela, principalmente pelo fato de que esse grupo (as famílias de militares) convive cotidianamente em prédios e vilas específicas.

De acordo com a autora, as esposas optam por acompanhar os maridos e pela não atuação em uma profissão, para manter a unidade da família. Essa configuração conjugal, segundo a autora, apesar de reproduzir em vários aspectos a tradicional divisão de papéis e domínios sexuais (a mulher como dona de casa e o marido como provedor do lar), não é percebida

⁶⁹ Sobre o que é a ECEME, ver nota 33 do texto.

⁷⁰ Essas esposas habitam um prédio de uso exclusivo de militares e seus dependentes, o Edifício Praia Vermelha (EPV) localizado no Rio de Janeiro. Cabe notar que a escolha por esse universo é de certo modo específico, pois indica mulheres cujo marido militar já tem uma posição consolidada na carreira, normalmente nos postos de major ou tenente-coronel e, portanto, implica dizer que já há estabelecido uma grande vivência dessas esposas como mulheres de militares.

pelas esposas como diferenciada hierarquicamente (valorações positiva ou negativa), mas sim que

as mulheres se percebem em uma posição de igualdade em relação aos maridos, se percebem, sobretudo, como personagens ativos e relevantes no desenvolvimento de suas carreiras. (...) Elas não trabalham para os maridos, mas sim, com eles (..) (CHINELLI, 2008,p.26)

E assim, as mulheres de militares podem desempenhar no arranjo familiar um papel doméstico – ser uma “boa mãe e boa esposa” – mas também podem realizar um papel público, “enquanto uma boa organizadora de eventos ou figura agregadora na rede social da qual faz parte” (Idem, p.7); com o intuito de reunir e melhor integrar as demais esposas de militares.

A solidariedade da “família militar”, segundo Chinelli, é justificada pelo fato de que as famílias de militares acabam voltando-se para seus pares, as demais famílias que residem no prédio militar, e compartilhando diversas dificuldades como a solidão, a adaptação a um novo lugar, etc.. Esse apoio entre as famílias só é possível e garantido através de um incentivo institucional, pois refletem características encontradas na dinâmica da caserna como a preeminência da coletividade, o espírito de união e a camaradagem.

Talvez seja possível dizer que as mulheres (e seus maridos e filhos) “vivem uma ficção”. Elas sabem que a “família militar” corresponde a um estilo de vida muito particular por seu caráter imposto e institucionalmente regulado nos mínimos detalhes. (Idem, p.43-44)

Outro ponto a destacar de seu trabalho é com relação à verificação da fofoca no prédio militar. A solidariedade, reciprocidade e boa convivência nesses lugares seria também “controlada” pela fofoca entre os moradores e quase sempre iniciada pelas mulheres. A fofoca agiria como “uma poderosa forma de controle social” (Idem,p.67) reforçando um determinado padrão de conduta que, no caso, seria marcada por uma ética e solidez moral.

Isto reforçaria a idéia de que as dimensões profissionais e pessoais do militar são praticamente inseparáveis, pois condutas inadequadas aos padrões exigidos pela instituição tanto da parte do militar como de sua família, parecem implicar em ameaça à carreira do oficial. Assim, Chinelli indica

que a profissão militar influencia muitas das condições de possibilidade dos projetos de suas esposas, ao passo que o modo como a vida familiar se estrutura também influencia a dimensão profissional do marido.

O outro estudo que também aborda alguns aspectos sobre as famílias de militares é o de Juliana Cavilha (2002). Embora sua dissertação trate dos homens aposentados do Exército⁷¹, a autora enuncia, através das falas e histórias de vida desses homens, algumas características e modos de vida das famílias de militares. Verifica-se que no contexto do meio militar há uma sujeição a valores de uma família tradicional.

Logo, a autora observa que a família militar possui padrões de classe média conhecidos na sociedade brasileira, mas com implicações que lhe são peculiares, como Chinelli já mencionou: o fato da família estar sempre em “trânsito” e a questão de uma casa para morar em virtude desse “*ethos* nômade”. Assim, indica que a esposa só terá verdadeiramente a sua casa quando o marido se aposentar e que, até então, “ela apenas está numa casa, ela não tem uma casa” (CAVILHA, 2002, p.57). A casa temporária que as famílias circulam são as vilas militares. A moradia nessas vilas leva ao fortalecimento de laços afetivos e estabelece-se aí, segundo Cavilha, uma reciprocidade feminina entre as esposas de oficiais:

Essa troca feminina, a reciprocidade, é construída, tal como prevê Mauss (1974:45): “a troca é o denominador comum de um grande número de atividades sociais aparentemente heterogêneas entre si.” Nesse caso específico das vilas militares, os bens trocados não são materiais, mas possuem similar valor simbólico. O que é trocado são o afeto, a atenção, a amizade, as festas de aniversário, rituais, como batizados, nascimentos, primeira comunhão de filhos e outros eventos que unem as famílias. (CAVILHA, 2002, p.83)

A autora também mostra o destaque ocupado pela esposa do comandante, posição que lhe garante autoridade para interagir, de forma consentida, na vida privada das outras esposas. A esposa, como já argumentou Chinelli, teria o papel de colaboradora na carreira do militar. No entanto Cavilha também indica que esse papel é vivenciado sob uma exigência

⁷¹Cavilha procura indicar que implicações e ressignificações são realizadas a esse homem que foi socializado num ambiente “obrigatoriamente homossocial” e que agora tem que conviver com o meio “civil”(p.4).

da instituição militar e, seguindo seu raciocínio, é um papel apoiado no masculino.

(...)[trecho de entrevista em itálico] *ela (a esposa) tem que ter uma vocação militar também. Quando ela não se insere na vida militar eles se separam.* A esposa, que estava ao seu lado neste momento da entrevista, concordou. O casamento constitui-se para o militar num dos critérios para se alcançar uma carreira bem sucedida. O Exército é uma instituição que impõe um modelo de hegemonia masculina que incluem (sic) o casamento e os filhos. São modelos de casamento que se coadunam ao tradicional e monogâmico. A carreira do marido é construída em parceria com a esposa, é uma carreira masculina construída a dois, em que a mulher exerce no privado/doméstico um poder com respaldo masculino. (Idem, p.81. Ênfases do autor)

Mas é também nesse arranjo entre público e privado que se instaura, para a esposa, uma tensão permanente:

Parece-me que a esposa transforma-se numa espécie de intermediária entre os dois mundos – ela pertence aos dois universos - a sociedade civil (“os paisanos”) e a instituição militar. Ela pertence a dois universos distintos e lida nesta corda bamba que é a intermediação que seu lugar parece exigir. (Ibidem, p.118)

Cavilha percebe essa posição de intermediária da esposa quando indica que ela tem uma função determinante quando seu marido se aposentar do Exército, porque será o momento em que ele precisará do suporte dela para se adaptar à volta permanente para a casa, que implica para o oficial da reserva em um convívio mais próximo com a família e com experiências e práticas não mais do mundo do quartel, e sim do meio “civil”.

Assim, parece-me que as esposas de militares podem viver com mais ou menos intensidade o “mundo do quartel” porque, mesmo estando sujeitas a algumas imposições, elas não têm que vivenciar o ambiente militar de forma absorvente e sacrificante como seus maridos. Afinal de contas, elas estão diariamente lidando com as necessidades da família (no seu sentido “privado”) e do “mundo civil”, como aponta Cavilha. Percebe-se que aí, as duas instituições “vorazes”, como diz Segal, apontam para uma tensão quando estão relacionadas: de um lado o Exército parece querer “puxar” as esposas e as famílias para um modo de vida “nômade” e pautado em normas e valores do

ambiente militar; e por outro lado parece que temos a família “puxando” as esposas para uma estabilidade e uma vida com relação ao “mundo civil”.

Levando-se em consideração os trabalhos das autoras supracitadas, as famílias de militares se configuram num universo peculiar, onde a dinâmica das famílias parece estar condicionada a algumas regras e prescrições do mundo militar. Todas as análises abordadas, mesmo tratando de lugares diferentes (e idades diferentes dos informantes), apontam para uma permanência na configuração dessas famílias: o *ethos* nômade, o papel da esposa como colaboradora da profissão do marido, a solidariedade e união entre as famílias de militares. As autoras estão trabalhando com uma idéia naturalizada de família, onde apontam que a configuração familiar no meio militar segue a tradicional divisão sexual do trabalho e que, embora a esposa se identifique como colaboradora ativa do marido, o casal configura-se no esquema da “família nuclear”.

Destaca-se que, ao menos no Brasil, os estudos nas Ciências Sociais sobre a família militar são poucos e ainda apresentam um caráter exploratório; logo, este tema ainda é recente e há muito a ser explorado. Dito isto, partirei para a proposta de uma análise acerca da relação entre Exército e Família, a partir de meus dados de campo. Iniciarei pela origem social dos militares.

3.3 A família militar em números

Neste item procuraremos apresentar dados referentes à origem social dos entrevistados e dos cadetes da Aman, com o objetivo de acrescentar dados inéditos à discussão sobre um possível “recrutamento endógeno” no meio militar, isto é, filhos de militares seguindo a mesma carreira que o pai.

A intenção, portanto, é apenas colaborar com mais dados para um debate que ainda há muito a ser investigado; mas, que pela falta de acesso a documentos e, principalmente, acesso a dados quantitativos mais precisos⁷², não foi possível, no momento, uma análise mais detalhada.

⁷² Coelho (1985) e Castro (1993; 2004) já mencionam sobre essa ausência de dados internos a respeito da constituição das FFAA. Os documentos que tive acesso na Aman, também demonstram que alguns dos dados podem ser imprecisos. Por exemplo, ao analisar diversas tabelas referentes às origens sociais, religião, etnia, dos cadetes de tal turma, era comum ver

Celso Castro (1993;2004⁷³), se preocupou com a origem social dos militares e reuniu informações obtidas por ele, Alfred Stepan e Alexandre Barros⁷⁴. Assim, o autor apresentou dados mostrando que na década de 80, o Exército teve um aumento progressivo de filhos de militares entre os cadetes da Aman; e propôs, a partir disso, a idéia de estar havendo um “fechamento social” da instituição – um crescente “recrutamento endógeno”. No entanto, com dados de 2000-2002, Castro expõe que esse quadro estaria passando por uma lenta reversão, mas que ainda assim o número de filhos de militares era significativo na Academia. Observemos essas porcentagens no quadro abaixo, em que apresento números e classificações retirados do trabalho de Castro e acrescento dados relativos aos anos de 2004-2007 que obtive na Aman⁷⁵.

QUADRO 1

Porcentagem de cadetes filhos de civis e militares, em cinco períodos⁷⁶

FILIAÇÃO /ANOS	1941-1943	1962-1966	1984-1985	2000-2002	2004-2007
Civis	78,8%	65,1%	48,1%	54,6%	62,7%
Militares	21,2%	34,9%	51,9%	45,4%*	37,3%**
	(N=1.031)	(N=1.176)	(N=812)	(N=1.274)	(N=1622)

*Inclui 5 mães militares

**Inclui 5 mães militares

O período de 2004-2007 reforça essa tendência de que o número de filhos de civis configura-se como maior que o de filho de militares. Mas também confirma que, ao mesmo tempo, a porcentagem de pais que são militares destaca-se das demais profissões. Para complementar esta

que as tabelas, ora referenciavam-se a x cadetes, ora a y cadetes; e não havia especificação do por que desses recortes e somas (isto é, do fato de, em uma tabela só contar com x cadetes e na outra só contar com y).

⁷³ Na referência de 2004, ver, em especial, o último item do capítulo 3 (p. 139-142).

⁷⁴ Stepan, 1975 e Barros, 1978.

⁷⁵ Com relação aos meus dados, eles foram retirados do Anuário Estatístico da Aman do ano de 2007, que compreende porcentagens sobre cadetes que entraram de 2004-2007 na Academia. Neste documento constam dados quantitativos dos cadetes sobre: faixa etária, naturalidade, escola de origem, religião, profissão dos pais e renda familiar.

⁷⁶ Os períodos de 1941-1943 e 1962-1966 foram retirados do trabalho de Stepan e reorganizados pelo Celso Castro. Os períodos de 1984-1985 e 2000-2002 foram obtidos por Castro na Aman.

informação, mostro abaixo as três profissões mais recorrentes dos pais (gênero masculino) dos cadetes da Aman em dois períodos (2000-2003; 2004-2007)⁷⁷:

QUADRO 2

Porcentagem das três profissões mais recorrentes dos pais dos cadetes em dois períodos

PROFISSÃO PAIS 2000-2003	%	PROFISSÃO PAIS 2004-2007	%
Militar	43,76%	Militar	37%
Vendedor	9,16%	Vendedor	9,9%
Engenheiro, Físico e Químico	5,54%	Não declarada / desconhecida	7,6%
	(N=1.658)		(N=1.622)

Ressalte-se que desde 1990, o sistema de ingresso na Academia é via EsPCEx (Escola Preparatória de Cadetes do Exército – equivalente ao 3º ano do Ensino Médio civil) e a admissão à essa escola é garantida através de concurso público aberto a militares e civis. Em 2003, por exemplo, dos 418 alunos matriculados no 1º ano da Aman, 204 tiveram uma experiência em colégio militar antes de entrar na EsPCEx e 214 vieram de colégios civis; em 2007, dos 411 matriculados no 1º ano da Aman, somente 83 vieram de colégios militares, ao passo que 328 vieram de colégios civis. Esses números, apesar de não especificarem de fato quem tem pais militares ou não, nos indicam que há um crescimento no número de cadetes com pais civis e que esta pode vir a ser uma tendência para os próximos anos. No entanto, mesmo assim, de acordo com o Quadro 2, a ascendência militar dos cadetes é ainda muito expressiva, se comparada às demais profissões dos pais.

Celso Castro também inclui em sua análise, dados que permitem especificar de que posto/graduação pertencem esses pais militares. Mais uma vez, apresento números retirados do trabalho de Castro (que incluem dados de Alexandre Barros também⁷⁸) e acrescento o período de 2004-2007:

⁷⁷ Dados retirados dos Anuários Estatísticos da Aman de 2003 e 2007 e fornecidos pela Academia, durante a pesquisa em 2007-2008.

⁷⁸ As informações de Barros referem-se ao ano de 1970.

QUADRO 3

Porcentagem de cadetes filhos de oficiais gerais, oficiais superiores e de oficiais subalternos e praças, em 1970, 1985, 2000-2002, 2004-2007

FILIAÇÃO / ANOS	1970	1985	2000-2002	2004-2007
Oficiais gerais e oficiais superiores	28,5%	31,9%	41,9%	33,7%**
Oficiais subalternos e praças	72,5%	68,1%	58,1%*	66,3%***
	(N=144)	(N=210)	(N=575)	(N=511)

*Inclui 5 mães militares

**Inclui 4 pais gerais

*** Inclui 5 mães militares

Como o autor analisa e é possível confirmar nos números inéditos que acrescentei, a maioria dos filhos de militares ingressados na Academia militar são filhos de oficiais subalternos e praças e, portanto, é evidente a busca de ascensão social dentro da própria instituição: um projeto, segundo Castro, antes de tudo, familiar (1993, p. 229).

O fato de termos filhos de militares seguindo a carreira do pai é relacionado ao fato de que a profissão militar concentra várias esferas da vida dos indivíduos numa mesma rede de relações sociais, isto é, os oficiais e suas famílias convivem intensamente em ambientes militares (clubes, colégios e vilas) e, por vivenciarem esses círculos, a tendência à “endogenia” e opção pela carreira militar dos filhos passa a ser verificada nesse contexto.

Minha pesquisa pode acrescentar algumas considerações sobre essa discussão e expandir os dados para as esposas dos militares. De dezenove entrevistas, temos um universo de análise de trinta e cinco pessoas que se referem a oficiais homens ou mulheres, e cônjuges (homens e mulheres) não militares. No Quadro 4 temos a porcentagem de maridos e esposas que têm parentes militares.

QUADRO 4

Parentes militares dos casais entrevistados

Casais Entrevistados	Pai Militar	Demais Parentes	Posto/Gradação*	
			<i>Oficiais gerais e oficiais superiores</i>	<i>Oficiais subalternos e praças</i>
Maridos	5	11	4	12
Esposas	8	7	6	9**
Totais	13	18	10	21

*Neste quadro constam militares na ativa e na reserva.

**Nesse universo há 1 mulher militar (Capitão QCO da Marinha), irmã de uma das esposas.

Dessa amostra, 35% têm pais militares, dos quais, 69% são oficiais subalternos e praças e 31% são oficiais gerais e oficiais superiores.

Com relação às esposas, há duas que o pai era oficial superior do marido quando o casal se conheceu – e esta informação vai ao encontro de um dos padrões de casamento no meio militar que Barros (1978) já mostrava na década de 70, e assim, revela-se um “padrão” ainda existente no meio. Há também outras duas esposas que têm irmãs casadas com militares, sendo que uma dessas esposas conheceu o marido na casa de uma irmã que já era casada com um oficial; e com a outra foi o contrário: a sua irmã é quem conheceu o marido através dela.

Com relação aos filhos desses entrevistados, há dois que são cadetes na Aman e um que está se preparando para prestar EsPCEEx (Escola Preparatória de Cadetes do Exército – Campinas/SP); e duas filhas que têm um relacionamento afetivo com militares (tenentes do Exército) – uma casou-se recentemente e a outra está noiva. No caso dessas filhas, elas também estão seguindo o “padrão”, casando-se com oficiais subordinados aos pais.

Assim, no caso do meu campo, também foi possível verificar, em alguma escala, a idéia de um “recrutamento endógeno”, mas é preciso atentar que essa endogenia não é vista como uma regra formal da instituição militar ou uma obrigação imposta pela família. Ela deve ser compreendida pelas relações que estão sendo constantemente compartilhadas entre as famílias dos militares e que se estruturam em torno de valores e condutas muitas vezes conduzidas

pelo Exército, e que são apreendidas e vivenciadas no dia-a-dia dessas famílias. O ponto é que a família toda, de certa maneira, está “envolvida” com o Exército: vemos que não só os filhos estão seguindo carreira militar, como também as filhas estão se relacionando com militares. Há uma “produção” de militares e esposas em potencial que configura esse caráter de “fechamento” da instituição militar. É claro que estamos fazendo estas considerações a partir das informações obtidas em campo e sabemos que as famílias podem ter um “envolvimento” maior ou menor com o meio militar, mas como os dados deste tópico mostraram, essa tendência é encontrada na pesquisa.

Com a intenção de explorar mais a respeito dessas famílias, inclusive esse “envolvimento” entre família e exército, buscaremos nos próximos capítulos relatar as trajetórias dos casais entrevistados e os aspectos que caracterizam as famílias dos militares.

II PARTE

A narração da família

Os capítulos 4 e 5 apresentam estruturas parecidas e por isso, cabe uma introdução aqui que contemplará as duas partes do texto. Assim, procuraremos apresentar dados referentes ao perfil das famílias entrevistadas, de modo a propor considerações sobre elas.

Como a pesquisa incluiu casais em que um, ou ambos os cônjuges são militares, procuramos sistematizar os dados e agrupá-los em três categorias: casais em que o marido é militar; casais em que ambos são militares e casais em que a esposa é militar. Essa diferenciação deve-se, sobretudo, aos aspectos encontrados em cada entrevista, que nos levaram a classificar as famílias nesses grupos. Logo, a intenção não é fazer generalizações, mas as entrevistas revelaram *tendências* que nos permitem uma observação a partir dessas categorias. Espera-se, como objetivo desse texto, uma análise que exponha características dessas tendências de famílias no exército, de modo a compará-las.

Na primeira parte de cada capítulo, será descrita brevemente a história de cada casal entrevistado, reunindo informações e dados a respeito da constituição da família do militar (como o casal se conheceu, que lugares já moraram, o número de filhos, etc.), privilegiando o modo como a esposa se estruturou e estruturou sua família (aqui entendida como a família nuclear – pais, mães e filhos – pois as entrevistas acabaram, em muitos momentos, girando em torno desse assunto, da família no seu sentido, digamos, “privado”).

A estrutura com que foram montadas essas trajetórias remete ao modo como me foram narradas, e procuro mostrar de forma breve, dados sobre o casamento, escolha do marido e/ou esposa pela carreira militar, transferências geográficas da família, rumos que os filhos tomaram e

profissões das esposas/maridos. E é preciso destacar que nessa parte os dados serão mostrados de forma “bruta” e serão utilizados para exemplificar e elucidar a análise pretendida do trabalho.

Em seguida às trajetórias, serão apresentadas características mais gerais sobre o modo de vida das famílias de militares, indicando a peculiar relação que há entre exército e família. Ressalta-se que a nossa pesquisa privilegia uma análise dos discursos, pelo fato de não termos conseguido uma etnografia detalhada sobre o cotidiano dos entrevistados.

No capítulo 4, portanto, mostraremos uma análise das famílias cujo marido/pai é oficial do exército brasileiro, de modo a evidenciar um “modelo nativo” de família militar.

No capítulo 5, será trabalhado o caso das famílias em que ambos os cônjuges ou só a esposa/mãe é oficial do exército brasileiro. Com isso, busca-se uma comparação dessas configurações de família, argumentando que nos casais onde a mulher é militar gera-se tensões no “modelo” esperado de família militar.

4

A FAMÍLIA MODELO

Neste capítulo apresentarei, inicialmente, breves trajetórias de onze famílias⁷⁹, cujo marido/pai é oficial de carreira do exército brasileiro (em especial, oficial das Armas) e trabalhava na Aman no período estudado. E assim, a partir do que me foi contado, procurarei evidenciar o modo como a família e a instituição militar estão relacionadas e apontar as características que os entrevistados definem como sendo da “família militar”.

Este capítulo, portanto, constituirá das seguintes quatro partes:

- A parte 4.1 anuncia esses onze casos encontrados na pesquisa, na forma de trajetórias dos casais.

- A partir da parte 4.2 procura-se apresentar aspectos mais gerais sobre o modo de vida das famílias de militares. Nesse tópico abordo a questão da alta mobilidade geográfica com as vantagens e desvantagens proporcionadas aos dependentes dos militares.

- A parte 4.3 abordará a vida nas vilas militares, em especial, na vila militar da Aman, indicando o espaço da vila como meio de socialização e identificação da “família militar”.

- A parte 4.4 compreende o papel da esposa como colaboradora ativa da carreira do militar, indicando que a constituição de uma família é vista como algo esperado no mundo militar.

4.1 Trajetórias de casais em que o marido é oficial do exército

As 11 famílias tratadas neste capítulo residiam na vila militar da Aman e as entrevistei entre 2007 e 2008. As histórias estão aqui divididas entre casais mais antigos (casados há mais de 17 anos) e casais mais novos

⁷⁹ A escolha, neste capítulo 4, por onze casos, refere-se ao fato de que nesta parte estou tratando de famílias em que só o marido exerce a profissão militar e essas foram as entrevistas que contemplaram esse universo.

(casados há menos de 11 anos). Ao fim, procuro estabelecer uma comparação entre essas duas gerações de famílias de militares, indicando permanências e mudanças nos estilos de vida das famílias e mostrando que podemos falar num “modelo” nativo de família militar.

Os entrevistados serão citados através de iniciais, que não conferem com as iniciais de seus nomes verdadeiros.

– Casais mais antigos

A) Coronel A. e Esposa A.

O coronel nasceu em Recife/PE e quando o entrevistei tinha 51 anos. Teve um primo do pai dele que foi sargento do exército, mas não o conheceu como militar, pois já havia ido para a reserva. Optou pela carreira militar porque um homem que trabalhava com sua mãe na prefeitura de Recife havia feito CPOR/R (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva) e aí ele se interessou em saber mais detalhes sobre o Exército e se candidatou para a EsPCEEx (Escola Preparatória de Cadetes do Exército⁸⁰) em Campinas/SP. Está no Exército há 35 anos. Na época da entrevista, ele era o subcomandante da Aman.

A esposa nasceu no Rio de Janeiro/RJ e quando a entrevistei tinha 51 anos também. O pai era da Marinha, mas se aposentou quando ela era pequena e não teve contato com o meio militar antes de se casar. Viveu dos 05 aos 24 anos no mesmo lugar, deixou a família de origem quando se casou. Sua profissão é pedagoga, graduou-se antes do casamento e fez mestrado e doutorado (recém terminado) quando os filhos estavam maiores. Procurou fazer inúmeras atividades (especialização, cursos de idioma, deu aulas particulares) pelos lugares que passou com a família, mas priorizou o cuidado com os filhos e em “manter a família unida”. Ela considera que abriu mão de desenvolver uma carreira profissional em função de ter que “*viver em função só da vida dele (marido)*”, mas que teve

⁸⁰ A EsPCEEx é equivalente ao terceiro ano do ensino médio civil e única forma de ingresso para a Aman. A entrada na EsPCEEx é através de concurso público, onde tanto filhos de militares como de civis podem prestar.

oportunidades nos últimos anos de se dedicar aos estudos, principalmente quando os filhos estavam maiores.

Os dois se conheceram num baile na Aman na época que o marido era cadete (1º ano), em 1975. Uma amiga da esposa que namorava um cadete a chamou para o baile em Resende. Os dois se conheceram e passaram a se corresponder por cartas e namoraram por três anos, de 1976 a 1978, ficaram noivos no fim de 1978 e casaram-se em 1980. São casados há 27 anos e têm dois filhos, um de 24 e outro com 22 anos. O filho mais velho é cadete na Aman e o mais novo atualmente mora em São Paulo e faz curso de graduação em música.

A decisão da carreira dos filhos, segundo os entrevistados, não teve influência direta dos pais. O que optou pela carreira militar foi visto como *“algo inesperado”* por eles, porque como a esposa A. relata, *“teve uma fase da vida dele (do filho) que ele falava assim: ‘ai, eu não quero ser militar não, que eu não quero que meus filhos passem por isso que eu passo e ficar toda hora perdendo amigos, é muito triste”*.

A opção do filho mais velho pela academia foi na época que a família estava na Guatemala e os filhos, adolescentes, não se adaptaram muito naquele país. A esposa achou que o filho só estava arranjando algum motivo para voltar ao Brasil, mas com o tempo o rapaz mostrou *“dedicação pela carreira”*. O que optou por música, segundo o casal, gostava bastante dos amigos do colégio militar, mas deixou claro que não queria ter essa profissão, pois não havia se adaptado a todas as regras e condutas que tinha que vivenciar no colégio. A esposa conta, que assim que o filho mais novo saiu do colégio militar, deixou o cabelo crescer e foi seguir a carreira que gostava: de música. Quando indagado sobre a opção da profissão do segundo filho, o coronel disse que não censurou sua escolha, *“achei ótimo”*, segundo ele.

Durante os anos de casado, passaram por 13 mudanças de residência, na seguinte ordem: Lorena/SP; Resende/RJ; Juiz de Fora/RJ; Rio de Janeiro/RJ; Campinas/SP; Rio de Janeiro/RJ; Cascavel/PR; Rio de Janeiro/RJ; Cidade da Guatemala/ Guatemala; Caçapava/SP; Lorena/SP; Rio de Janeiro/RJ; Resende/RJ. Houve momentos em que família e marido

moraram separados, como no caso em que a esposa estava se preparando para iniciar o doutorado e ficou no Rio de Janeiro com os filhos enquanto o marido trabalhava em Lorena. Atualmente também vivem em lugares separados, enquanto o marido serve em Resende, a família está “*explodida*” (gíria militar que significa espalhado): esposa mora no Rio de Janeiro devido ao término do doutorado; um dos filhos mora em São Paulo; e o filho mais velho e o coronel moram em Resende, mas em locais distintos – o coronel mora numa “casa funcional”⁸¹ na vila militar da Aman enquanto o filho mora no alojamento da Aman⁸². O marido ressalta que, mesmo morando na mesma cidade, encontra pouco o filho, pois os horários de cada um não batem; pela posição de comando que ele exerce na academia; e também pela posição de subordinado do filho como cadete. Segundo o coronel A., “*eu não o vejo, é raro, às vezes quando tem formatura eu vejo ele passando no meio dos cadetes*”. Mas marido e esposa passam o fim de semana juntos em Resende.

Essa configuração atual da família (espalhada) é recente, os filhos só saíram de casa quando buscaram uma profissão para atuar.

A maior parte dos lugares em que viveram, moraram em vilas militares e os filhos puderam cursar alguns anos em colégios militares.

B) Tenente-Coronel B. e Esposa B.

O marido nasceu em Lajes/SC e na época da entrevista estava com 47 anos. Tinha avô e pai militares do Exército (iniciaram carreira como sargentos e entraram para reserva como tenentes). Optou por ser militar pelo convívio diário que a família tinha no quartel onde o pai trabalhava.

A esposa nasceu no Rio de Janeiro/RJ e quando a entrevistei tinha 44 anos. O pai e o avô serviram na Aeronáutica (começando como sargentos e entraram para reserva como oficiais subalternos). Viveu com os pais até se

⁸¹ “Casa funcional” refere-se à moradia militar de uso exclusivo para o subcomandante da organização militar e sua família.

⁸² Pai e filho nesse caso não podem morar juntos, segundo exigências e regras do Exército brasileiro; pois o pai é oficial superior e subcomandante da academia, ao passo que o filho é cadete (e, portanto, subordinado do pai) e está em processo de formação, devendo viver em regime de semi-internato dentro da academia durante os quatro anos de sua formação para oficial.

casar. Iniciou faculdade de biblioteconomia quando solteira, mas, segundo ela, *“precisou”* largar a faculdade porque se casou e iria se mudar do estado do Rio de Janeiro para uma cidade de interior do Rio Grande do Sul, e a faculdade mais próxima que tinha o curso que ela fazia era só em Porto Alegre, a seis horas da cidade que ia morar. Segundo ela, *“não tinha cabimento eu ter casado pra passar a semana em Porto Alegre e viajar todo final de semana pro interior, aí que acabou que eu abandonei tudo”*. Assim, não desenvolveu uma profissão, mas sempre participou de atividades de artesanato, bordado, costura; atividades organizadas por esposas de militares e voltadas para ajudar outras famílias de militares de baixa renda.

Os dois se conheceram no Rio de Janeiro na época em que o marido era cadete na Aman (2º ano). Ele ia muito à casa de um amigo no Rio, que era na mesma rua da casa da esposa, e se conheceram ali. Namoraram até o tenente-coronel se formar na Aman, e em seguida casaram (em 1984), pois o marido foi trabalhar em Dom Pedrito/RS, fronteira com o Uruguai e a esposa o acompanhou. São casados há 24 anos e têm três filhos: um rapaz de 22 anos e duas filhas, uma de 21 e outra de 18 anos.

Passaram por 10 transferências até agora: Dom Pedrito/RS; Rio de Janeiro/RJ; Porto Alegre/RS; Livramento/RS; Rio de Janeiro/RJ; Livramento/RS; Rio de Janeiro/RJ; Porto Alegre/RS; Brasília/DF; Resende/RJ. A família sempre morou junta, exceto numa das viagens para o Rio de Janeiro/RJ, pois o marido ia ficar só 06 meses para um curso de especialização e os filhos podiam ser prejudicados na escola na época. O tenente-coronel optou por transferências em regiões próximas (interior do Rio Grande do Sul) para garantir uma qualidade de vida melhor para os filhos.

O filho é cadete na Academia e passa os finais de semana na casa da família, aonde leva amigos, também cadetes. A filha mais velha está morando no Rio de Janeiro porque está fazendo curso de medicina lá (iniciou a faculdade em Brasília e quando o pai precisou ser transferido, transferiu-se o curso dela para uma cidade mais próxima de onde o pai e o

resto da família iriam)⁸³. Ela namora um oficial tenente, recém formado na Aman, se conheceram na época que fizeram colégio militar. O casal B. aconselhou à filha a terminar a graduação, para depois se casar e, segundo eles, por enquanto, a filha seguiu esse conselho. A filha mais nova faz Administração em Volta Redonda/RJ, próximo a Resende, morando na casa dos pais. Ela pretende, após a formação, prestar concurso para a ESAEx (Escola de Administração do Exército, que forma oficiais do quadro complementar de carreira⁸⁴). O tenente-coronel diz, que a opção dos filhos em seguir carreiras de certo modo ligadas às Forças Armadas, vem do fato de que os filhos sempre estiveram envolvidos em atividades sociais dentro dos quartéis que ele trabalhou e isso, segundo ele, foi visto como determinante pela escolha profissional dos filhos, pois permitiu uma identificação deles (filhos) com esse meio.

Semelhante ao primeiro casal, moraram boa parte da trajetória da família em vilas militares e os filhos tiveram a experiência de estudar em colégios militares.

C) *Tenente-Coronel C. e Esposa C.*

O marido é natural do Rio de Janeiro/RJ e tinha 42 anos na data da entrevista. É o primeiro militar na família. A escolha pela carreira foi pelo “*lado da aventura e da organização*” que caracterizavam a instituição, segundo o entrevistado.

A esposa também é nascida no Rio de Janeiro/RJ. Não tem parentes militares; e pelo contrário, segundo ela, “*a minha formação, da minha*

⁸³ Esclarece-se aqui que a transferência de universidade para o dependente do militar, em virtude do deslocamento do militar, é garantida e regulamentada pelo Estado. Mas, segundo os entrevistados, a transferência de faculdade não é feita de forma fácil e apresenta alguns obstáculos – isto será mostrado na parte 4.2 deste capítulo.

⁸⁴ O quadro complementar de oficiais (QCO) compreende oficiais de ambos os sexos, que já possuem um curso superior, realizado em uma universidade civil, em diversos campos do conhecimento (Administração, Letras, Economia, Psicologia, Veterinária, Informática, etc.) para serem empregados em atividades complementares e administrativas no Exército brasileiro. Para se tornarem oficiais do quadro complementar é preciso o ingresso e formação na Escola de Administração do Exército (ESAEx), localizada em Salvador na Bahia. Dados retirados do site <<http://www.exercito.gov.br/01inst/armas/Qco/indice.htm>>, acessado em 12 de nov. de 2008.

família e tudo, era também completamente civil, todo mundo de esquerda né, não tinha ninguém de direita". Ela dizia que nunca iria se casar com um militar, porque achava o militar difícil de namorar por não ficar no mesmo lugar. A esposa formou-se em magistério e sempre trabalhou nessa área, mas quando veio para Resende, precisou "*dar um tempo*" no trabalho e se dedicar ao que ela definiu como uma vida de "*esposa de militar*". Uma vida, segundo ela, que ainda não tinha "*estreado*" pelo fato de nunca ter passado por uma transferência de residência.

Os dois começaram a namorar por intermédio de uma terceira pessoa, um noivo da prima da esposa, que era amigo do tenente-coronel. Quando se conheceram, o marido era cadete na Aman (2º ano) e estava de férias no Rio. Casaram-se depois de dois anos dele ter se formado na Aman, porque, embora ele tenha se formado e sido transferido para o Rio de Janeiro, queria se "*estruturar*" primeiro, para depois casar. São casados há 18 anos e têm dois filhos: uma garota de 16 anos e um menino de 14 anos.

Ambos se consideram uma família de muita sorte e um caso raro para o Exército, porque passaram quase todos os anos de casados morando no Rio de Janeiro. O marido só serviu em duas guarnições (Rio e recentemente em Resende/RJ), pelo fato de ter se especializado em páraquedismo. Ele também serviu um ano em Angola numa missão de paz e a família permaneceu no Rio, pois em casos de missão de paz, segundo exigências do Exército brasileiro, não é permitido que a família acompanhe o marido militar, porque é uma situação em que pode haver "*risco de vida*".

Como passaram a maior parte do tempo num mesmo lugar, a esposa considera que sempre viveu uma "*vida de civil*" e só agora, morando em Resende, que viveu uma vida com militares, com a "*família militar*". No Rio eles moravam longe da guarnição e o relacionamento com militares se restringia só ao marido dentro do ambiente de trabalho, que ficava distante da casa deles. A primeira vez que moraram na vila militar foi agora, com a vinda para Resende. A esposa montou um ateliê na casa em Resende, onde dá aulas de pintura para outras esposas de militares.

Ela diz que só agora passou a ser "*esposa de militar*", quando veio morar na vila, e descobriu-se inserida numa rede de relações, na qual às

vezes se sentia “*de fora*”, principalmente com relação a amizades com esposas de oficiais do mesmo círculo hierárquico do marido militar. Segundo ela, o ambiente da Aman era muito formal e hierarquizado; e essa formalidade acabava “*contaminando*” algumas esposas de oficiais superiores e ela “*repugnava*” essa formalidade, e por isso não se tornou tão “*íntima*” dessas esposas.

A esposa também caracterizou o marido como “*obsessivo*” pela profissão militar, pois, segundo ela, “*ele tem uma paixão quase que obsessão né, vamos dizer assim pela vida militar. Passou a maior parte da vida dele estudando e estuda só isso. Ele é muito, muito, muito, não tem outra palavra que eu posso usar, ele é obsessivo mesmo pela vida militar. Porque até a própria formação que eles têm como cadete é muito rígida e provoca na pessoa uma cobrança muito forte*”. Essa “obsessão” chegava a ela, na medida em que se tornava constante a ausência do marido da casa, para se dedicar à profissão militar.

A esposa afirmou que só agora, morando numa vila militar, passava a compreender melhor esse aspecto “*obsessivo*” do marido pela profissão, porque viu que havia outros maridos que também agiam assim, e outras esposas que passavam pelas mesmas dificuldades que ela, como a ausência constante do marido militar.

D) Tenente-Coronel D. e Esposa D.

O marido nasceu no Rio de Janeiro/RJ e na época da entrevista estava com 44 anos. Possui um irmão que seguiu carreira como oficial do Exército e diz ter sido influenciado em parte por ele, e pelo fato de achar uma boa opção de carreira.

A esposa também é natural do Rio de Janeiro/RJ, não possui parentes militares e é formada em Letras, mas não atua na profissão; segundo ela, “*só fico em casa*”. Ela fez a graduação agora nos últimos anos, tendo que interromper o curso por um período durante as mudanças de cidade, mas pôde retomá-lo depois para concluí-lo.

Os dois se conheceram num grupo jovem da Igreja no Rio, quando tinham entre 12 e 13 anos. Mas começaram a namorar quando ele era

cadete na Aman (3º ano). Casaram-se um pouco depois do marido se formar, estando juntos como marido e mulher há 22 anos. Têm três filhos: duas mulheres, uma de 19 e outra de 13 anos e um menino de 17 anos.

Já passaram por 07 transferências: Lapa/PR; Juiz de Fora/MG; Rio de Janeiro/RJ; Brasília/DF; Resende/RJ; Olinda/PE/ Resende/RJ. A primeira transferência foi muito importante para o casal, pois se viram afastados das suas famílias de origem e precisaram criar vínculos fortes entre si e, mais tarde, entre eles e os filhos, para que a família se estruturasse. A cada mudança para novo lugar, eles “*precisavam estar bem unidos*” para manter, segundo eles, a estrutura da família. Na maioria das vezes a família morou em vilas militares e agora, a esposa diz estar numa fase em que quer uma moradia mais fixa, ter uma casa só deles.

A filha mais velha está fazendo faculdade de educação física no Rio de Janeiro e morando com a avó lá para desenvolver o curso, enquanto que o filho de 17 anos estava, na época da entrevista, se preparando para prestar EsPCEX . O marido diz ter uma postura bem aberta com relação à escolha profissional dos filhos, deixando com que eles optassem pela carreira que quisessem, mas, segundo ele, a filha mais velha teria “*mais pendor*” para a profissão, mas optou pela educação física.

E) General E. e Esposa E.

O marido é nascido em Resende/RJ e na época da entrevista estava com 53 anos. O pai foi militar do Exército, mas seguiu carreira de magistério e o general não viveu a vida de movimentações pelo país. Diz ter optado pela carreira militar “*por vocação*” e, por ter nascido em Resende e sempre estar vendo as atividades da Academia. Na data da entrevista, ele era o comandante da Aman.

A esposa nasceu em Campinas/SP e quando a entrevistei tinha 52 anos. Não tem parentes militares e saiu da casa dos pais quando se casou. Como profissão é professora e sempre procurou dar aulas em escolas e cursinhos de inglês nos lugares que morou com o marido e a família. Mas recentemente, quando se mudou para Resende, deixou de lecionar porque acabou envolvida com as atividades da Academia, principalmente por ser a

esposa do comandante, lhe cabendo a responsabilidade de gerenciar o serviço de assistência social da Aman: o SASAMAN – uma entidade que visa ajudar as famílias de militares de baixa renda da Academia. Como esposa do oficial mais antigo, isto é, do oficial mais graduado que trabalha na Aman, a esposa, recentemente, sente-se responsável por passar conselhos e experiências para as esposas mais novas dos oficiais, e sente-se na obrigação de saber os nomes delas e de procurá-las para eventuais conselhos, além de promover eventos para uma integração entre as esposas.

O casal se conheceu em 1970 quando ele cursava EsPCEEx, em Campinas. Iniciaram o namoro no 3º ano dele do curso; continuaram juntos nos quatro anos dele de cadete na Aman; e se casaram depois de dois anos do marido formado na Academia. Logo, se conheceram em 1970 e casaram em 1977; casados há 32 anos e com dois filhos: uma filha de 29 e um filho de 27 anos.

Os filhos deixaram de acompanhar o pai e a mãe quando iniciaram faculdade em Brasília. Hoje eles se sustentam, mas a esposa indica que quando os filhos começaram a faculdade, durante um tempo, a família tinha duas casas: a casa do casal (marido e mulher/pais) e a casa dos filhos, sustentada pelo casal. Segundo ela, *“isso é bem comum para o militar, ele tem que sustentar porque ele quer deixar o filho bem instalado, num lugar seguro”*. O marido ainda revela que o filho pensou em seguir carreira militar, passando na mesma época para a EsPCEEx e para o curso de Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB). Apesar de dizer que o filho tinha vocação para as duas profissões, o marido disse ter deixado ele a vontade para optar pela profissão que desejasse.

Ao todo, o casal passou por 14 mudanças de estado: Lorena/SP; Rio de Janeiro/RJ; Resende/RJ; Coxim/MS; Rio de Janeiro/RJ; Aracaju/SE; Rio de Janeiro/RJ; Cascavel/PR; Estados Unidos; Brasília/DF; Uberlândia/MG; Resende/RJ; Brasília/DF; Resende/RJ. E que somando com mudanças ocorridas na mesma cidade, totalizaria cerca de 20 mudanças de residência. A filha mais velha ficou em definitivo na primeira ida da família à Brasília; enquanto o filho acompanhou os pais por mais dois anos até a

época de prestar o vestibular. Segundo a esposa, *“o filho você consegue deixar numa cidade fazendo faculdade, só que a esposa do militar ela acompanha o militar”*.

Eles moraram grande parte da vida do casal/família em vilas militares. A filha mais velha não estudou em colégio militar por opção própria (diz o casal que não gostava de andar uniformizada), enquanto o filho cursou alguns anos de colégio militar.

F) Coronel F. e Esposa F.

O marido nasceu em São Paulo/SP e na época da entrevista estava com 47 anos. Não possui parentes militares. Era aluno de escola pública quando surgiu a oportunidade de prestar EsPCEEx e seguiu carreira a partir disso.

A esposa nasceu em Cárceres/MG e quando a entrevistei tinha 45 anos. Seu pai é general da reserva do Exército e ela viveu uma vida típica de filha de militar: com muitas transferências e passando por muitas escolas. É professora, mas há alguns anos não exerce a profissão, porque passou a se dedicar, segundo ela e o marido, a uma outra carreira: *“ser mãe”*, ou seja, passou a administrar e a viver exclusivamente a vida dos e para os quatro filhos. Ela havia passado em um concurso público, mas teve que pedir exoneração por não conseguir administrar o trabalho com o lar. Segundo ela, *“o tempo todo eu estava de licença, sempre afastada pra acompanhar o marido, pra acompanhar os filhos (...) e alguém tem que apoiar a casa né, tem que dar uma estrutura”*.

O casal se conheceu em 1981 quando o pai dela era subcomandante do Corpo de Cadetes da Academia e o marido era cadete do 4º ano. O marido, inclusive, ressalta que hoje ele é o comandante do Corpo de Cadetes na Aman. O casal se conheceu num evento da Academia: a Olimpíada Acadêmica. Começaram a namorar a partir daí e se casaram em 1982, em Santa Maria/RS, onde o pai da esposa foi comandar uma guarnição e o recém marido ser seu subordinado. Estão casados, portanto, há 26 anos, e possuem quatro filhos: duas mulheres, uma com 24 e outra com 16 anos; e dois homens, um com 23 e outro com 14 anos.

Vivenciaram 10 transferências por conta da carreira do marido, a maioria vivendo em vilas militares: Santa Maria/RS; Resende/RJ; Rio de Janeiro/RJ; Cascavel/PR; Brasília/DF; Rio de Janeiro/RJ; Brasília/DF; Quito/Equador; Brasília/DF; Resende/RJ. Entre a última estada em Brasília e Resende, o coronel foi convocado para uma missão de paz no Haiti, se ausentando um ano da família (seis meses no Rio Grande do Sul para preparo e planejamento da missão e seis meses no Haiti).

A ida para Quito gerou problemas: quando estiveram lá, a esposa precisou voltar mais cedo para o Brasil, pois os filhos não se adaptaram; ela voltou com os 3 filhos e o marido ficou morando com o filho homem mais velho o resto do período em que estava de serviço no Equador. A experiência e difícil adaptação em Quito (a filha mais velha entrou em depressão; a mais nova, por ser diabética, tinha problemas com relação à insulina que não havia no país; e o filho mais novo não se adaptou à escola e estava ameaçado de perder o ano) fez com que a esposa voltasse suas atenções exclusivamente e condicionalmente para os filhos, para apoiá-los, *“para manter a estrutura da família”*.

Com relação ainda às transferências, a esposa estava, de certa maneira, com a vida da família toda estruturada em Brasília antes de ir para Resende. A esposa, então, acabou passando por algumas dificuldades relacionadas aos filhos: como o caso da filha mais nova que em Brasília estava num ritmo de estudos para prestar vestibular por lá e agora já não sabia mais aonde iria prestar faculdade. Diante disso, a esposa revelou que a partir de agora aonde os filhos mais novos forem (com relação a estudos), ela vai junto e o marido que terá que *“se virar”* para visitá-los.

A filha mais velha do casal formou-se em fisioterapia e casou ano passado com um tenente recém formado da Academia – na ocasião da entrevista, a filha estava na casa dos pais e iria ficar lá com o marido por mais quatro meses, pois o mesmo era atleta no meio militar e estava em fase de treinamento em Resende. O filho mais velho formou-se em direito na UnB e estava fazendo mestrado em Portugal; enquanto que a filha mais nova está no terceiro ano do segundo grau e o filho mais novo está terminando a oitava série. A filha casada com militar iniciou seu namoro

quando o marido era cadete na Aman. A mãe apenas aconselhou que a filha casasse após concluir a graduação.

* * *

Este item procurou apontar, de acordo com a relevância dada por cada entrevistado, alguns dados da história de seis famílias cujo cônjuge é oficial de carreira do Exército brasileiro.

Os casais conheceram-se na época de formação inicial dos militares, seja na Preparatória ou quando cadetes na Aman. O casamento indicava, para as mulheres, o distanciamento de suas famílias de origem e a valorização do que eles (o casal entrevistado) concebem como família nuclear (marido, esposa e filhos). Os casamentos ocorreram logo após o oficial formar-se na Academia. Logo, a idade dos casamentos varia entre 30 e 18 anos.

Os filhos, agora adolescentes ou já “quase” adultos estão começando a vivenciar seus projetos e aspirações individuais e passam a sair de casa para cursarem faculdades ou, principalmente no caso de algumas filhas, quando se casam. Nota-se que, das seis histórias analisadas, há dois casos em que os filhos estão seguindo a carreira militar (e um terceiro que está se preparando para segui-la) e há dois casos em que a filha tem um envolvimento afetivo com um militar (uma é casada e outra é noiva, ambas com militares recém formados da Aman). A opção dos filhos/as pela carreira ou pelo casamento com militares, segundo os pais, não teve uma “pressão direta” da família e foi vista como uma escolha marcada pelo convívio que seus filhos tiveram com o meio militar e, enfim, com militares.

As famílias passaram, em média, cerca de 10 transferências e, exceto pelo caso da família tratada no *subitem C*, que se consideram como um “caso raro”, todas as outras passaram por mudanças pelas várias regiões do Brasil. Segundo as famílias, as transferências passaram a ser um problema para os filhos na medida em que eles cresciam e apresentavam certa resistência a deixar colégios e amigos para uma “nova vida” em outro lugar. Pelo que me foi relatado e mostrado acima, em dois casos onde esse “problema” parecia ocasionar maiores transtornos, decidiu-se que a esposa

permaneceria com os filhos num local separado do marido, enquanto o mesmo cumpriria as exigências da carreira no local delimitado pela profissão.

Com relação à questão do emprego para as esposas e da dificuldade em exercê-lo mediante as constantes transferências, a profissão mais recorrida era a de professora porque, segundo elas, permitia a opção de trabalhar em alguns lugares sem um vínculo exclusivo. Houve algumas que tiveram uma formação profissional antes do casamento e outras que aperfeiçoaram ou começaram uma formação recentemente. E em um caso (o mostrado no *subitem F*), houve um processo de voltar-se exclusivamente aos filhos e família e fez com que a esposa optasse por ser “mãe” em tempo integral.

Mas as esposas, trabalhando ou não, de um modo geral, priorizavam e ainda priorizam o cuidado com a família (pai, mãe e filhos) e foram responsáveis pela manutenção desse núcleo, referido como “doméstico” por elas; enquanto os maridos seguiam suas carreiras como militares no meio “público”. As que trabalharam ou trabalham, portanto, deixaram o exercício de uma profissão para segundo plano, em prol de uma constituição “estruturada” da família nuclear. Assim, elas viveram suas vidas “acompanhando” as carreiras militares dos maridos em função das suas constantes transferências territoriais, priorizando o cuidado com os filhos e o manter a “família unida”.

Estabelece-se aqui, com respeito a esses casais mais antigos, uma relação na qual o marido constitui-se como “chefe e provedor da família” e a esposa, mesmo que trabalhe, prioriza os cuidados com o lar. Esta configuração nos remete à tradicional diferenciação sexual do trabalho ainda naturalizada em grande parte da nossa sociedade.

– Casais mais novos

G) Capitão G. e Esposa G.

O marido nasceu no Rio de Janeiro/RJ e na época da entrevista tinha 36 anos. Optou pela carreira militar devido ao fato de que perto da casa dele havia um quartel e procurou saber mais informações e prestar o concurso. Quando entrou para a vida militar só havia ele na família, mas depois alguns primos serviram o Exército como sargentos.

A esposa também é nascida no Rio de Janeiro/RJ e tinha 31 anos na época da entrevista. Ela é formada em direito, mas não exerce a profissão e não trabalha no momento. Possui um tio que é reserva na marinha.

Os dois se conheceram no ACAMPAGE (Acampamento – retiro – da Associação de Cadetes Evangélicos da Aman) na época de cadete do marido. Começaram a namorar logo após que ele formou-se na Academia, e o casal namorou à distância por dois anos, com o marido no Mato Grosso e a esposa no Rio. Somente quando foi transferido para Praia Grande (São Paulo), é que se casaram, e a esposa passou a acompanhar ele nas transferências. Ela morava com os pais antes de se casar. Estão casados há 11 anos e têm duas filhas: uma de 6 e outra de 4 anos.

Passaram juntos por 4 transferências até hoje: Praia Grande/SP; Rio de Janeiro/RJ; Criciúma/SC; Resende/RJ. Sempre moraram em vilas militares.

A esposa iniciou a faculdade no Rio quando ainda era solteira, e quando se casou estava no segundo ano de direito. Para “acompanhar” o marido, precisou pedir transferência para uma universidade particular próxima da cidade em que foram morar, no litoral de São Paulo. Segundo ela, *“eu dei preferência a terminar a faculdade primeiro, pra depois ter filho, porque eu sei que se eu fizesse isso eu ia acabar trancando a faculdade. Por quê? Como eu pedi transferência, aí bagunça o nosso currículo, aí eu tive que fazer adaptação pra no caso estudar de manhã o ano que eu estava cursando e a noite a adaptação das matérias, pra compor, né. Isso foi muito cansativo porque eu estudava de manhã, a noite e ainda tinha estágio no sábado (...) e ainda tinha que tomar conta da casa, de tudo”*.

Agora, a esposa está esperando as filhas crescerem para poder voltar a pensar na sua profissão, e pretende prestar um concurso federal pela possibilidade de manter um trabalho estável e poder ser transferida junto com o marido. Mas indica, em sua fala, que a prioridade é a sua família: *“seja pra onde ele (marido) for, eu, as filhas, a família tem que ir junto, porque casou é pra estar junto”*. Ela indica que poderia estar trabalhando e colocar as filhas numa creche ou pagar alguém para ficar cuidando delas, mas optou por não trabalhar agora, para cuidar das filhas.

H) Capitão H. e Esposa H.

O marido nasceu em Fortaleza/CE e na data da entrevista tinha 31 anos. Optou pela carreira militar porque já tinha algum contato e conhecimento com a profissão, pois o pai foi sargento do Exército. A estabilidade de emprego foi um dos fatores pela escolha da profissão. Os irmãos dele também são militares: um é cadete na Aman e outro é sargento do Exército.

A esposa também é de Fortaleza/CE e tinha 25 anos na época da entrevista. Ela é formada em pedagogia, mas não trabalha no momento. Seu pai é coronel da reserva do Exército. Ela diz que, como filha de militar, passou por 20 transferências, mas que ser filha *“é mais fácil do que ser esposa (...) porque você não sente tanto, você perde amizade mas você não perde emprego né, você tá na outra escola outro ano; já esposa não, você está numa cidade empregada e na outra você tem que começar do zero e ir a luta de novo”*.

Os dois são casados há 8 anos e têm dois filhos homens, um de 6 anos e um de 1 ano. Conheceram-se quando o marido, recém formado da Academia, foi para Porto Velho/RO e ela era a filha do oficial que comandava a unidade de lá. Ele era noivo antes e ela tinha um namorado, mas os dois acabaram se conhecendo numa festa no quartel, romperam as relações que tinham anteriormente, e namoraram durante um ano e meio. O casamento, segundo a esposa, foi considerado *“precoce”*, porque o pai dela estava indo embora da cidade e, se não casassem, ela iria acompanhar o pai e teria que romper o namoro.

Até agora, passaram como casal, por 6 transferências; Porto Velho/RO; Brasília/DF; Nicarágua; Brasília/DF; Rio de Janeiro/RJ; Resende/RJ.

A esposa conseguiu fazer uma graduação porque passaram muito tempo em Brasília. Apesar de terem ido para Nicarágua entre os anos que viveram em Brasília, ela precisou trancar o curso por seis meses, mas depois retornou e concluiu. Agora está procurando enviar currículos para tentar arranjar algum emprego. Apesar de estarem esperando uma vaga na

vila militar em Resende, sempre moraram nas vilas pelos lugares que passaram.

O casal discordou em alguns pontos da entrevista, como quando questionados sobre se gostariam que os filhos seguissem carreira militar. A esposa não gostaria, porque queria os filhos mais perto da família e tendo um emprego com melhores condições financeiras; já o marido queria que os filhos fossem militares, porque só via vantagens na profissão e considerava uma carreira “*digna*”. A esposa argumentou que a maioria dos seus amigos que são filhos de militares, optaram por fazer faculdade civil, e que hoje em dia ganham muito mais que o seu marido.

Ela também estava descontente com o fato de provavelmente ter que tentar ser concursada federal para que pudesse acompanhar as transferências do marido com um emprego; “*não é o emprego que eu sonhei pra mim*”, diz ela. E ainda revela que o pai não gostou muito da idéia dela se casar com um militar, por viver sempre longe da família de origem. Mediante essas reclamações da esposa, o marido, a toda hora na entrevista, tentava colocar “panos quentes” na discussão, argumentando que o sogro nunca disse nada a ele sobre o fato de terem se casado, e que ela era muito apegada a dinheiro.

Nesse casal fica claro que a esposa sente-se frustrada em relação a alguns aspectos de sua vida (o fato de ter que morar em vários lugares, de não poder exercer a profissão almejada), mas, no entanto, em nenhum momento me pareceu que ela estaria colocando em xeque o casamento; e sim que o fato de ter casado muito nova (com 18 anos) e ser ainda muito nova, colocava questões sobre como explorar sua individualidade dentro da família, e ela ainda estava buscando vivenciar uma identidade e um papel que não só o de esposa e mãe.

1) *Capitão I. e Esposa I.*

O marido é nascido em Curitiba/PR e na época da entrevista tinha 30 anos. Antes de ser militar, havia entrado na universidade civil, mas devido ao alistamento obrigatório, vivenciou um pouco do meio militar e resolveu seguir a carreira na EsPCEEx e, em seguida, na Aman; e acabou, segundo

suas palavras, *“se apaixonando pela carreira”* e pelo modo de vida *“organizado”* da instituição. Não possui parentes militares.

A esposa é nascida em Porto Alegre/RS e na época da entrevista tinha 31 anos. O pai é coronel da reserva da Aeronáutica e o irmão é major dentista da Aeronáutica, mas ela não viveu uma experiência de ter que morar em vários lugares. Ela formou-se analista de sistemas e desde que casou, não trabalha. Ela diz que *“não tenho tanto trauma porque eu me formei e ainda trabalhei um tempo. Eu trabalhava antes de casar, então foi uma opção que eu fiz”*; a de se dedicar, após o casamento, à família e não ao trabalho.

Os dois se conheceram em Curitiba. Na época ela estava cursando faculdade lá e ele – cadete da Aman (4º ano) – foi visitar a família, e os dois se conheceram numa festa. Namoraram durante um ano, e durante esse tempo, os dois concluíram suas formações e se casaram quando ele foi servir na sua primeira unidade. São casados há 6 anos e têm uma filha de 2 anos.

Passaram por 2 transferências: Livramento/RS; Resende/RJ. A esposa diz que não tiveram problemas com relação à primeira mudança, principalmente por não terem filhos na época, mas que agora, com a filha pequena, estava visualizando possíveis dificuldades de adaptação para a próxima transferência.

Os dois indicam que a família do militar se constitui em *“pais, mães e filhos”* e que a esposa, às vezes, precisa *“diminuir”* o ritmo do marido no trabalho, para que ele passe um tempinho com a filha; por exemplo, faz com que ele almoce em casa para passar um tempo a mais e suprir a carência da filha. Segundo seu marido, *“até a esposa de vez em quando tem que ficar pra segundo plano, pra suprir essa carência dela (da filha)”*. Há, portanto, para os dois, uma valorização na família no sentido de proporcionar uma boa educação e bem-estar para a filha. Nesse momento, esposa está voltada para a filha e marido também, mas em proporções menores, devido ao grande tempo despendido nos afazeres do quartel.

J) Capitão J. e Esposa J.

Essa entrevista foi realizada somente com a esposa, por isso, alguns dados mais específicos sobre o marido não foram abordados.

A esposa é natural de São Paulo/SP e na época da entrevista tinha 31 anos. Não tem parentes militares na família. É formada dentista, mas atualmente não exerce a profissão e nem trabalha.

O casal se conheceu em Resende, pelo fato de que ela tinha uma amiga cujo pai é militar e tinha casa em Penedo (cidade vizinha de Resende). Uma vez, quando estava viajando pela região com a amiga, conheceu o capitão, que na época era cadete na Aman. Começaram a namorar, mas só casaram três anos após ele ter se formado. Quando casaram, ela estava no último ano de faculdade e logo que ela concluiu o curso, o marido foi transferido para Belém e ela passou a acompanhá-lo. Estão casados há 10 anos e têm um filho de 1 ano e 2 meses.

Transferências pelas quais a família já passou: São Paulo/SP; Belém/PA; Rio de Janeiro/RJ; Curitiba/PR; Resende/RJ. E têm uma transferência em vista já para Santa Maria/RS.

A primeira mudança da esposa, de São Paulo para Belém, foi a mais difícil, pois ela nunca havia saído de São Paulo. Mas, segundo ela, depois que começou a acostumar, gostou da nova cidade; contudo, já era hora deles se mudarem de novo. Quando mudaram para o Rio, a esposa aproveitou para fazer um curso de especialização na sua área. Em Curitiba, o casal tinha a intenção de ficar mais tempo, eles moravam em uma casa própria e a esposa procurou estar conhecendo as pessoas e planejava o desenvolvimento da sua carreira, mas o marido foi convocado para trabalhar em Resende e os planos dela ficaram adiados; nesse momento ela diz que houve concordância do casal na decisão da transferência, mas que ela teve que ceder para que ele crescesse na profissão militar. Exceto Curitiba, em todos os lugares por onde passaram, eles moraram em vilas militares.

O nascimento do filho foi assistido e amparado pela mãe dela em São Paulo. Ela passou um mês lá com a família de origem, porque não queria estar sozinha no parto, e o marido estava muito voltado com o trabalho no quartel.

Com relação ao trabalho, a esposa diz que sempre esteve trabalhando nos lugares por onde passou, mas sempre trabalhos sem vínculo; passava cinco a seis meses procurando emprego porque, segundo ela, “*cada vez que eu mudo, praticamente viro uma recém-formada*”. Mas, mesmo preocupada em continuar uma carreira, ela diz que colocou a família em primeiro lugar e deixou o lado profissional para o segundo plano. A esposa diz que se contentou em desenvolver um pouco só do trabalho para que a família se mantivesse unida, já que para ela, nesse meio, a “*esposa tem que ceder bastante*”.

K) *Capitão K. e Esposa K.*⁸⁵

O marido é natural do Rio de Janeiro/RJ e na data da entrevista tinha 35 anos. Decidiu pela carreira militar pela possibilidade de estabilidade financeira e pelo espírito aventureiro que a profissão passava, como as atividades de acampamento na selva, prática de tiros, etc. O pai apenas serviu como soldado recruta por um ano no Exército; fora isso, não tem nenhuma experiência na família com o meio militar.

A esposa é natural de Campo Grande/MS e na data da entrevista tinha 28 anos. Não tem parentes militares na família e graduou-se terapeuta ocupacional, mas não exerce a profissão no momento.

Os dois se conheceram em Campo Grande num barzinho, por intermédio de uma amiga em comum (uma tenente) que os apresentou e a partir daí começaram a namorar. Na época, o marido acabara de passar pelo Rio de Janeiro para fazer o curso de aperfeiçoamento de oficiais e foi transferido para Campo Grande. Namoraram durante três anos e depois se casaram. São casados há 1 ano e não têm filhos; dizem estarem aproveitando um pouco a vida de recém-casados.

O marido considera que eles são um “*casal diferente*” no meio militar; “casados tardiamente” pelos padrões tidos como normais na instituição. Mas esse “casar tardiamente”, vem do fato de que o marido está no seu

⁸⁵ Esta entrevista não foi realizada com o casal junto, primeiro entrevistei o marido e depois a esposa.

segundo casamento. Ele diz que *“ninguém casa para separar, casa para ficar junto a vida inteira”*, mas que o fim de seu primeiro casamento foi uma decisão da ex-esposa e não dele, porque ele gostaria de continuar casado mesmo sabendo que a relação entre eles já não estava tão bem. O capitão acredita que o fato das constantes mudanças, a dificuldade de fazer novas amizades e a distância da família de origem, foram aspectos que influenciaram na decisão da ex-mulher em se separar.

O segundo casamento ocorreu depois de cinco anos em que o capitão estava divorciado.

O casal está passando pela primeira transferência juntos, de Campo Grande/MS para Resende/RJ. A esposa descreveu a mudança como uma *“situação de choque”*, porque além de ficar longe de sua família de origem, ela veio para um mundo que classifica como *“totalmente específico”* pelo fato de que foi a primeira vez que se viu inserida na vida militar.

A esposa, quando não está com o marido ou complementando seus estudos, diz ficar sozinha em casa, porque não se enturmou muito com as outras famílias; até pelo fato de o casal não ter filhos e na vila militar da Academia, *“todo mundo tem filhos, aonde você olhar aqui, tem criança”*. Com isso, ela diz se sentir um pouco excluída na relação com outras esposas de oficiais. Inclusive, também se sente excluída, pelo fato de ter conhecido o marido depois da formação dele e rolarem alguns comentários de que ela não passou por muita coisa que as outras esposas passaram e acompanharam da vida dos maridos militares.

A esposa diz que ela e o marido estão sempre pensando em conciliar formas dela trabalhar perto da onde ele estiver servindo, mas que ela acha complicado mesmo assim, porque *“a esposa de militar tem sempre que se estruturar em função da carreira deles”*. Assim, diz estar consciente sobre essa realidade da sua família, ainda mais porque *“o mundo dele (do marido) é o Exército”*. Ela está se adaptando a essa *“nova vida”* de casada com militar e aparenta estar passando por dificuldades de adaptação e amizades, mas encara como parte da vida que assumiu viver agora.

Os cinco casais tratados neste item casaram-se entre 11 e 01 ano atrás e, mais uma vez, percebemos que as esposas vivem suas vidas acompanhando as carreiras dos maridos militares.

A maioria dos casais conheceu-se durante a época de cadete do marido, mas houve dois casos em que se relacionaram depois de alguns anos de formado dele. O casamento, mais uma vez, indicava para a maioria das mulheres o afastamento de suas famílias de origem e a valorização do núcleo familiar, onde as esposas manifestavam uma grande preocupação com o cuidado dos filhos, ainda pequenos.

Pudemos notar uma apreensão com relação à formação profissional das esposas: há três casos aqui em que elas graduaram-se antes de se casarem e um caso em que, mesmo casada, houve uma preferência em terminar a faculdade para depois ter filhos. No entanto, todas, mesmo formadas, não estavam trabalhando na época das entrevistas, pois a maioria estava atenta à formação e educação dos filhos pequenos. Mesmo assim, todas tinham intenção de começar ou voltar a trabalhar em breve.

As famílias, ainda novas, passaram por poucas transferências e as esposas pareciam ainda estar procurando se adaptar a esse constante aspecto da vida da família do militar. As esposas, em sua maioria, indicaram a primeira mudança como a mais difícil, pois era normalmente a primeira vez em que elas estavam indo morar em outras regiões e longe dos pais.

A história tratada no *subitem K* diverge, em partes, do restante dos casos, por se tratar do segundo casamento do oficial. Ele indica que o rompimento de seu primeiro matrimônio partiu da ex-esposa pelo fato de que ela não se adaptou às dificuldades e especificidades que a profissão militar impõe não só ao militar, mas à família como um todo.

A separação⁸⁶, nesse caso, não foi vista como um empecilho à carreira profissional do militar, até porque na sua ficha de registro no Exército

⁸⁶ Cabe “abrir um parêntese” aqui e ressaltar que não foi possível encontrar estatísticas sobre o número de divórcios no Exército brasileiro, até porque se percebeu que este é um tema ainda delicado para a instituição. No entanto, era comum escutar dos militares durante a pesquisa que as separações estavam aumentando, principalmente com relação a casais cuja mulher é militar.

nunca constou que ele estava separado; segundo ele “*só mudou o nome da esposa*”, pelo fato de que a separação formal demorou a sair e ele casou-se logo em seguida.

O recém casamento, considerado pelo entrevistado como “tardio” para os padrões militares implicava na dificuldade que a esposa estava vivendo no momento da entrevista: tratava-se da primeira mudança dela, do impasse em arrumar amizades, principalmente pelo fato de não terem filhos, enquanto a grande parte das esposas que morava na vila militar tinha. Parece-me que aqui, esses obstáculos não se tratam tanto do fato dela ser a segunda esposa do oficial, mas sim de que o casal estaria vivendo uma temporalidade diferente daquela que os oficiais de mesma patente que ele pareciam viver: ele estava numa vida de recém casado, quando boa parte dos outros oficiais já tinham uma família constituída por filhos pequenos. Isto pode ser verificado nos outros casos analisados neste capítulo.

De um modo geral, as trajetórias dos casais novos parecem indicar uma estrutura da família nuclear semelhante à encontrada nos casais antigos. Apesar das esposas ainda estarem vivenciando alguns dilemas e adaptações com relação a mudanças e trabalho, todas compreendem que o casamento com um oficial de carreira do Exército implica em ter “*sempre que se estruturar em função da carreira deles*” e, por conseqüência, em ter que exercer um trabalho, caso queiram, de forma limitada.

As esposas mais novas também apreendem o valor de se constituir uma família unida e se percebem como sendo fundamentais para a constituição da mesma. A fala da esposa G. (*subitem G*) que diz ter optado abrir mão do trabalho para cuidar do filho, ao invés de deixá-lo numa creche para poder trabalhar, ressalta essa responsabilidade das mulheres com a família, uma preocupação vista em todas as entrevistas.

Logo, a idéia de que é preciso “acompanhar o marido”, presente em todos os 11 casos, configura, de certa forma, uma relação entre marido e mulher na qual o emprego do marido (oficial de carreira do Exército brasileiro) seria o “ponto de convergência” da família: é preciso adaptar a família às exigências impostas ao marido pelo Exército, ao passo que esta é uma condição para a família ser formada. Ou seja, em nenhuma das entrevistas

houve um questionamento por parte das esposas ou por parte dos oficiais de que a instituição militar é quem deveria se adaptar ou se tornar mais maleável com relação à dinâmica das famílias.

As dificuldades com as mudanças, com o emprego e a solidão que muitas esposas sentem pelo fato de que os maridos militares quase sempre estão cumprindo atividades em lugares distantes, são consideradas características intrínsecas pelas quais as famílias de militares precisam passar e, sobretudo, se adaptar.

Logo, parece ser possível compreender que há um forte discurso que garante que as esposas continuem voltadas para o cuidado com o lar, com os filhos, com o que seria o “mundo privado”; para que os maridos possam circular e cumprir devidamente suas obrigações com o Exército, e, num sentido total, com o “mundo público”, devido ao fato de que o principal dever das Forças Armadas é defender a Pátria, o Brasil, *“acima de tudo”*.

Assim, nota-se uma estabilidade na organização das famílias de casais mais novos e mais antigos, com relação ao “modelo” que é esperado e, portanto, naturalizado, da família militar. Um dado curioso é que em ambos os casos é possível encontrar filhos de militares seguindo a carreira do pai, e também se observa o casamento de filhas de militares com militares – essas ocorrências podem ser pensadas como reforçando esse discurso operado nas famílias.

Pensa-se que há uma forte relação do Exército e da família, na medida em que as práticas individuais dos sujeitos podem não conferir com o modelo esperado, mas que, mesmo assim, as pessoas inseridas nesse meio se concebem como família a partir do discurso totalizante da instituição militar. Nas próximas partes trabalhadas deste capítulo, procurar-se-á mostrar a representação dessas famílias como famílias de militares.

4.2 Transferências territoriais

Nesse tópico abordo o tema da alta mobilidade territorial característica da profissão militar, apontando-a como o início do processo de identificação dos dependentes desses oficiais enquanto famílias de militares.

Também serão mostradas as vantagens e desvantagens para a família com as mudanças, de acordo com as falas dos entrevistados.

De um modo geral, os oficiais de carreira do Exército são transferidos de organização militar a cada 02 ou 03 anos. As mudanças acabam pautadas em função do plano de carreira que o oficial deve seguir que inclui: um período para os cursos de aperfeiçoamento da profissão, como a EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais – Rio de Janeiro/RJ)⁸⁷ e a ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – Rio de Janeiro/RJ)⁸⁸; outros cursos que complementem as especializações dos oficiais, como por exemplo quando o oficial é voltado para atividades na área de educação e precisa de cursos ou estágios nessa área; e também lugares que o oficial precisaria “passar” para almejar prestígio na carreira.

A coisa até vai acontecendo porque tem certos ciclos que nós (militares) temos que passar, cursos, e eventualmente o militar pode sair da Academia e ficar na mesma unidade até fazer o curso de aperfeiçoamento, ele leva oito a dez anos, acontece também, mas muito comum nesse período ainda como tenente, ter uma experiência. Em geral, ele tem interesse na transferência, pra ter outra experiência... A transferência tem uma vantagem financeira, como a transferência causa um incômodo pra ele e para família de uma maneira o Exército indeniza ele através de uma ajuda de custo. Então financeiramente também vale a pena a transferência. É muito comum que entre terminar o curso da Academia e fazer o curso da EsAO, ele faça uma transferência. As vezes até duas, que eventualmente ele pode ir pra fronteira, pra alguma guarnição da Amazônia, e voltar e depois ir pra EsAO. Uma ou duas movimentações num período aí de oito a dez anos. (Oficial)

As transferências são de caráter nacional e os destinos, na maioria das vezes, dependem da classificação adquirida pelo oficial nesses cursos de aperfeiçoamento. Há ocasiões em que os oficiais podem escolher, dentre um leque definido de opções, os lugares aonde ir e optar uma região que lhes convêm, podendo criar alguma estabilidade para a família, como o caso do tenente-coronel B., que sempre procurou servir em guarnições em cidades do interior do Rio Grande do Sul. Mas eles também podem ser (e

⁸⁷ A EsAO, um curso de aperfeiçoamento, tem como “missão” capacitar capitães para o comando e chefia de unidades.

⁸⁸ A ECEME, diferentemente da EsAO, é qualificada como um estabelecimento de ensino militar a nível de pós-graduação.

provavelmente serão) “chamados” a servir em qualquer parte do território, até porque, verifica-se nas entrevistas que um dos critérios para o prestígio na carreira vem, como diz um capitão, “*do fato de que ser transferido diversas vezes e passar por determinados lugares conta pontos para a carreira*”. A Aman, por exemplo, seria um desses lugares privilegiados para trabalhar, pois como muitos me disseram, a Academia é uma espécie de *vitrine* do Exército, onde é preciso ser visto para contar ganhos no currículo do militar.

A transferência, além de vista como caráter obrigatório para realizar a profissão, também é percebida como vantagem financeira e experiência para o oficial, e proporciona “*você ter a visão de Brasil como um todo*” (frase dita pelo general E.).

Para o oficial, vivenciar essas mudanças, ter um “espírito de brasilidade” – termo também mencionado pelo general – é encarado como algo natural⁸⁹ e esperado para a profissão que eles exercem, visto que um dos deveres fundamentais do militar, e pelo qual eles fizeram um juramento, é a defesa e fidelidade à Pátria, ao Brasil; nada mais certo, portanto, para eles, que conhecer e servir nas diferentes regiões do país que se procura defender.

A movimentação do exército é uma coisa que meio prevista, no sentido de possibilitar ao oficial conhecer o Brasil, então valoriza-se o oficial que conhece as diferentes regiões do país. Por isso as transferências do oficial serem de caráter nacional, não regional. Não se faz mudança só no Sudeste, ou só no Sul. Há até uma valorização para o oficial que conhece comandos militares distintos, regiões do país distintas. (Oficial)

E essa movimentação dos militares pelo território brasileiro, implica, na maior parte das vezes, no acompanhamento da esposa e filhos. Isto é claramente percebido nas trajetórias dos casais na parte I deste capítulo: todas as esposas tinham em mente que, para se pensar como família e esposa nesse meio, para dar sentido à idéia de família, era preciso “acompanhar o marido”; assim, elas também encaram como natural o viver “em trânsito” constante

⁸⁹ O uso da palavra “natural” refere-se aqui a um comportamento esperado e previsto do marido ou esposa com relação à construção de um ideal da família militar.

Quando a gente casa com eles [militares], a gente casa com a Força junto. E aonde tem missão, aonde eles são designados, a gente tem que ir, não é uma opção. (Esposa)

Você tem que estar preparado, e inclusive, antes de casar, quando nós ficamos noivos, ele me deixou bem claro isso, e eu achei legal, porque ele falou: “você esta preparada realmente? Olha, eu mudo muito e você não vai ficar mais perto de pai e mãe...”. Que as vezes a pessoa casa mas não rompe aquele vínculo né, porque está na mesma cidade, fica mais fácil. Mas no caso deles, militares, não. Eles vão pra outro estado totalmente diferente do que você está habituado e ele: “você esta preparada?”. E eu falei: “eu estou” (...) Eu até falo pra ele, se ele for convidado pra ir pro exterior, eu vou junto, porque eu acho assim, casou é pra estar junto. (Esposa)

A primeira transferência pela qual o casal passa, normalmente é marcada pelo afastamento da esposa de sua família de origem e inserção dela ao meio militar, isto é, inserção a uma rede de sociabilidade específica, a um mundo de certa forma visto como “diferente” do qual elas vivenciavam antes do casamento.

O primeiro ano foi o mais difícil, porque foi uma situação de choque mesmo, de ficar longe de casa, longe daquele núcleo que te conhece. Porque você vem pra um mundo completamente desconhecido, principalmente pra mim que não sabia nada da vida militar, do dia-a-dia deles. (Esposa)

De modo geral as mudanças proporcionam para os dependentes dos oficiais a oportunidade de conhecer novas pessoas e novos ambientes, mas também geram uma série de problemas para adaptação dessa família ao novo lugar. Os problemas são:

- Dificuldades práticas de organizar os móveis e outros elementos ao espaço físico da nova casa;

*As dificuldades são próprias da parte prática, de você montar a casa, desmontar a casa. Então vai das coisas mais simples, cortina que não dá numa janela até móveis que não cabem, configurações da casa que você não tem, o quarto da criança que daqui a pouco você não tem mais. **A casa você pega independente da sua estrutura familiar. Então é uma casa padrão, ela tá lá, você não escolhe a casa pelas suas necessidades, você é escolhido.** É aquela casa que tá lá pra você.* (Oficial) Grifos meus.

- Complicações no estabelecimento de um emprego ou desenvolvimento de uma carreira profissional para a esposa;

Eu não vejo dificuldade nem tanto em encontrar trabalho, eu vejo o problema em relação à ascensão. Porque por exemplo, você começa a trabalhar num lugar, daqui a dois anos você tá indo embora, então na medida que você conseguiu uma ascensão no emprego que você tá, você tá indo embora. Então você perde aquela oportunidade que você tem, você não consegue fazer uma carreira. (Esposa)

Cada vez que eu me mudo, praticamente, eu viro recém-formada. Tenho que sair distribuindo currículo, porque em cidade nova você não conhece ninguém. (Esposa)

Você fala que é esposa de militar, a pessoa já fica meio assim porque sabe que você vai ser transferida a qualquer momento. (Esposa)

- Dificuldades para cursar uma faculdade, tanto para a esposa quanto para os filhos, mesmo a transferência de faculdade sendo garantida pelo Estado ao dependente do oficial transferido;

Oficial: A maior dificuldade mesmo é no ensino superior, porque tu não consegues conciliar os currículos. Pra você ter uma idéia, minha filha que veio da UNB, quando fomos pro Rio de Janeiro, de todas as federais, só uma, que é a UNIRIO que aceitou o currículo da UNB pra ela eliminar os créditos. As outras não aceitaram. Quer dizer, um ano e meio que ela tinha feito lá, ela ía perder. E isso acontece em outras faculdades e em outros locais também.

Esposa: E mesmo assim ela voltou pro primeiro semestre do primeiro ano na faculdade, pra ter turma porque a grade não batia. Ela só eliminou as matérias que já tinha feito. Há dificuldade, não bate a grade horária, não bate a carga horária, não bate o conteúdo e os alunos têm que fazer tudo novamente.

- E, por fim, alguns obstáculos em estabelecer novas amizades tanto para as esposas quanto para os filhos, pelo fato de que a cada novo lugar serão novas pessoas que você vai ter que conviver e pode ser que não ocorra afinidade entre elas.

As dificuldades com a mudança, que eu vejo a parte social mesmo, de relacionamentos, porque acaba que você conhece as pessoas fora do meio militar, principalmente quando você trabalha no meio civil e tal, conhece pessoas, né, faz amizades, e há essa quebra desse vínculo, quando você se muda, então essa é uma dificuldade que a gente também tem que se adaptar. (Esposa)

O interessante na questão da mobilidade geográfica das famílias de militares é que, mesmo tendo dificuldades e limitações, quase todas as esposas que entrevistamos possuem uma graduação e procuram estar fazendo atividades (seja cursos que complementem aspectos profissionais – o aprendizado de idiomas, por exemplo -, seja trabalhos artesanais e voluntários); ou tentando alguma forma de trabalho que se adapte às suas condições como esposas de militares, isto é, como mulheres com um *ethos nômade* que optaram por acompanhar os maridos e que priorizam o cuidado com os filhos e seus lares.

Nota-se também que pode haver uma atuação maior da esposa no mercado de trabalho à medida que os filhos crescem (com a possibilidade de saírem da casa dos pais para viverem suas experiências e desenvolverem suas profissões) ou com a possibilidade de permanecer um tempo razoável num mesmo lugar. Mas o comprometimento do marido com a instituição militar pode permanecer o mesmo ou até se tornar maior, porque na medida em que o oficial se desenvolve em sua carreira, principalmente quando passa a comandar seções ou cursos, ele passa a despender mais tempo e energia no quartel.

Destaca-se também que a família procura manter os filhos/as juntos de seus lares o máximo que pode; quando não dentro de casa, em lugares próximos da onde os pais moram. Este é o caso da família B., em que a filha cursava UnB e quando o pai foi transferido de Brasília, ela também acabou transferindo sua matrícula para outra faculdade, mesmo atrasando todo o curso, para que ficasse num local próximo da família.

Há casos também, como já relatados em tópico anterior, em que os filhos, à medida que crescem, ficam mais resistentes às mudanças e passam a ser um “problema” (entram em depressão, têm o rendimento prejudicado na escola, etc.): para resolver essas situações, a família precisa repensar sobre a transferência, e esposa e filhos acabam permanecendo juntos sem se mudar, enquanto o marido se muda e, portanto, se afasta temporariamente, para cumprir as exigências da sua carreira. De toda forma, mesmo esse afastamento temporário parece ser a garantia para manter a

família unida e evitar fissões ou rompimentos dramáticos entre os pais e os filhos.

O caráter da mudança também fortalece os laços da família entre si, como aponta um tenente-coronel:

eu fui pro Paraná e eu estando lá a gente se casou e ela foi pra lá comigo. Então a gente ficou muito distante da família dos dois, numa fase inicial do casamento, e isso assim, a gente considera que foi muito importante pra nós, pra gente já criar assim... Uma estrutura nossa mesmo. Então, qualquer dificuldade que a gente tinha, não tinha a quem correr, então nós tínhamos que nos entender. E isso fez com que a gente amadurecesse muito o nosso relacionamento. E depois com os nossos filhos, também pequenos, a mesma coisa. Nós estávamos longe, então a gente sempre criou um vínculo de relacionamento entre nós, até por esse fato de estarmos longe da família... Então por esse ponto, essas transferências pra lugares novos, cada lugar que a gente chega a gente não conhece ninguém, então a gente tem que estar bem unido.

Dessa forma, as mudanças pelas quais os oficiais têm que passar ao longo da carreira, marcam o modo de vida de suas famílias (inclusive reforçam a idéia de mantê-las unidas), começando a criar uma identificação destas como famílias de militares.

Parece haver, para os militares, uma idéia de nomadismo e fixação com o território nacional, visto que é condição do oficial de carreira a mobilidade territorial para o exercício de sua profissão e para um conhecimento das várias regiões do Brasil. De fato, os militares elencam isso como uma experiência positiva de "brasilidade", no sentido de que lhes dá a causa do "território", da "nação"; então ideologicamente essa idéia parece agir como uma força socializadora. Por outro lado, parece ser também um mecanismo de impedimento de socialização com o "mundo de fora": a instituição desloca as pessoas o tempo inteiro, e elas não fixam laços com o *socius* envolvente.

Há, portanto, uma socialização interna (o "mundo de dentro - quartel") e uma dessocialização externa (com o "mundo de fora") e isso parece configurar e reforçar no Exército a idéia de um coletivo "positivado" em contraste com um indivíduo "depreciado". Nesse sentido, a esposa, que seria vista como uma "força individualizante", se sente mais prejudicada com as

constantes mudanças; e o marido militar, em contraposição, vê isso como um aspecto positivo para a carreira⁹⁰.

4.3 A vida nas vilas militares

Se as constantes mudanças e a adaptação das dificuldades inerentes a elas são um dos primeiros aspectos que identificam as famílias de militares enquanto tais, será a convivência nas vilas militares – e a conseqüente identificação que se estabelecerá nesses lugares com outras famílias do mesmo meio –, o outro ponto de socialização e reconhecimento das esposas e filhos com o mundo militar do qual o marido faz parte.

- A “Família Militar”

É nas vilas, principalmente, que as esposas passam a vivenciar a idealizada “Família Militar”: um termo enfatizado nas entrevistas e que se refere ao fato de que o espaço da vila compreende num mesmo ambiente, famílias que compartilham os mesmos tipos de experiências, anseios e dificuldades (as constantes mudanças, a ausência da família de origem e a ausência do marido/pai quando este está em atividades no quartel) e que, por toda essa semelhança, acabam reconhecendo seus vizinhos (outras esposas e filhos de militares) como *parentes circunstanciais*, pessoas as quais se poderá procurar apoio no dia-a-dia e, principalmente, nos momentos de dificuldade e solidão. As esposas, portanto, no convívio da vila, passariam a voltar-se para as outras esposas de militares. Segundo os entrevistados

Os oficiais passam muito do seu expediente na Academia, então mais de quatorze horas por dia lá, eu chego às 6h00 saio às 22h00. Então a esposa que está sozinha em casa com a criança, responsável pela parte familiar, ela se socorre muito nas outras esposas, nas outras famílias, no sentido de que “ah eu preciso comprar alguma coisa pra minha filha, a criança ficou doente”. A família acaba se socorrendo nas outras, vizinhas, que estão na mesma situação. É uma mulher que está grávida e que está pra perder a criança e não pode levantar e as outras vão à sua casa e fazem comida. Muitas vezes a criança nasce e o pai não tá perto. (Oficial)

⁹⁰ A questão da socialização interna e dessocialização externa foi sugerida pelo orientador, Piero Leirner.

É que na realidade, a gente não tem família próxima, a nossa família é a “Família Militar”. (Esposa)

É como diz o ditado né, o parente é o vizinho mais próximo. E a maioria também vive isso, a mãe tá longe, o irmão tá longe, nunca tem família por perto e os apertos que a gente passa tem que contar com os vizinhos. (Esposa)

Essa idéia da “Família Militar” reflete características encontradas na caserna como a predominância da coletividade, o espírito de união e a camaradagem e, portanto, num sentido mais geral, a “Família Militar” abrange o Exército como um todo, coletivo, procurando estabelecer uma forte identidade do grupo.

*A “Família Militar” é todo mundo que tá aqui, tanto aqui dentro (quartel) quanto lá fora na vila. A gente chama “Família Militar” porque acaba sendo uma grande família, que a **nossa relação acaba extrapolando a relação de trabalho**. (Oficial) Grifos meus.*

O apoio e solidariedade esperados/desejados entre as famílias são orientados e invocados pelo Exército e já nos dão indícios do modo como a família do militar é pensada como parte intrínseca da instituição.

Cabem aqui duas observações sobre esse termo tão utilizado no meio militar. Como representação, a “Família Militar” evidencia um universo de relações dentro do Exército que pode ser caracterizado como segmentário; ou seja, *“quando o general fala em ‘Família Militar’, ele abrange toda a Aman; senão todo o Exército. Ele entende a família como algo gigantesco. Quando é meu chefe de seção que fala a ‘Família Militar’, normalmente ele está se referindo aos militares da seção, e aos seus dependentes”* (fala de uma tenente). Assim, como vimos neste tópico, o termo pode indicar o todo (o Exército) e/ou suas partes (seções, Armas, quadros, as famílias, etc.), dependendo do contexto em que é evocado.

Há também nessa idéia de “Família Militar”, um duplo movimento sendo constantemente atualizado: as relações entre **casa** (aqui entendida como a família do militar – cônjuge e filhos/as⁹¹) e **caserna** (quartel). Nas narrativas que vimos acima dos familiares, podemos notar que há uma

⁹¹ A essa definição podemos acrescentar parentes considerados como “mais próximos” dos militares e cônjuges: pais, mães, irmãs/os, por exemplo.

extensão da casa para o quartel, quando as pessoas passam a se perceber e se relacionar como *parentes circunstanciais*. É comum, por exemplo, os filhos de militares chamarem de *tios/as*, os pais de outros filhos de militares. Há uma história narrada por um capitão, de que na rua da casa dele há uma criança de quatro anos que um dia o viu chegando à rua, e o chamou de *pai*, pois a criança já tinha se familiarizado com o pai “verdadeiro” fardado e, portanto, projetou essa imagem ao observar o capitão uniformizado.

Nesse sentido, as pessoas acabam “expandindo” os valores que dão à sua parentela (valores como “confiança, apoio, cuidado”) para os seus vizinhos e colegas militares. Quando se entende todos os militares e seus dependentes como a “grande família”, há a indicação de que estas são pessoas em quem se pode “confiar” e “contar” no dia-a-dia. Mas deixemos claro, que esta é uma analogia construída através das relações cotidianas entre as famílias de militares.

Se de um lado temos essa relação sendo operada, por outro, podemos compreender que o quartel também “prolonga” a relação de trabalho para o contexto da casa, através de uma série de atividades e condutas que prescreve e incorpora às famílias. O fato, por exemplo, desses familiares morarem, ao mesmo tempo, em vilas que são do Exército e que são próximas ao quartel, já determina uma condição de que o trabalho faz parte da rotina da casa. Exploraremos mais essa relação nos tópicos seguintes deste capítulo.

Para trabalhar com as noções de casa e caserna, utilizamos a compreensão de DaMatta (1991) acerca das categorias da casa e da rua, de que estas são “entidades morais e esferas de ação social” (Idem, p.17), que devem ser compreendidas contextualmente e só fazem sentido quando em relação (geralmente sendo de oposição ou complementaridade) com outros domínios e espaços. Assim, casa e caserna podem ser analisados como um “par estrutural que é constituído e constituinte na própria dinâmica da relação” (Ibidem, p.19).

- As famílias no PNR (Próprio Nacional Residencial)

As relações entre família e Exército, portanto, se intensificam na vivência dentro das vilas e prédios militares. As vilas militares podem variar em

tamanho de acordo com a região e há também lugares que não possuem essas instalações, mas pelos relatos mostrados na parte 4.1, pelo menos em algum ponto da trajetória das famílias, mesmo que por pouco tempo, elas vão habitar em uma casa na vila militar. Para propor algumas reflexões sobre essa discussão, utilizarei como análise a vila militar localizada em Resende, pertencente à Aman.

A vila militar em Resende faz parte do complexo da Aman e é considerada um PNR (Próprio Nacional Residencial), isto é, uma moradia mantida e organizada pelo Exército. Possui 580 moradias destinadas a oficiais (quadro de armas, complementar e saúde), praças (cabos e sargentos) e funcionários civis, cujas vagas são condicionadas ao militar que possui família (cônjuge e filhos/as, todos considerados seus dependentes). De certo modo, notamos que a estrutura da vila reflete a hierarquia operada na Academia: há a divisão “vila dos oficiais” e “vila dos sargentos”⁹², cada uma composta de um clube próprio, indicando que a diferenciação por círculos hierárquicos encontrada no ambiente de trabalho estende-se para a marcação física do ambiente doméstico.

A vila constitui-se de três bairros que delimitam esses territórios: um bairro onde se encontram as famílias de sargentos; outro, intermediário, que aloca famílias de oficiais subalternos e intermediários; e um terceiro, localizado na parte da frente da Academia, onde se concentram as famílias de oficiais superiores. Há, portanto, uma divisão física que, mesmo no caso de haver casas de sargentos e oficiais próximas, estas são separadas por ruas.

⁹² Nas outras Forças também há essa divisão da vila. No PNR da Academia da Força Aérea, por exemplo, há ainda a divisão de “vila dos civis”, conforme fui informada em congresso realizado lá em outubro de 2009.



FIGURA 1 - Maquete de todo o complexo da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman). Em destaque, as áreas que correspondem à vila militar: na parte da frente da Aman encontram-se as moradias de oficiais superiores e o Hotel de Trânsito; na parte do fundo (à esquerda) encontram-se as casas de oficiais subalternos e de praças.

As casas são padronizadas e também vão ficando maiores e mais espaçosas à medida que aumentam os postos e graduações dos militares; logo, as moradias de oficiais subalternos são térreas e pequenas se comparadas às dos oficiais superiores, que são sobrados. Essa diferença também se reflete em relação ao pagamento de aluguel: quanto maior o posto, maior o valor pago.



FIGURA 2 – Retrato de moradia de oficial superior na Aman. As moradias são sobrados, bem espaçosos, com cerca de seis quartos na parte de cima da casa. As casas ficam em frente do portão de entrada da Academia.



FIGURA 3 - Casas de oficiais intermediários e subalternos (capitães e tenentes) na Aman. Moradias térreas e menores.



FIGURA 4 - Casas localizadas na Vila dos Sargentos da Aman. As moradias de praças são menores que as casas de capitães e tenentes.

Essa configuração da PNR acaba aproximando fisicamente famílias de militares de mesmo círculo hierárquico do cônjuge militar e elas tornam-se vizinhas umas das outras, e, conseqüentemente, podem vir a compor um círculo de amizades⁹³.

Quando você é tenente tem alguns amigos capitão e tal. Quando é capitão tem alguns amigos majores. Porque o que acontece é uma característica mais de faixa etária do que de círculo hierárquico. Você acaba sendo exprimido no grupo de convivência pelas características da própria idade que a pessoa tá. Filho mais ou menos da mesma idade, pessoal tudo na mesma idade gosta de fazer mais ou menos as mesmas coisas. Acaba batendo com o tempo de carreira, por conta da característica da hierarquia nossa, porque o pessoal acaba sendo promovido ali mais ou menos no mesmo tempo, então você acaba convivendo com o pessoal da mesma faixa etária no mesmo posto. (Oficial)

⁹³ Destaca-se que as relações de amizade estão inseridas no contexto de identificação dos vizinhos como *parentes circunstanciais*; assim, as amizades geradas no meio militar são também equivalentes a esse termo. Mas não foi possível uma análise mais detalhada dessa relação de parentesco, pois só tive acesso aos discursos das famílias. Espera-se, para trabalhos posteriores um aprofundamento etnográfico sobre essa questão.

Mas os casais ressaltam que mesmo com esses espaços físicos bem delimitados, o convívio e as amizades podem se formar de várias formas e em vários grupos, podendo ser estabelecidos entre as pessoas que freqüentam determinada Igreja, entre as famílias dos militares da mesma seção de trabalho do marido, etc. Contudo, foi citado nas entrevistas que embora haja relações de amizade entre oficiais e sargentos, elas apresentam limitações, um certo constrangimento, porque a vila acaba tornando-se um ambiente um tanto formal.

Como moradia militar, a vila está sujeita a regras impostas pelo Exército e as famílias também estão coagidas a essas imposições. Assim, há regulamentos formais para manter o bom convívio e a padronização das casas, como o caso de não ser permitido barulho das 22h00 às 7h00 no local, de não poder mudar a arquitetura da casa (para realizar melhorias no lar é necessária autorização da Academia) e de ter que manter os jardins da casa sempre bem cuidados.

eu dei muita sorte porque eu criei meus filhos dentro dos valores daqui da instituição. Então as pessoas aqui são todas brasileiras, mas o importante é que a lei aqui, ela é cumprida, e isso faz muita diferença quando a gente vai morar fora. Por exemplo, não pode ouvir musica depois das dez horas. É cumprido porque se houver uma reclamação o dono da casa ele vai ser chamado pra se explicar, e ele não pode, se ele continuar, ele é convidado a se retirar. Entendeu? Então as pessoas respeitam as leis. Então, os filhos brincam livremente, têm segurança né, eles têm muitos amigos... (Oficial) Grifos meus.

O fato da vila estar localizada no território da Aman e ser organizada pela instituição, faz com que o marido (militar) não consiga se desligar do trabalho e isso é visto como uma desvantagem tanto por ele quanto por seus familiares:

A desvantagem é que a gente não consegue desligar do ambiente de trabalho, você passa o dia inteiro trabalhando vendo as pessoas e depois de noite são as mesmas pessoas. Não dá ali aquele ar de casa, você acaba fazendo alguma relação com o trabalho. (Oficial)

A desvantagem é que fica no mesmo ritmo de trabalho né, a gente parece que não descansa. A gente vê o vizinho e a gente lembra do trabalho (...)É 24 horas.. O que a gente fala, o militar é 24 horas. (Oficial)

O que me incomoda de morar na Vila é na verdade porque os maridos, eles ficam 100%.... 100% no quartel, porque convivem lá, os vizinhos

são do mesmo ambiente militar, e isso limita um pouco. Eu acho que a desvantagem é essa, eles nunca desligam do trabalho. Eu senti isso quando a gente morou fora da Vila em Curitiba, que a gente tinha os vizinhos... Cada um tinha um trabalho diferente, os papos eram diferentes, a cabeça era diferente. Quando a gente mora em Vila, as mesmas pessoas do trabalho são as mesmas pessoas que moram próximo do convívio... (Esposa)

E esse caráter da moradia como uma espécie de extensão do quartel acaba gerando um ambiente de vigilância na vila da Academia. Há, de acordo com os entrevistados, uma constante afirmação de que o oficial tem que ser, durante as 24 horas do dia, o *exemplo* para o cadete, visto que a função primordial da Aman é formar o oficial combatente do Exército brasileiro.

Ser o exemplo, segundo os entrevistados, é ser um *militar ideal*, é adotar uma conduta tida como ética e correta, uma solidez moral, calcada sempre na disciplina e na hierarquia e reproduzida também no modo de o oficial se vestir e se apresentar publicamente fora do seu horário de serviço, isto é, mesmo quando não estiver fardado. Assim, se quiser sair de casa num fim de semana, o oficial homem “*não deve estar com a barba por fazer, usar camisa regata ou chinelo*”; a oficial mulher, “*não deve usar chinelo, blusa de alcinha, shorts muito curto ou blusa muito decotada*”⁹⁴. No limite, parece haver na vila um dever institucional de que não se deve *ser o exemplo* só para os cadetes, mas mostrar que está *sendo o exemplo* para os demais oficiais

(...) um militar, ele trabalha com subordinados, então se ele mantém uma conduta dentro do quartel, ele tem que manter essa conduta fora né, porque senão ele não vai ter moral pra cobrar dentro do quartel. Quando se fala não pode sair de chinelo, eu entendo que é pra manter essa postura coerente lá fora, se ele for visto, e dentro do quartel. (Oficial)

então os homens não podem usar camisa regata, chinelo na rua, né, pela questão assim, que o cadete aprenda e ache natural isso, que é o militar, que até a sociedade espera do militar, de ser uma pessoa correta, com sua apresentação impecável, então a Academia que ela vive em função disso, em função de mostrar para o cadete como ser um bom oficial, então, por isso que tem essas formalidades, esse comportamento fora da Academia.

Então, pra mim é uma coisa natural, pensar que lá fora eu também vou estar sendo observada, eu vou estar sendo exemplo pro cadete, pro soldado. Então assim como eu vou chegar num lugar e tem um cadete

⁹⁴ Todas essas recomendações foram retiradas de entrevistas que realizei.

lá com uma atitude inadequada, eu tenho que eventualmente, eu vou chamar a atenção dele, então assim, eu não posso estar com um padrão de comportamento errado também. (Oficial⁹⁵)

Ele (o marido) prioriza muito essas coisas, por exemplo, a questão da barba, se ele esta com a barba pra fazer, um dia que seja, ele não sai à rua, ele não vai ao mercado comigo... “Ah, porque o coronel vai ver, o major vai ver...”. Ele não sai de chinelo, ele não sai de camisa regata... (Esposa)

De acordo com as falas coletadas para a pesquisa, pode-se depreender que esse discurso da instituição acaba, em alguma medida, incorporado pelos familiares dos oficiais, “criando” um mecanismo de vigilância sobre todas as pessoas que residem na vila, sejam militares ou não⁹⁶. Há, segundo os entrevistados, algumas condutas que serão impostas aos familiares, de maneira informal, mas que são reflexos do próprio comportamento que a instituição espera do oficial: “*ser discreto em suas atitudes e maneiras e em sua linguagem falada*”⁹⁷. Logo, alguns padrões de comportamento característicos do Exército serão estendidos, nas suas devidas proporções, à família do militar.

Oficial: Não há assim uma recomendação ostensiva não, mas pelo que... Os nossos costumes, a maneira como a gente é educado, até dentro da carreira militar o que é bom que se faça...

Esposa: O ideal.

Oficial: Então a gente acaba estendendo isso pra família.

Esposa: Seria o ideal né (risos).

Oficial: O comportamento das esposas acaba sendo muito parecido com o do... Da esposa que eu digo ou do marido que é civil, acaba ficando muito parecido com o do militar. Acaba sendo muito homogêneo.

(...)existe sim, um cuidado pra se falar... Aqui tudo é com muito cuidado, né, você [pesquisadora] sentiu isso né pra vir... Qualquer informação pode assim, ajudar, como também pode prejudicar o marido. E eles estão sempre o tempo todo pensando nisso, na carreira deles. Então a gente, muito a forma da postura da gente, muito o jeito da gente lidar

⁹⁵ Este trecho foi retirado de uma entrevista com uma mulher militar do Quadro Complementar de Oficiais.

⁹⁶ É preciso deixar claro que estamos tratando do discurso das famílias de militares. A vigilância foi uma característica ressaltada pelos informantes, mas não presenciei o dia-a-dia dessas famílias para verificar a sua operacionalidade.

⁹⁷ Frase retirada do Estatuto dos Militares. Não tenho referências bibliográficas sobre o documento, pois me foi cedido apenas um trecho dele.

com as pessoas, a gente tem que pensar... Eu sou assim, pensando na carreira dele, né, mas as vezes, a gente encontra pessoas que não ligam.... (Esposa)

Eu acho que a coisa é bem rígida, eu sinto isso, é... Meu marido já me dizia antes de vir pra cá: “olha, lá existe todo um modo de se vestir, porque senão as pessoas falam, você não pode sair de shortinhos na rua, você não pode sair disso”, que as pessoas falam: “Olha, esposa de Capitão assim”. Então toda essa forma de se vestir a gente toma um certo cuidado, pra que não haja falatório e que seja jocoso pra ele (...) E nesse sentido eu acho muito ruim, porque a gente perde a privacidade da gente aqui, você não tem uma forma de viver com liberdade, você está sempre vivendo vigiada, pensando no que as pessoas vão falar, no teu carro, na tua roupa, no que você faz no seu dia-a-dia, tudo é monitorado, digamos assim, então a gente (...) Eu me sinto... Eu sinto aqui dentro, assim, meio que aprisionada, entendeu? Então assim, a gente não tem realmente a liberdade que a gente gostaria de ter. (Esposa)

Assim, há toda uma postura, modo de vestir e comportamentos semelhantes aos que os oficiais são submetidos, que às vezes os cônjuges têm que adotar para manter os padrões de boa conduta e ética que são esperados pelo Exército. Essas posturas acabam sendo mecanismos de coerção social da instituição para e com a família do militar, e assim, impõem-se algumas regras, mesmo que informalmente e, portanto, há um controle social/constrangimento a que os familiares são submetidos. O uso da fofoca, como já verificado por Chinelli (2008), é uma das ferramentas que garante a prática dessas condutas.

Logo, no ambiente da vila militar configuram-se mecanismos como a regulação um tanto formal, a troca (a solidariedade entre famílias) e a vigilância entre as pessoas. Estas seriam formas da instituição converter as famílias em “famílias militares” e a vila seria um meio da instituição para internalizar valores através dos constrangimentos sociais e reforçar a socialização das famílias com o mundo militar.

Nesse sentido é interessante notar que duas esposas citadas na parte I, que dizem se sentir “isoladas” na relação com outras esposas (*subitens C e K*), são mulheres que passaram pela primeira transferência como casadas (acompanhantes dos maridos) e que também estão morando pela primeira vez em vilas militares. Logo, elas parecem ainda estar passando pelos ritos de iniciação para a socialização e identificação com o meio militar.

Nesta parte podemos indicar algumas sugestões de análise sobre a instituição impor algumas regras e condutas militares às famílias. Parece-nos que a família do militar apresenta-se como um dos principais canais de abertura ao “mundo exterior”, e isso incluiria a idéia de descontrole e imprevisibilidade (características vistas como “negativas” pelos militares). E a esposa, nesse contexto, seria um ser potencialmente “perigoso”⁹⁸, porque apresenta uma posição *liminar*: transita pelo meio civil e meio militar. Assim, a vigilância e o controle institucional pelo qual a família é condicionada, é um mecanismo para convertê-la em substância do Exército (a formação da “família militar”) e manter esse “perigo” sob resguardo. Como vimos, a esposa do militar deve ser, sobretudo, controlada, comedida, guardar os “segredos” da profissão do marido e não vazar da hierarquia.

E assim, o sentimento que se cria da “Família Militar” não é bem uma ficção, como relata Chinelli (2008), pois o discurso existe, e é parte da identificação das esposas e filhos ao mundo militar do marido e também é uma das formas da instituição estender a coerção para as famílias. Cabe ressaltar que os familiares podem vivenciar com maior ou menor intensidade as atividades da vila e da Academia, mas ainda assim, eles se consideram inseridos no conjunto da “Família Militar”. Mesmo a esposa que sempre morou longe do quartel e tinha pouquíssimo convívio com outras famílias (parte 4.1, *subitem C.*), quando veio morar na vila “descobriu-se” esposa de militar.

*Eu até fiquei me questionando, e questionando a nossa relação, porque quantas brigas eu não tive com ele por causa disso, pela vida militar, por eu não entender a vida militar, por eu não aceitar certas coisas que ele fazia... Que faziam parte da vida militar, **mas como eu era civil eu não queria entender** (...) E eu também não compartilhava, eu não sabia direito o que era né... Então quando eu cheguei aqui (na vila militar) que eu vi realmente que não era apenas um trabalho, né, e sim uma vida que ele se dedicou e se dedica até hoje. Então eu pude compreender melhor isso (...) então nossa vida, inclusive, matrimonial melhorou demais, porque eu pude entender. Eu entendendo, eu vendo, eu vivenciando tudo isso, **eu me senti outra pessoa.** (...) porque na verdade eu sou esposa de militar há três anos, e não há 18 (...) Então eu acho que a vida militar, a carreira militar, é diferente sim.*

⁹⁸ Perigoso é aqui entendido como algo que “desordene” o “mundo militar”. E, portanto, é preciso o controle e vigilância para que seja mantida a estrutura da instituição. Para saber mais sobre a noção de perigo, ver: Douglas, Mary, 1976.

Outro dado interessante é que esse envolvimento da família com a instituição pode estabelecer relações entre as esposas pautadas pelas hierarquias dos maridos militares. No caso criam-se constrangimentos entre as esposas de oficiais mais novos com as esposas de oficiais mais antigos e a amizade entre elas é marcada por condutas ponderadas.

*Eu sou amiga da esposa do chefe dele, sou bastante amiga dela, mas às vezes **a gente toma cuidado em certas coisas que vai dizer, claro, porque o marido dela é chefe do meu marido!** A gente evita certos assuntos às vezes até pra não prejudicar o marido da gente.*
(Esposa)

Por fim, a vida na vila, junto com a experiência das constantes transferências, garante a formação do que podemos chamar de modelo da família militar. Cabe destacar que as famílias que vivem nas vilas militares são heterogêneas, oriundas de diferentes lugares e pertencendo a vários grupos sociais e religiões, mas quando a instituição passa a concebê-las como “A Família Militar” é uma forma de homogeneizá-las e criar um forte vínculo de identidade entre elas, de estabelecer que dadas tantas diferenças, há uma série de similitudes que as caracterizam como um grupo específico. É necessária essa “padronização” das famílias para que o modelo da família militar seja construído e fortalecido no seio da instituição e vivenciado dentro das próprias famílias dos oficiais.

A idéia de “padronização” também é evidenciada nas moradias militares e vai de encontro com a estratégia militar de “conhecer o Brasil”. Como o nome já sugere, o Próprio Nacional Residencial, refere-se às casas dos militares que se configuram pelo país todo, ou seja, do Norte ao Sul do país, encontramos residências com o mesmo modelo - com as casas funcionais destinadas a militares comandantes, com estruturas físicas semelhantes (casas de dois ou três quartos) e próximas, senão dentro, dos quartéis; e também com formas de socialização parecidas, marcadas por ponderações no modo de agir e conduzir as relações entre as famílias.



FIGURA 5 – PNR destinada a oficiais subalternos em São Gabriel da Cachoeira/AM, como forma de comparar a “padronização” das vilas militares.

Logo, o fato das famílias circularem o tempo todo com os cônjuges militares, propõem-nos a pensar que, embora essas famílias não se fixem numa moradia em particular; elas, em especial os militares, têm como idéia de *casa* o próprio Brasil. E assim, observa-se no discurso dos militares, novamente, um outro exemplo de como o domínio da vida privada é expandido para pensar um espaço social público.

4.4 O papel “público” das esposas de militares

Vimos na parte 4.1 que o modelo de família militar atribui à esposa do militar uma importância muito grande no “privado” das famílias: ela, mesmo que exerça uma profissão ou trabalho, deve ser uma boa mãe e esposa, deve manter a família unida, administrando quase que sozinha os cuidados com a casa e os filhos, para que o marido desenvolva a sua carreira como militar

Porque todo mundo entende realmente, que é uma vida de abdicação, né. Porque em primeiro lugar vem a carreira do marido. A esposa é sempre, não em segundo plano, mas o que ela quer, os sonhos da esposa do militar, está sempre em segundo plano, então a prioridade é a profissão do marido, não tem como (...)É, não tem jeito. É aniversário de casamento que você passa sozinha, é seu aniversário que você passa sozinha, aniversário de um filho... A gente tem que entender,

porque não depende dele. Então, naquela semana tem um acampamento, tem um exercício de campo, tem uma missão, ele tem que ir pra outro lugar. Não depende dele, é isso que a gente tem que entender. (Esposa)

As exigências que o Exército impõe aos maridos não só acabam organizando o modo de vida das famílias, mas também estabelecem um grau de pertencimento desta com o mundo militar, como mostrado na parte 4.2 e 4.3 deste capítulo.

Porque a gente acaba se envolvendo muito na vida profissional deles, porque engloba... Não fica só lá, que nem as minhas amigas, que são casadas com o pessoal civil, terminou ali o expediente, volta pra casa... Não tem esse envolvimento. A esposa de militar tem uma participação, ela tem um envolvimento na vida deles (Esposa)

Logo, é possível falar, como já indicam Chinelli (2008) e Cavilha (2002), que a esposa acabe se tornando uma personagem ativa e relevante no desenvolvimento da profissão do marido. Esse papel de colaboradora faz com que ela também assuma funções externas ao ambiente da casa e de sua vida particular, para que seja reforçado o caráter totalizante da “Família Militar”; é o caso, principalmente, das esposas cujos maridos exercem algum cargo de comando na Academia. É esperado que essas mulheres se voltem a atividades assistenciais, organizem eventos e reuniões para integrar as outras esposas e, enfim, que elas transmitam conselhos e experiências às mulheres recém-casadas para que, num sentido mais amplo, seja cultivado e valorizado o espírito de união e solidariedade entre as famílias.

Então a gente acaba organizando festas fora, pra confraternizar, ela (esposa) promoveu já, e vem promovendo o chá pras esposas, pra aproximar, pra criar laços (...) Nessa oportunidade, as esposas se conhecem, e aí é o momento que quando um dos oficiais se afasta por uma missão, ela já criou laços de amizade com outras, que poderá visitá-la, dar apoio... Então isso ela como esposa de comandante acaba fazendo com as esposas, né. (Oficial)

A (esposa) antiga ela vai procurar, porque ela tem mais experiência, ela já passou por aquilo... Ela sabe que a esposa do tenente está morrendo de vergonha, porque existe isso, não sei porque (...) Onde eu chego, eu já faço uma reunião, sento todo mundo, e daí falo: “De onde que você é? Me conta como era sua vida até você chegar aqui”. Pra eu conhecer, porque são muitas e eu tenho que saber o nome de todas, elas só tem que saber o meu nome... então, existe isso, da gente passar a experiência que a gente passou. (Esposa)

Para exemplificar esse papel “público” da esposa, temos o caso de que é função da esposa do comandante da Aman assumir o comando do SASAMAN (Serviço de Assistência Social da Academia), localizado dentro da Academia. O SASAMAN é uma associação composta majoritariamente por mulheres de militares e voltada para ajudar famílias de militares de baixa renda da própria vila. Na associação são realizados trabalhos artesanais com o intuito de vendê-los através de eventos (bingos, chás beneficentes, almoços de dia dos pais/dia das mães), revertendo o dinheiro arrecadado em cestas básicas e enxovais às famílias carentes.

As reuniões dessa associação são realizadas em um local próprio (o SASAMAN, inclusive, é uma firma reconhecida – com CNPJ), uma vez por semana, com duração de duas horas cada sessão. Ali, a maioria das esposas divide-se em atividades como costura, bordado, montagem de enxovais, pintura – em que há uma mulher responsável por “ensinar” o trabalho a ser feito em cada grupo; enquanto outras, as “mais antigas”, adquirem funções como entregar os enxovais para as famílias carentes, supervisionar e atender as pessoas no brechó da associação, discutir assuntos relacionados às finanças e planejar outras tarefas e atividades do SASAMAN. Assim, enquanto os serviços estão sendo feitos, as esposas conversam entre elas, normalmente, nos grupinhos formados para as atividades. Ao fim da reunião é realizada uma oração por todas, conduzida pela esposa do general, e inicia-se um café da tarde com tortas, doces e bebidas.

As atividades do SASAMAN acabam tendo uma dupla finalidade porque também permitem uma integração da “Família Militar” (os eventos que são feitos envolvem os moradores da vila), ao passo que também possibilitam um convívio entre as esposas na prática do artesanato. E todas essas atividades criadas pelo e no SASAMAN são gerenciadas pela esposa do comandante da Academia que, nesse contexto, acaba se apresentando como uma espécie de representante e integradora das esposas de militares. Ao assumir esse papel ela torna-se uma peça fundamental para o prestígio da carreira do marido:

Tem gente que até brinca que pro general ser general, depende mais da esposa dele do que dele. Por quê? Porque se ela não é uma mulher sociável, que faz parte desses programas sociais de ajuda, uma mulher política digamos assim, ele não vai chegar a general. Porque a mulher dele tem que fazer esse papel de coordenar as outras esposas em prol do bem comum. (Esposa)

*A esposa, a família, ela tem uma importância muito grande na vida do militar. Então a primeira dama, como é que eles falam, a primeira dama ela tem um papel bastante ativo. Ela tá presente nos eventos, ela é responsável pela união das esposas. Os maridos profissionalmente eles se encontram, mas é importante que haja uma confraternização entre a família e quem faz isso, é a esposa. **A esposa ela participa, ela controla por fora, ela com os olhos femininos, ela dá esse suporte pro marido tradicionalmente.** (Oficial) Grifos meus.*

Para que o ideal de família militar seja garantido é esperado que a esposa do comandante (não só da Academia em geral, mas também as esposas cujos maridos comandam cursos e seções da instituição) esteja operando essas funções, de organização de eventos e integração entre as famílias; ao mesmo passo que é esperado que as outras esposas participem dessas atividades, mesmo que a contragosto⁹⁹.

Com relação aos eventos, destaca-se, de maneira breve, que a Academia apresenta um grande número de atividades sociais por ano. Trata-se de jantares, almoços, churrascos, reuniões, bailes, que podem ser tanto: a) *formais* – organizados pela instituição e onde o militar deve ir fardado, como o Baile do Espadim e o Baile do Aspirantado; e b) *informais* – organização de churrascos e almoços entre pessoas dos cursos e seções da academia; a classificação de *informal* a esses eventos é atribuída pelos entrevistados e é garantida pelo não uso da farda nessas atividades. Dentre os eventos e datas significativas, podemos destacar: Baile do Espadim e do Aspirantado, aniversário da Academia, Dia do Exército, Semana do Soldado,

⁹⁹ Durante a participação em uma reunião do SASAMAN eu estava sentada num sofá e escutava uma conversa de duas mulheres reclamando que estavam sendo tratadas de forma diferente pelas mulheres mais antigas (que normalmente são as que assumem alguma função na gestão do SASAMAN). Uma dizia que “elas fazem de tudo pra gente participar aqui, mas quando a gente tá aqui, nos olham com desdém”. No dia em que eu estive na reunião, por exemplo, fui “cortejada” pelas esposas mais antigas (inclusive, na hora do café, uma delas não parava de me oferecer comida e de “ser minha anfitriã”), mas, exceto as mulheres do exemplo acima, eu percebi que as outras esposas não estavam muito preocupadas com o que falavam ou o que faziam as esposas mais antigas. Diversas vezes, inclusive, quando tinha que dar algum recado para todas, a esposa do general tinha que gritar para ter a atenção das esposas.

Confraternizações dos Cursos e Seções, Dia das Armas – Dia da Artilharia, Dia da Infantaria, etc¹⁰⁰.

O interessante aqui é que mesmo nos eventos tidos como *informais*, os entrevistados destacam que nos eventos há sempre a criação de grupos, separados entre homens e mulheres, e também entre círculos hierárquicos. No “grupo das mulheres/esposas” a conversa giraria em torno dos filhos e questões relacionadas a “casa”; enquanto que no “grupo dos homens”, o assunto é voltado para atividades da “caserna”.

A presença nos eventos também se mostra, nesse contexto, como uma espécie de obrigação para as esposas. Não há uma regra que as obriguem a participar, mas, como no caso da convivência nas vilas militares, acredito que haja mecanismos de coerção social (institucional) que forcem ao comparecimento nos eventos.

Em maior ou menor intensidade, verifica-se que as esposas estão presentes nos eventos, acompanhando seus maridos. Por exemplo, houve no fim de 2007 uma atividade social do curso de Infantaria da Aman, para marcar as despedidas dos oficiais que estavam sendo transferidos para outros lugares. Nessa ocasião eu estive presente e, como era um evento pequeno, um círculo mais restrito, pude observar a presença de quase todas as esposas dos oficiais que ali estavam. Somente um coronel estava sem a companheira e no momento em que ele foi homenageado pelo grupo, em seu discurso, constava a justificativa da ausência da esposa (ela estava no hospital com a filha).

O ponto aqui é que a esposa deve ser vista nos eventos porque ela também faz parte da carreira do marido. Como Cavilha (2002) aponta, é uma carreira construída a dois, mas que se estrutura em função do Exército e que confere prestígio ao marido e, dessa forma, o papel “público” da esposa não deixa de ser um papel definido pela instituição.

Se a esposa parece ter um papel importante na vida do militar, podemos dizer que o casamento e, conseqüentemente, a formação de uma família, constituem-se para ele em um dos critérios para se alcançar uma

¹⁰⁰ No anexo 2 encontram-se a descrição de dois eventos sociais que estive presente no meio militar: o churrasco de confraternização do curso de Infantaria da Aman e o Baile do Espadim da Academia.

carreira bem sucedida. Há um caso que parece ser uma exceção a essa idéia do casamento como fundamental para a carreira do militar: o fato de que o atual comandante do Exército brasileiro (Eb) é solteiro.

Observa-se, nas suas devidas proporções, que ele seria uma espécie única de “militar” que renuncia ao casamento para se dedicar exclusivamente ao Exército. O mais interessante nessa história é que, os próprios militares, nomeiam o atual comandante do Eb como “padre”¹⁰¹ e, como justificativa, uns comentam que ele parece-se fisicamente com um sacerdote religioso, e outros falam que ele sempre foi uma pessoa íntegra que passou a maior parte da vida cuidando da mãe – uma fala que indica que ele não se casou, mas que tem um “bom caráter” e “moral” suficientes para o exercício da função como comandante.

Mesmo diante desse caso, que, pelas próprias explicações dos outros militares, se configura como um fato diferente do convencional¹⁰²; temos uma valorização da esposa e da família por parte da instituição. Segundo alguns entrevistados:

O militar que consegue manter a família constituída é sempre visto com bons olhos no Exército. Essa é a regra. (Oficial)

Pra se apreender os valores militares, pra se realizar com eficácia a atividade fim é preciso ter estabilidade emocional da família, que a família esteja estruturada. (Oficial)

Se fala em todos os eventos, praticamente, a importância da mulher na vida do militar, a importância da coesão da família, até porque é uma profissão difícil e a gente tá sempre rendendo pleitos de agradecimento às esposas (...) desculpas pela abnegação excessiva, mas é uma dedicação extrema, é mais que uma profissão, é um modo de vida. A gente costuma na gíria chamar de um sacerdócio, um compromisso espiritual, o militar tem um compromisso espiritual com a carreira e a família tem um papel fundamental nisso aí. (Oficial)

¹⁰¹ A relação de comparação do comandante com um padre, já havia sido pensada neste texto quando, em outra pesquisa realizada em fevereiro de 2010, escutei de três militares, em momentos distintos, que o oficial é apelidado de “padre” por eles.

¹⁰² Em dados fornecidos pelo Departamento Geral de Pessoal do Exército brasileiro, no ano de 2005, visualiza-se que mais da metade dos oficiais brasileiros da ativa, são casados: uma porcentagem de 65%. Apesar de parecer uma porcentagem pequena, temos que levar em consideração que grande parte dos oficiais, geralmente, são tenentes e capitães – jovens solteiros e/ou noivos.

Desse modo, parece-nos que se por um lado temos a família que se precisa estruturar em função da vida militar; por outro, temos a instituição que precisa dessa idéia de família (uma família modelo, unida, estruturada) para o exercício pleno do militar. Assim, foi mostrado neste capítulo, através dos discursos das famílias e dos militares, que há um modelo de família esperado e vivido por essas pessoas. Embora não se trate de uma prescrição absoluta, podemos, de alguma forma, encará-la como uma espécie de “regra positiva” do parentesco..

A idéia seria que a esposa/mãe cuida da casa, dos filhos (a família no “particular”) para que o marido esteja cuidando/defendendo a pátria (a família no seu sentido mais “geral”). Este modelo esperado pelo Exército parece se verificar não só nos meus dados, mas nas pesquisas de Chinelli e Cavilha.

O dever de “defender a pátria” (a nação)¹⁰³ acabaria entrando em conformidade com o modelo da família nuclear, na medida em que é preciso defender o que se tem de mais “natural” na base do ser humano: as famílias¹⁰⁴. Dessa forma, o Exército se volta para esse modelo nuclear para estabelecer o seu modelo, garantindo uma coesão nas famílias no sentido “privado” e na “Família Militar” como um todo. Estabelece-se nesse contexto, a idéia de casa e caserna como intimamente ligadas, em que uma esfera se estende à outra, de modo a termos um universo de relações sendo compartilhado por ambas (os militares e dependentes como parentes circunstanciais, a vigilância sobre as famílias, etc.).

¹⁰³ Em diversas partes do texto relacionamos a idéia de família e pátria. Para a dissertação, a intenção é só levantar algumas questões a respeito dessa relação, pois seria preciso um aprofundamento etnográfico e teórico para uma análise mais precisa. O que nos interessa para agora, é contemplar a relação família/exército. Para uma discussão mais apropriada sobre o conceito de nação, ver os trabalhos de Gellner, Ernest (1981) e de Anderson, Benedict (1989).

¹⁰⁴ De acordo com a fala de um oficial, “na atividade que a gente exerce, a família vem a constituir a razão de ser até, do soldado. O soldado ele faz o juramento dele de morrer pela pátria, né, mas **a pátria é a sua família**... Então eu vou estar morrendo para que minha família tenha condições, então se eu não tenho um vínculo familiar, eu não tenho pelo o que defender, eu não tenho... Meu juramento é... “defender a família dos outros?”, eu não tenho essa coisa. Então eu acho filosoficamente a coisa é muito grandiosa, sabe, se for filosoficamente a família é quase que a razão de ser... O soldado trabalha em virtude da manutenção da sua família”.

No entanto, partindo desse modelo de família, como ficariam as famílias em que marido e mulher são militares? E nos casos em que só a mulher é militar, que posição o marido ocupará na família “privada”?

Notam-se algumas tensões entre essas “novas” formações familiares no meio militar, e o próximo capítulo pretende abordar essa discussão.

5

UMA NOVA FAMÍLIA MILITAR?

Como vimos no capítulo 1, desde 1980 as mulheres podem ingressar nas FFAA brasileiras. Essa incorporação feminina gera novas formas familiares no meio militar e o presente capítulo abordará essa discussão.

Assim, apresentarei breves trajetórias de 08 famílias em que a esposa é oficial do Exército e trabalhava na Aman no período estudado. As histórias estão divididas em dois grupos: a de casais em que ambos são militares e a de casais em que só a mulher é militar. Ao fim, buscaremos mostrar algumas comparações dessas representações de famílias com as já estudadas no capítulo 4.

5.1 Trajetórias de casais em que ambos são militares

As cinco famílias tratadas nesta parte residiam em Resende (algumas na vila militar) e as entrevistei entre 2007 e 2008. Novamente, serão utilizadas iniciais para uma sistematização dos casos, mas que não conferem com as dos nomes originais dos entrevistados. Ao fim, procuramos destacar e analisar as características dessas famílias.

L) Coronel L. e Capitão QCO¹⁰⁵ L.

Essa entrevista foi realizada somente com a esposa, mas apresenta alguns dados sobre o marido.

O marido é do Rio de Janeiro/RJ, 52 anos e é coronel da área de Saúde¹⁰⁶, mas já está na reserva. Não possui militares na família.

¹⁰⁵ QCO refere-se aos militares do quadro complementar de oficiais que têm formação na ESAEx. Para mais informações, ver nota 84 deste texto.

¹⁰⁶ Para ser oficial do serviço de saúde (médicos, farmacêuticos e dentistas) é preciso o ingresso e formação na Escola de Saúde do Exército (EsSEx), localizada no Rio de Janeiro/RJ. O concurso para o ingresso na EsSEx é aberto para ambos os sexos e destinado a pessoas que já tenham curso superior realizado em uma universidade civil nas áreas de Medicina,

A capitã L. tem 43 anos, é nascida em Santos/SP, mas foi criada em Itajubá/MG. Ela não tem parentes militares e “conheceu” o Exército quando conheceu o marido. Fez ESAEx (Escola de Administração do Exército, forma oficiais do quadro complementar de carreira)¹⁰⁷ em 1999 e está trabalhando na Aman como professora de português. O “nome de guerra”¹⁰⁸ dela é o mesmo que o do marido, e foi uma homenagem que a esposa fez a ele: *“Foi opção, primeiro porque justamente eu entrei no exército por causa dele, né. (...)Ele me ajudou muito pra eu poder estudar, que era um concurso difícil, e ele me deu muito apoio, então quando eu entrei no exército, nada mais certo do que ser a Tenente L.”*

O casal se conheceu em Itajubá através de uma amiga de faculdade que era esposa de militar. Estão casados há 23 anos, têm duas filhas, uma de 21 e outra de 19 anos. Desde que casaram, passaram por 2 transferências: Rio de Janeiro/RJ; Resende/RJ. Estão a cerca de 20 anos morando em Resende.

A opção em se “fixar” em Resende foi para ficar próximo das duas famílias de origem do casal e para dar uma boa qualidade de vida para as filhas. As filhas estão fazendo faculdade de medicina e a mais nova pensa em ser militar temporária porque, segundo a esposa, ela “gosta” do estilo de vida dos pais militares. A mais velha não quer ser militar, mas o namorado dela (que também faz medicina) está querendo entrar para o exército. Para a capitã, isso vem do fato do genro conviver muito com a família e acabar se identificando com o modo de vida militar.

Eles sempre moraram em vila militar, mas recentemente alugaram uma casa em Resende. Os amigos do casal são em sua maioria militares e, no

Odontologia ou Farmácia. O trabalho do oficial de saúde é em hospitais do exército ou outras organizações militares que necessitem do serviço desses oficiais, como os pelotões de fronteira, por exemplo. Informações retiradas do site <http://www.essex.ensino.eb.br/index.htm>, acessado em 25 de jan. de 2010.

¹⁰⁷ Para saber mais sobre a ESAEx, ver nota 84 deste texto.

¹⁰⁸ O “nome de guerra” é a identidade propriamente dita do militar no Eb, ou seja, é o nome pelo qual ele será nomeado e pelo qual será identificado nesse universo. “Quando se entra para o exército brasileiro, logo após um curto período (que pode variar de dias a poucas semanas), se ganha, a partir das sugestões do indivíduo e posterior aprovação / escolha feita pelo superior imediato que comanda a unidade em que se está (servindo; ou, no caso da academia militar, ingressando), uma abreviação do nome pessoal / de família que passará a ser o *nome de guerra*.” (LEIRNER, 2008, p.198)

caso, as amigadas da esposa são pautadas pelas amigadas do marido. Com isso, a capitão tem amigas que são as esposas dos amigos do marido; amigadas que ela carrega há dezessete anos e, portanto, tem mais contato com elas do que com as colegas de trabalho (outras militares).

Segundo a capitão, pelo marido ser militar também, ele não “implica” com a rotina de trabalho dela, como por exemplo, dela ter que trabalhar num sábado. *“Ele não cobra porque sabe que o trabalho na Aman é difícil, **ele já esteve aqui**, então eu posso trabalhar bem, tranqüila, sabendo que a família não vai me cobrar, que eles me entendem”* (grifos meus).

Antes do marido ir para a reserva, ele era diretor do hospital militar em Itatiaia/RJ e a capitão diz que foi uma época difícil, pois ela era tenente na Aman (trabalhando em tempo integral), e *primeira-dama* no hospital, tendo que auxiliar o marido em atividades sociais; e estas duas atividades demandavam muita dedicação dela e era difícil lidar com tudo isso mais a casa e as filhas.

No entanto, mesmo com pouco tempo para a casa e as filhas, o casal sempre procurou reunir a família nos almoços, hora do lanche e jantar. Para a esposa, *“o tempo que eu tenho pra casa, tem que ser assim, com muita qualidade. Então a gente tenta aproveitar, por exemplo, o horário do almoço a gente sempre se reúne em casa, a noite, na hora do lanche, a gente sempre se reúne em casa. É uma coisa que eu faço questão que isso aconteça, porque senão a gente não se encontra nunca”*.

M) Coronel M. e Major QCO M.

Essa entrevista foi realizada somente com a esposa, mas apresenta alguns dados sobre o marido.

O marido é de Dom Pedrito/RS, 46 anos e é coronel já da reserva. Vem de uma “família bem tradicional” de militares: pai, avô, bisavô; várias gerações do exército e da mesma arma (cavalaria). O marido foi para a reserva em 2004, porque já tinha tempo de serviço e não tinha mais perspectiva na carreira, mas continua transitando pela Aman quase todos os dias e monta cavalos na seção de equitação. Segundo a major, agora ele diz que é *“dependente de militar, que não é mais militar”*.

A major é nascida em Curitiba/PR e tem 40 anos. Ela pertence à primeira turma de mulheres militares do exército, que entraram em 1992 na ESAEx; logo, também é uma das poucas majores mulheres no exército (e a única que serve na Aman). É formada em veterinária. Não possui ninguém militar na família e sua entrada foi “por acaso”, ao saber do concurso por um veterinário que trabalhava na mesma clínica que ela na época.

A major e o coronel estão, ambos, no seu segundo casamento. Não soube de mais informações sobre o coronel, mas o primeiro marido da major é civil e ela era casada com ele antes de ser militar. Na sua primeira transferência como militar, a major foi para uma região de fronteira na Amazônia e o marido na época não a acompanhou. Após um ano na Amazônia, ela pediu transferência para a cidade onde o marido morava (em São Paulo), pois o casal andava “em crise”. Mesmo retornando para o marido, ela manteve-se ausente de casa em alguns momentos para fazer cursos pelo exército e, segundo ela, “*não sei se minhas ausências de repente deram uma brecha, se ele se sentiu só...*”, mas o casamento não deu certo.

A major e o coronel, portanto, conheceram-se há pouco tempo¹⁰⁹ no exército, quando os dois serviam em Brasília. Começaram a namorar lá e o coronel foi transferido para Resende e ela também conseguiu transferência para o mesmo lugar e se casaram em Resende.

Estão casados há 5 anos e têm um filho de 3 anos. Ambos gostariam que o filho fosse militar, pois a major acha que o meio militar é um bom ambiente para os jovens, “repleto de valores”. O filho, até os 4 anos de idade, ficava com a babá na casa deles e eles tinham duas empregadas (a babá + uma faxineira) para dar conta das tarefas domésticas e dos cuidados com a criança. Agora, o filho fica meio período na escola e eles só têm uma empregada para a casa.

Moram na vila militar e o convívio social é meio equilibrado entre militares e civis. Os amigos civis são os amigos da igreja evangélica que freqüentam. A convivência com militares é mais com as pessoas que

¹⁰⁹ A major, por exemplo, já estava divorciada há quatro anos quando relacionou-se com o coronel.

trabalham no mesmo local que ela e os militares da seção de equitação, que eram antigos colegas do marido e tornaram-se amigos dos dois, porque ela também monta cavalos lá com o marido. A major diz não ter proximidade com esposas civis de militares, pois ela trabalha o dia inteiro e de noite vai para a igreja e fica com a família.

N) Capitão QCO N. e Capitão QCO N.

O marido é do Rio de Janeiro/RJ, 39 anos e é capitão QCO de Administração. Como parente militar, tem o pai que é sargento da Aeronáutica. Começou a carreira militar em 1987 como sargento do Exército, durante oito anos; fez faculdade de administração e fez o curso da ESAEx em 1995, tornando-se oficial QCO. Ele sempre morou perto de organizações militares no Rio e isso foi uma das influências para seguir a carreira militar, por estar próximo aos quartéis e observar algumas condutas dos militares.

A esposa é nascida no Rio de Janeiro/RJ também e tem 40 anos. Ela é capitão QCO da área de Magistério e trabalha como professora de inglês na seção de Idiomas da Aman. Possui um avô que é sargento da marinha e o pai que foi tenente temporário da marinha. Ela prestou ESAEx para ver “como era”, mas antes não se interessava pela carreira pois dizia não ter perfil. O avô sempre a incentivou a ser militar, mas ela não tinha pretensão. Mas depois que entrou para o exército, a capitão diz que *“a minha vida se tornou mais organizada, mais centrada, assim, saí daquele ritmo duro, e até como professora, como professora do exército, é muito melhor ser professora aqui dentro do que aí fora”*.

Os dois são da mesma turma de curso na ESAEx (1995) e conheceram-se lá. Eles se casaram logo após terminarem o curso, mas cada um foi transferido para uma organização militar diferente: ele foi para o Rio de Janeiro e ela para Resende. Segundo a esposa, esta foi uma época difícil porque eles eram recém-casados e não estavam morando juntos, e ela queria muito ter a “casa” dela, mas passou esse período morando no hotel de trânsito e no alojamento militar. Depois de dois anos, o marido

conseguiu transferência para Resende. Nesse caso, só o marido passou por uma transferência.

Estão casados há 12 anos e têm 2 filhas de 10 e 7 anos. A mãe da esposa mora junto com a família desde o nascimento da primeira filha.

Eles moram na vila militar e o marido diz que lá é um *“lugar surreal”*, onde *“você só ouve o canto dos pássaros e o barulho das campainhas de vento”*. Ele refere-se à vila como um local tranquilo e com segurança. A convivência e amizade no dia-a-dia são mais com militares, principalmente das seções em que trabalham. A esposa não tem muito contato com esposas civis de militares, e mesmo nos eventos sociais em que há grande número de famílias, ela sempre acaba ficando próxima das colegas de seção.

Os dois trabalham em tempo integral na Aman durante a semana, e de final de semana geralmente estão cansados e cuidam das crianças. Mas fazem questão de almoçar todos os dias juntos com as filhas. A esposa fala que *“às vezes você não pode dar aquela atenção, principalmente a mulher, acho que a mulher sempre sente isso um pouquinho, não só a militar, qualquer uma que trabalha fora, as vezes pensa que deixa de dar um pouco mais pros filhos, não estar ali integralmente...e eu faço questão, eu gosto de levar elas pra escola, e no caso eu não busco mais porque a outra amiga minha busca, mas pelo menos pra participar, pra dizer: a mãe leva pra escola, se precisar falar com a professora, eu falo”*.

Na rotina da casa, a mãe da esposa colabora, mas o casal divide tarefas como levar as filhas para a escola e ajudar nas tarefas escolares delas. Em 2007, teve um semestre que a esposa esteve no Canadá para fazer um curso de inglês e o marido ficou com toda a responsabilidade das tarefas que eles costumam dividir. Mas ele deu imenso apoio para a viagem.

Como casal militar, eles dizem que dividem tudo e participam do mesmo meio de trabalho e que isso é muito *“recompensador”*. Para o marido, o exército foi onde *“ele se encontrou”*: desenvolveu-se profissionalmente, encontrou a esposa e formou uma família.

O) *Capitão QCO O. e Capitão QCO O.*

O marido tem 36 anos, nascido em Santa Maria/RS, e é capitão QCO de Economia. Ele não possui parentes militares e começou como militar desde 1991 no Núcleo de Oficiais da Reserva.

A esposa é nascida em São Gonçalo/RJ e tem 37 anos. Ela é capitão QCO da área de Magistério e trabalha na seção de Idiomas da Aman, como professora de inglês. Possui um avô que é sargento da marinha. Ela prestou ESAEx após terminar a faculdade.

Os dois são da mesma turma de curso na ESAEx (1996) e conheceram-se lá. Eles se casaram logo após terminarem o curso; inclusive, para que pudessem ser transferidos para locais próximos, pois, segundo eles, havia uma preocupação em colocar que eram “casados” para que, caso não houvesse vaga para os dois no mesmo local, um pudesse “puxar” o outro para arrumar vaga em alguma outra função que não fosse exatamente a da formação deles¹¹⁰. Estão casados há 11 anos e têm 2 filhos: uma menina de 8 anos e um menino de 5 anos.

Eles passaram por duas transferências: Manaus/AM; Resende/RJ.

Já moraram em vila militar, mas atualmente não moram. Para organizar a casa e cuidar dos filhos, eles têm uma babá e uma empregada, pois os dois não têm muito tempo disponível devido às exigências da profissão. “*É uma parte complicada, você sai cansado e tem que se dedicar aos filhos, é uma luta diária pra dar atenção aos filhos*”, diz a esposa. No nascimento do primeiro filho, a irmã da esposa foi morar junto para ajudar a cuidar da criança¹¹¹. O casal diz que é preciso ter alguém de confiança por trás que estruture a família, pois senão não conseguiriam manter a profissão e a família, pois a prioridade é o sucesso no lar. No caso deles, o que há por “*trás apoiando a família é a babá e a empregada*”, pessoas, para o casal, de confiança.

¹¹⁰ Quando há um casal em que os dois são militares e eles não conseguem por ordem de classificação serem transferidos para a mesma organização militar, há a possibilidade de um deles pedir transferência por “interesse próprio” para que sirva em algum lugar próximo do local de trabalho do cônjuge. Isto é regulamentado por lei.

¹¹¹ Nessa época, a irmã conheceu um cadete e casou-se com ele quando ele se formou.

Os dois, fora do trabalho, têm amizades mais com civis, que conheceram no convívio na igreja evangélica e por morarem fora da vila, mas dedicam-se mais aos filhos, em manter a “família estruturada”. E ser um casal militar, para ambos, facilita o entendimento das dificuldades e exigências da profissão.

P) Tenente-Coronel P. e Tenente QCO P.

Essa entrevista foi realizada somente com a esposa, mas apresenta alguns dados sobre o marido.

O marido é de Carambola/MG, tem 45 anos e é tenente-coronel da área de Saúde, atuando no hospital militar da Aman. Não possui militares na família.

A tenente é nascida em Resende/RJ e tem 39 anos. Ela tem um tio que é militar, sargento do exército e duas irmãs que casaram com militares, sendo que uma delas entrou para a marinha. A tenente entrou para a carreira militar por, como *esposa de militar*, sempre ter perdido o emprego a cada nova mudança que fazia pela carreira do marido. Assim, cursou a ESAEx em 2005 e está servindo em Resende desde 2006. Ela é tenente QCO da área de Magistério e trabalha na seção de Idiomas da Aman como professora de inglês.

O casal se conheceu quando a esposa foi visitar a irmã (casada com militar) em Guaíra/MG e o marido era tenente na guarnição de lá. Eles começaram a namorar e quando terminou o tempo dele de serviço na cidade, ele pediu para ser transferido para Resende e os dois se casaram.

Estão casados há 19 anos e têm 3 filhos com 16, 13 e 12 anos. Não forçam os filhos a escolher uma profissão, mas se eles optarem por serem militares: *“nós sabemos que de todas as vantagens da carreira militar, tem que ter dom. Não adianta a pessoa querer ser militar, sendo que ela não tem o perfil, tem que gostar, saber que sempre vai estar subordinado a alguém”*, diz a tenente. O filho mais velho pensa em seguir a carreira, mas ainda não sabe de que forma vai entrar para o exército (ESAEx, Aman ou IME). Ele teve oportunidade de estudar em colégio militar e em escola civil,

e então se identificou mais com “o horário e a programação rígidas” do colégio militar.

Já passaram por 6 transferências: Resende/RJ; Marabá/PA; Resende/RJ; Tabatinga/MA; Salvador/BA; Resende/RJ.

A esposa entrou para o exército com os filhos já grandes, mas eles sentiram um pouco “*essa parte da mãe estar em casa pra fazer bolo, pra ficar lá com eles*”. O marido trabalha meio expediente e a tarde fica em casa com os filhos e os ajuda, quando necessário, como levar ou buscar do curso de inglês. Já a esposa diz que “*eu tenho que aproveitar qualquer tempo livre que eu tenho, porque apesar de trabalhar em tempo integral, eu sou a dona da casa, né, ainda... Mesmo a mulher trabalhando fora, ela não perde essa função de dona de casa, então não adianta, porque essa parte de compra daquilo que a casa está precisando, que os filhos estão precisando, um livro ou um uniforme, não adianta que sobra pra mim. Ele (marido) faz compra, me ajuda, mas eu tenho que fazer uma lista*”.

Eles moram e sempre moraram em vila militar pelos lugares que passaram. O círculo de amizades em Resende é mais com civis, pelo fato da tenente ter parentes na cidade. Mas nos outros locais que passaram, “*99% das amizades eram com militares*”. A esposa, antes de ser militar, tinha um contato maior com esposas civis dos militares, mas depois que se tornou militar, o convívio diminuiu bastante, pois ela trabalha a maior parte do tempo. Os dois são de círculos hierárquicos diferentes, mas a esposa diz “*andar*” pelos dois meios sem problema, “*eu continuo socializando com amigos dele e ele também com minhas amizades, as pessoas com quem trabalho*”.

Antes de ser militar, a tenente diz que compreendia um pouco do universo militar, das formaturas e reuniões que faziam com que o expediente do marido ultrapassasse o horário previsto. Mas depois que ela entrou para o exército, ficou tudo “*mais fácil*”, inclusive para o próprio marido compreender o expediente de trabalho dela, que abrange atividades diferentes do trabalho dele. “*A compreensão tem que ser mútua*” diz a esposa, e afirma que “*entrou para o exército para manter mais ainda esse vínculo entre a família*”.

Nesse item procuramos apontar alguns dados da história de cinco famílias cujo casal (marido e esposa) é militar do Exército brasileiro.

Como podemos perceber pelas trajetórias, são casais que se *movimentaram* pouco pelo país e isto se deve ao fato da maioria ser oficial QCO ou de saúde, quadros que não exigem uma alta mobilidade territorial. Diferente dos casais em que o marido é oficial das Armas, os casais militares puderam “fixar-se” mais numa região.

Das cinco entrevistas, podemos destacar três arranjos dos casais: a) dois casos em que a esposa tornou-se militar por causa do marido militar, isto é, a escolha pela carreira teve como influência o marido e o modo de vida militar, e houve a identificação da esposa a esse mundo, ao mesmo passo que a opção pela carreira foi vista como um meio de “facilitar” e “complementar” a vida da família (idade dos casamentos entre 23 e 19 anos); b) outros dois casos em que o casal se conheceu durante o curso da ESAEx e se casaram logo após a formação como oficiais (idade dos casamentos entre 11 e 12 anos); e c) um caso em que o casal se conheceu dentro do Exército, ou seja, os dois já eram oficiais e conheceram-se no ambiente de trabalho (idade do casamento é de 5 anos).

Há, nessas trajetórias, um caso que diverge dos demais: o casal M., em que ambos estão no seu segundo casamento. A major M. indica que o rompimento do seu primeiro matrimônio partiu do ex-marido que era civil. Ele parecia não ter se adaptado à carga absorvente de trabalho da mulher militar e, não suportou as constantes ausências, desmanchando o casamento. A major ficou quatro anos divorciada e relata que nessa época, o “estranho” era ir aos eventos sociais dos militares em que todos tinham os seus “pares” (cônjuges) e ela ia solteira. Por conta disso, acabava ficando mais na “rodinha dos homens” e escutava comentários das esposas civis de militares de que ela “*não gostava de conversar sobre coisas de mulher*”. Este fato nos leva a pensar na questão das masculinidades e feminilidades da mulher no meio militar; nesse momento relatado, a mulher era vista pelas esposas civis dos militares como “mais masculinizada”, principalmente por não ter marido e por se socializar mais com os homens militares.

Mas em todas as histórias configuram-se rotinas de vida parecidas: o casal, na maior parte dos casos, está em tempo integral na Aman realizando o serviço e dispõe de pouco tempo para administrar a casa e o cuidado com os filhos (nota-se que todos têm filhos/as). Estas tarefas ficam destinadas a parentes de um dos cônjuges, empregadas ou babás. Mas os casais também procuram dividir entre eles algumas tarefas relacionadas ao âmbito “privado”, como buscar e levar os filhos para a escola, fazer compras e ajudar as crianças nas tarefas. Mesmo assim, a esposa do casal *P.* diz que é militar, mas também é *dona de casa*, e mesmo o marido auxiliando em parte com as tarefas, ela é quem administra a casa.

O dia-a-dia de trabalho é absorvente, mas os casais “priorizam” estar com a família também e procuram reuni-la (cônjuges e filhos) em horários de refeições (almoço e jantar, por exemplo) e aproveitar os horários “livres” para fazerem atividades com os filhos, como meio de “compensar” a ausência cotidiana. A idéia de não estar sempre disponível para os filhos, é uma das constantes preocupações das mulheres militares que vêm o papel de *mãe* como importante, mas nem sempre conciliável com a rotina rígida do quartel. “*É uma luta diária*”, como define a esposa do casal *O.*

Além de ter que conciliar o papel de mãe, as mulheres militares, em algumas situações, têm que desempenhar a função de *esposa de militar*, como por exemplo, no caso da capitã *L.* O marido dela teve um cargo de liderança na instituição militar, e ela tinha que assumir o papel de esposa de militar em determinadas situações, como na organização de eventos que reunissem as esposas dos militares da guarnição.

Apesar da dificuldade de estar sempre disponível para a casa e os filhos, os casais vêm uma grande vantagem em ambos serem militares: “*a compreensão mútua*” que há pelo trabalho e responsabilidades profissionais. Eles consideram que o fato de compartilhar o mesmo universo de trabalho, melhora o entendimento do casal, enquanto família. E ambos demonstram incentivar a carreira um do outro.

Todas as famílias já tiveram alguma experiência em morar em vilas militares e, exceto o casal *P.*, o círculo de amizades é em torno dos militares, principalmente os colegas da seção em que trabalham na Academia.

As esposas, em especial, têm como “amigas”, mais as colegas de seção do que esposas civis de militares, e alegam isso pelo fato de conviverem mais com o pessoal do trabalho e de terem pouco tempo para atividades sociais das quais as esposas civis participam – neste ponto, a capitã *L.* é uma exceção: ela tem mais amizade com as esposas civis dos militares, isto é, como ela chegou a Resende como esposa civil de militar, ela criou um círculo de amizades pautado pelas amizades do marido e as mantém até hoje. Já o casal *P.* tem mais amizade com civis, pelo fato da família de origem da esposa ser de Resende.

Observa-se também que há duas esposas que têm irmãs casadas com militares. A esposa *P.* e a irmã da esposa *O.*, conheceram seus maridos quando estavam no ambiente do quartel, isto é, quando estavam na casa de parentes (irmãs) casadas com militares.

Destaca-se, de modo geral, que com respeito a esses casais militares, ambos têm um entendimento e importância da carreira um do outro e isso seria um fator de coesão da família; enfim, ambos exercem uma profissão e também dividem tarefas relativas ao âmbito privado da família, bem como “compartilham” de todas as esferas individuais de cada um (mesmo ambiente de trabalho; mesmo ambiente de lazer; mesma casa). Ao passo que, também estão lidando no dia-a-dia com uma ausência no lar e na criação dos filhos; cuidados que passam, em partes, a serem administrados por terceiras pessoas: parentes, babás ou empregadas. E no caso de serem parentes, não deixam de ser uma extensão da própria família.

Nesse sentido, podemos dizer que a casa se estende para a caserna, na medida em que o casal pode partilhar relações no ambiente do trabalho e, de certa forma, tornar mais familiar e até menos formal esse meio. Exemplifico isso com duas situações que presenciei em conjunto com o casal *N.* Os dois trabalham em seções diferentes e a rotina para irem embora do quartel é sempre a mesma: a esposa *N.* encerra seu expediente e vai até a seção do marido, “buscá-lo”, e os dois retornam juntos para a casa na vila. Numa dessas rotinas da saída da Academia, eu estava junto, e a esposa *N.* entrou na seção do marido e, enquanto ele terminava de resolver alguns

serviços, ela sentou de forma descontraída na cadeira de trabalho do marido, ocupando a mesa dele.

Esta não parece uma cena tão diferente, mas se considerarmos que na instituição militar cada indivíduo tem o seu espaço na hierarquia e devem-se respeitar os lugares onde sentar, a postura corporal no sentar, a organização e a disposição dos lugares onde sentar¹¹²; vemos que este exemplo “quebra” o protocolo militar e revela um grau de intimidade e cumplicidade do casal na caserna.

Em outra situação, a esposa N. estava voltando da seção do marido (aonde tinha ido pegar alguns documentos de trabalho) e o chefe dela (um coronel) dirigiu-se a ela de forma jocosa: *“ah, eles te recebem muito bem lá (seção do marido) né?!”*. A presença de um casal militar na Academia, portanto, é motivo de comentários mais descontraídos até por outros oficiais, como o exemplo acima, e mostra, em alguns momentos, um tom “mais pessoal” nas relações de trabalho de ambos (marido e mulher). Mas se a casa pode “entrar” na caserna, o fluxo contrário também ocorre: os dois casos (casal L. e P.) em que as esposas tornaram-se militares depois de casadas, são prova de que o Exército também está “convertendo” famílias; é como se o processo de socialização pela qual a família do militar passa (processo que foi amplamente discutido no capítulo 4), atingisse sua essência: não só a esposa torna-se esposa de militar, mas torna-se, ela mesma, militar.

Como a esposa L. afirma, *“quando eu entrei no exército, eu fiquei muito mais orgulhosa porque eu pude compartilhar com ele né, eu passei de ajudante indireta da instituição a ajudante direta da instituição, e qual foi a nossa relação dentro de casa, a gente passou a ser mais parceiros, a gente passou a dividir a nossa situação, do mesmo trabalho, então foi muito legal.”*

Com relação a essa idéia de essência, ressalta-se que algumas pessoas com quem conversei durante a pesquisa (principalmente casais onde só o marido é militar), diziam que o casal militar é uma espécie de “casal ideal” para esse meio, pelo fato de que ambos estariam exercendo uma profissão e

¹¹² Para ver mais sobre isso e a hierarquia militar, recorrer a Leirner (1997;2001).

conciliando uma vida em família¹¹³ – ao contrário da maioria das esposas civis, que não trabalham ou atuam na profissão em que se formaram. No entanto, como veremos mais à frente no texto, esse casal pode ser pensado como “ideal” para alguns militares, mas talvez não o seja para o exército.

A formação familiar do casal militar, portanto, assemelha-se, em partes, ao “casal igualitário” de Salém (1989): vemos o marido e a esposa compartilhando papéis que, em famílias onde só o marido é militar, são diferenciados por gênero. Isso se deve ao fato dos dois serem militares (profissão que é predominantemente constituída por homens); de ambos, apesar da ausência constante da casa, participarem de atividades do âmbito privado (cuidado com os filhos nas horas “livres” do trabalho); e, enfim, deles terem uma certa “autonomia” para desenvolver seus projetos profissionais e do apoio e compreensão conjunta do casal para tal desenvolvimento.

O que há de diferente do modelo de Salém para o nosso, é que para os casais militares parece não haver o conflito entre indivíduo (traduzido no objetivo do respeito às singularidades de cada cônjuge) e sociedade (pensado como a existência de um projeto comum – conceber-se como um par – do casal). A tensão existe, mas não nesses termos, já que o fato dos dois terem a mesma profissão pode vir a ser o “projeto em comum” do casal. Como no caso da esposa P. que afirma que entrou para o exército para fortalecer o vínculo com a família ou no caso da esposa L. que virou militar por causa do marido. Logo, a tensão parece existir nos campos masculino e feminino, isto é, nos “papéis” que o gênero assume em determinados contextos na família militar. Essa questão será discutida no tópico 5.3.

¹¹³ Segue um trecho de uma entrevista que relata essa passagem do “casal militar” como “casal ideal”:

“Capitão J: Pra mim a melhor coisa que tem é a esposa militar casada com militar, isso aí é...”

Esposa J: O ideal.

Capitão J: O ideal. O que existe de melhor pro militar é isso.

Pesquisadora: Ah é?

Capitão J: É. Porque o militar de menor graduação sempre acompanha obrigatoriamente o de maior graduação, pra onde quer que ele vá. Então, quer dizer, são duas pessoas com emprego estável, com as regalias... Com os problemas, mas com as regalias do militar e com a família junto, sendo transferido junto, com emprego garantido junto.”

5.2 Trajetórias de casais em que a esposa é oficial do exército

Nesta parte apresento alguns dados sobre a trajetória de 3 famílias em que a mulher é oficial do exército e o marido é “civil”.

Q) *Marido Q. e Tenente Temporária Q.*

Essa entrevista foi realizada somente com a esposa, mas apresenta alguns dados sobre o marido.

O marido é de Recife/PE, tem 45 anos e trabalha na área de informática, inclusive fazendo serviços para vários oficiais da Academia. Não possui parentes militares.

A tenente é nascida no Rio de Janeiro/RJ e tinha 33 anos na época da entrevista. Não possui parentes militares. É formada em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001), com ênfase em espanhol e optou pela carreira militar ao ficar sabendo, “por acaso”, – através de um major para quem ela dava aula de espanhol no Rio de Janeiro – da oportunidade de ser oficial temporária no Exército¹¹⁴. Está como professora de espanhol na Aman desde 2005, e pretende tentar uma vaga como oficial de carreira no quadro complementar (QCO).

Os dois estão casados há 7 anos e conheceram-se no Rio de Janeiro, saindo de lá somente quando ela passou na vaga de oficial temporária e foi lecionar na Aman, em Resende. O casal tem um filho de 5 anos.

Segundo a tenente, o marido está disposto a apoiá-la em “qualquer lugar do Brasil”, então não teve muitos problemas em mudar de cidade e ele acabou gostando de Resende e da Aman; e por realizar serviços a diversos oficiais, acabou montando um círculo de amizades no meio militar, em especial, com militares do Corpo de Cadetes; enquanto a tenente tem mais “afinidade” com o pessoal que trabalha na mesma seção que ela (seção de ensino).

¹¹⁴ “O militar temporário (oficial ou sargento) permanece no Exército por um período de tempo delimitado, previamente informado. Findo o limite máximo do tempo de serviço – normalmente tem duração de sete anos para o caso dos oficiais –, o militar passa para a reserva não remunerada. O ingresso é por meio de uma seleção conduzida pelas Regiões Militares, que estabelece o período e as vagas para cada área de interesse necessária”. Dados retirados do site <<http://www.exercito.gov.br/02ingr/ingressar.htm>>, acesso em 25 de out. de 2009.

A rotina da tenente mudou bastante desde que se tornou militar, segundo ela *“eu trabalhava menos, mas também ganhava menos. E eu tinha mais tempo pra ficar com o meu marido e o meu filho, agora eu tenho menos tempo mas eu posso dar um maior conforto para o meu filho. Então eu pesei isso na balança, e creio que no futuro ele vai agradecer a escolha que eu fiz. Eu to aqui me sacrificando em função deles”*.

Ela apresenta uma preocupação com o filho, pois desde os nove meses de idade ele fica numa creche cerca de 12 horas por dia, onde toma café, almoça, janta, toma banho. A tenente perdeu um pouco desse contato com o filho, tendo apenas o final de semana para passar um tempo maior com ele. Apesar de considerar essa uma situação muito ruim, ela diz que está pensando no *“futuro mais adiante”*. E quando questionada sobre querer que o filho siga carreira militar, ela diz que adoraria que ele fosse cadete na Aman, porque *“eu vejo que os jovens daqui tem valores que a maioria lá fora da mesma idade não tem”*.

Como sobra pouco tempo para ela administrar a vida em casa, a tenente contratou uma *“secretária”* para realizar os serviços domésticos e tem o marido que sabe e gosta de cozinhar, e isso a ajuda muito, pois segundo ela, *“eu não sei cozinhar, eu não gosto, eu gosto de trabalhar fora”*.

A família mora próxima à Academia, mas não na vila militar. Convivem somente com militares em Resende, tendo amigos e familiares civis no Rio. A tenente diz quase não conhecer as esposas de militares (civis) e convive mais com as mulheres (militares) da seção em que trabalha.

R) Marido R. e Tenente QCO R.

O marido tem 27 anos, nasceu no Rio de Janeiro/RJ, mas foi criado em São Paulo/SP. Não possui parentes militares. É formado em Veterinária pela Universidade de São Paulo (USP) e já tentou prestar por três anos o concurso para ingressar na ESAEx mas não conseguiu; e hoje em dia descarta essa possibilidade pois ele teria que ficar um ano longe da esposa e seria *“complicado”* para ficarem juntos. Ele trabalha meio período numa clínica em Resende, mas não é um emprego fixo.

A tenente é nascida em Pirassununga/SP e tinha 24 anos na época da entrevista. O pai é sargento da Aeronáutica e ela sempre morou em vilas militares com a família, até ir para a faculdade. Morou em duas regiões como filha de militar: Pirassununga e Guarujá. É formada em Letras pela USP, com ênfase em Espanhol (2006), fez ESAEx em 2007 e, como tenente QCO foi servir na Aman em 2008, como professora de espanhol. Optou pela carreira porque sempre gostou da vida militar, mas queria ser professora ao mesmo tempo, *“quando eu descobri que ia dar pra conciliar as duas coisas, eu achei uma boa idéia”*, diz ela. O pai dela sempre quis que ela fosse militar, e na época da tenente prestar vestibular, ela teve que prestar o concurso para admissão como cadete na AFA (Academia da Força Aérea), pois o pai queria que ela fosse oficial na aeronáutica. Mesmo sem estudar (e não passar), a tenente prestou para deixar *“o pai feliz”*.

O casal se conheceu durante a época da faculdade dos dois, em São Paulo, por conta de um amigo em comum. Namoraram dois anos e meio, ficaram noivos e depois que ela passou na ESAEx, *“aí foi ou vai ou racha né?! A gente casou e ele foi para Salvador comigo”* (diz a tenente). Estão casados há 1 ano. Os dois passaram por 2 transferências: Salvador/BA; Resende/RJ.

O marido antes de casar, trabalhava na USP, mas teve de largar o emprego para “acompanhar” a esposa. No entanto, em Salvador ele havia trabalhado e em Resende, apesar de ter acabado de chegar, estava fazendo alguns *“bicos”* e procurando um emprego fixo.

Depois que a esposa tornou-se militar, a rotina do casal modificou, e eles se vêem pouco. O marido trabalha meio período e no restante fica em casa, fazendo algumas tarefas domésticas (lava e passa roupa; lava louça, arruma a casa). Eles não tem empregada e a tenente faz a comida e limpa o banheiro (segundo ela, o marido não gosta de fazer isso), e diz *“não ter tempo e vontade de fazer mais”*, e o restante é ele quem faz.

Eles moram num apartamento na cidade, mas estão esperando uma vaga de casa na vila militar. Ambos convivem mais com militares e o marido tem alguns colegas civis na clínica onde trabalha. Já a tenente, diz

conviver mais com os/as militares da seção onde trabalha, não tendo muitas relações com as esposas “civis” de militares.

Quando questionados sobre quererem que os filhos sejam militares, os dois responderam que não gostariam de ter um filho militar, pois segundo a esposa *“os cadetes que vêm pra cá são muito novos e não é uma idade ainda pra você assumir o que você quer pro resto da vida”*. Ela também diz ter receios quando tiver um filho, pelo fato de que ela trabalha cerca de 8 horas por dia e não gostaria de colocar o filho o dia inteiro numa creche - preocupação esta, que ela deve estar lidando mais cedo do que imaginava, porque, no meio da minha pesquisa, presenciei ela contando às suas colegas de seção que estava grávida¹¹⁵.

Na época da entrevista fazia 4 meses que o casal estava morando em Resende e a tenente dizia que estava sofrendo alguns preconceitos por ser muito nova, por ter praticamente a mesma idade dos cadetes que ela dá aula. Os cadetes às vezes testavam ela na sala de aula; os oficiais diziam que *“ela era muito nova pra estar aqui (Aman)”* e ela era cobrada por outras mulheres militares com relação a determinadas posturas e condutas, como por exemplo, ser menos risonha e falar mais baixo¹¹⁶.

S) *Marido S. e Capitão QCO S.*

O marido tem 45 anos, nasceu em São Paulo/SP, e é funcionário público (bibliotecário na Universidade Federal Fluminense – UFF – em Volta Redonda/RJ). Ele viaja todo o dia de Resende para Volta Redonda, cerca de uma hora de viagem para trabalhar. Tem um irmão que é sargento na marinha.

¹¹⁵ A tenente T. chegou à seção e informou a todas as mulheres militares que estavam no local, de forma emocionada, que estava grávida. De imediato, as mulheres levantaram-se das suas cadeiras e foram parabenizar a tenente e ela ficou de conversa com uma outra militar que estava grávida de oito meses, pedindo conselhos entre lágrimas e muita emoção. O curioso é que a notícia não foi recebida de forma positiva por todas as militares e escutei comentários de uma outra tenente que dizia que, com a T. grávida, o trabalho ia ser dobrado para ela. Ela estava se referindo ao exercício de campo (acampamento) que T. faria com os cadetes e às escalas de tenente-de-dia (atividade em que o oficial permanece vinte e quatro horas a serviço da Aman), pois, o fato de T. estar grávida a “pouparia” dessas atividades.

¹¹⁶ Eu mesma presenciei uma outra militar mais antiga dizendo que T. *“ainda tem muito o que aprender. Quem é espontânea, expansiva demais, tem que não ser aqui no Exército”*, pois, segundo essa militar, o local exigia uma postura “mais ponderada”.

A capitão é nascida em São Gonçalo/RJ e tem 44 anos. O pai foi cabo no exército, considerado ex-combatente durante a II Guerra Mundial e todos os irmãos dela, três ao total, prestaram e passaram no concurso para seguirem carreira militar, mas só um acabou ficando. A capitão diz ter *“algumas pendências pra vida militar, carregar alguma carga genética”*. Ela era professora atuando no Estado e quando terminou a faculdade, o Exército abriu vagas para as mulheres e, com incentivo do marido, ela acabou prestando e entrando em 1995 na ESAEx. Ela é capitão QCO da área de Magistério e trabalha na seção de Idiomas da Aman, como professora de português.

O casal se conheceu na UFF em 1985, ela era estudante e ele já era funcionário. Começaram a namorar em 1987 e se casaram em 1990. A partir daí foram procurando *“melhorar de vida”* através de concursos públicos e ela passou na ESAEx, localizada em Salvador/BA. O marido passou 4 meses com ela em Salvador (o tempo permitido pela sua função de funcionário público – licença-prêmio + férias). Estão casados há 18 anos e têm um filho de 11 anos.

Passaram por 2 transferências: Resende/RJ – Rio de Janeiro/RJ. Assim que se formou em 1996, a capitão foi servir na Aman. Em 1997 nasceu o filho do casal e sempre viveram afastados do restante da família, pois a rotina da capitão no trabalho era cansativa e eles não tinham tempo para visitar os familiares no fim de semana. O filho, portanto, foi criado longe da família e com o tempo, a esposa foi achando que ele precisava de mais *“apoio afetivo e emocional da família”*, ter mais contato com a avó e tias, e pediu transferência para o Rio de Janeiro em 2005.

Mas, chegando ao Rio, mesmo perto da família, era um outro tipo de vida: eles moravam perto da mãe da capitão, do lado do trabalho do marido, mas longe do trabalho dela. E a rotina passou a ser mais cansativa do que antes para a esposa, pois ela saía de casa muito cedo e nem via o filho durante o dia (ficava quase nove horas no quartel), e percebeu que não conseguiria se adaptar a uma cidade grande de novo. A esposa não estava feliz e também não estava com tempo para conviver com o marido, filho e seus pais. Assim, retornaram para Resende.

Em Resende, segundo a capitã *“a vida com a família é mais vivida”* e ela pode pegar o filho na escola, ver ele almoçar, almoçar com ele, ver ele indo para o colégio de manhã, etc.

O marido não teve grandes dificuldades nessas mudanças, pois como funcionário público, pôde entrar com processo de acompanhamento de cônjuge (processo amparado pela lei federal) e pôde trabalhar nos campus da UFF próximos da onde ela foi transferida.

A família já morou na vila militar, mas atualmente moram num apartamento alugado na cidade. O filho, quando pequeno, ficava em creche e depois passou a ficar mais em casa e uma *empregada* foi contratada. Segundo a capitã, *“eu deixei ele com a empregada para que ele ficasse mais em casa, sentisse o que era uma casa, um lar”*. O círculo de amizades do casal é mais militar. A esposa não tem muita convivência com esposas “civis” de militares, pois essas esposas *“tem tempo pra essa convivência, pra se reunir pra fazer chá, pra fazer isso, pra fazer aquilo, e eu não tenho esse tempo”*. O marido fez amigos freqüentando o clube militar da Aman e tem poucos amigos no local onde trabalha, porque, segundo ele, *“lá é só trabalho, não tenho vida cotidiana”*.

Sobre o filho ser militar, o casal diz ser uma opção dele, mas a capitã acrescenta que *“se ele for militar, o que vai acontecer, ele vai se afastar de mim, eu só tenho ele, então isso é uma coisa que não me entusiasma sinceramente, mas eu deixo pra ele escolher... mas eu também percebo nas atitudes dele que ele não tem perfil pra ser militar”*. Ela diz isso, pois acha que ele não se adequaria a uma rotina com horários rígidos e disciplina.

Nesse tópico apontamos trajetórias de três famílias em que a esposa é militar do Exército brasileiro. Nos casos em questão, todas as mulheres militares são do QCO e, portanto, pouco movimentadas durante a carreira militar.

No entanto, mesmo com poucas transferências, a vida da família é pautada em torno da profissão militar da esposa. Em todos os casos, o

marido deslocou-se para “acompanhar a esposa”, seja no processo dela de formação como oficial, seja na transferência para a cidade da organização militar que ela foi designada a servir. Inclusive, nota-se que marido e mulher, já tinham alguma relação afetiva ou eram casados, antes da esposa tornar-se militar.

O casal S., por exemplo, chegou a fazer uma transferência para que o filho deles ficasse mais perto da família de origem da esposa, e isso acabou também promovendo uma facilidade para o trabalho do marido (proximidade da universidade que trabalha); mas acabou prejudicando o modo como a mulher conduzia a rotina do dia-a-dia: como o quartel onde trabalhava ficava distante da casa, ela passou a ficar muito “ausente” da família, tendo pouco tempo disponível para passar com o marido, filho e outros parentes. Assim, o casal repensou a mudança e voltou para a primeira cidade onde a esposa servia.

Todos os maridos estão trabalhando no momento, mas a carga de trabalho das esposas é maior. Para administrar a casa, há em dois casos uma empregada, mas o marido também parece assumir funções domésticas mais do que a esposa: os casais Q. e R. demonstram isso. Nos dois casos onde as famílias possuem filhos, há, como nas histórias dos casais militares, uma preocupação da esposa militar em não ter disponibilidade maior para a criação das crianças. Nas trajetórias aqui citadas, as crianças ficam na creche em tempo integral durante a semana (a do casal S. já saiu da creche, pois freqüenta o ensino fundamental). Inclusive, no caso da esposa que não tem filho (mas está grávida), essa responsabilidade sobre a criação dos filhos também é relatada.

O círculo de amizades dos casais é mais com militares; no caso das esposas, a amizade é maior entre as colegas de trabalho, e no caso dos maridos, a amizade pode se expandir para militares que eles conheçam por freqüentar o clube militar da vila ou militares que eles convivam por conta do trabalho que exercem, como no caso de Q., técnico em informática, que tem uma clientela de militares.

De modo geral, podemos dizer que essa configuração da família “inverte”, em partes, a tradicional divisão sexual do trabalho: vemos a rotina da

família adaptada à profissão militar da mulher, em que a mulher é dedicada à profissão, e o marido, mesmo que trabalhe, executa parte das tarefas domésticas e apóia o trabalho da esposa.

As duas formas de família vistas neste capítulo destoam do modelo “padrão” das famílias de militares (visto no capítulo 4), alterando os arranjos dos casais, sobretudo, nas percepções de masculinidades e feminilidades dos indivíduos (em especial das mulheres). O item seguinte discutirá como o exército lida com esses novos arranjos da família.

5.3 Militar, mulher, esposa, homem, marido: arranjos da família militar

O que há de comum entre esses dois arranjos de família é a mulher como militar.

Para iniciar essa discussão, cabem algumas observações. Quando utilizamos os conceitos de gênero, masculino/feminino, masculinidades/feminilidades, estamos nos referindo, sobretudo, à idéia de gênero como construção social do masculino e do feminino. Com isso, nos atentamos para o aspecto relacional do conceito, que considera esses elementos como dependentes e constitutivos um do outro, ressaltando-se que é nas relações que os sujeitos se produzem e que são atribuídas as percepções do masculino e/ou feminino, de acordo com determinadas situações sociais.

Baseamos esta perspectiva em Marilyn Strathern (1997), que pensa o gênero como um tipo de diferenciação categórica que assume conteúdos específicos em contextos particulares. Isto é, o gênero é pensado como categoria “empírica”, como um operador de diferenças não preestabelecidas que marcam e que só podem ser compreendidas contextualmente. Gênero não seria simplesmente pensar na relação “masculino/feminino”, e sim, nas relações internas entre partes das pessoas, tanto quanto sua externalização como relações entre pessoas. Para a autora, ser homem ou mulher surge como um estado unitário e total apenas em circunstâncias particulares; sendo que esse estado contém dentro dele uma identidade composta, que está suprimida naquele momento. E que este estado unitário só surge através de uma ação (MATOS, 2002). O masculino, portanto,

pode ser percebido contendo o feminino e vice-versa, sem haver nada ambíguo sobre ambos os gêneros; um é uma versão do outro, numa “forma diferente” (cada sexo apresenta uma versão do outro)¹¹⁷. (SILVA, 2008)

Dessa maneira, conforme já foi discutido no capítulo 1, com as mulheres nas Forças Armadas, as percepções de feminilidade e masculinidade estão, a todo o momento, sendo articuladas e (re)construindo as relações do cotidiano na instituição militar. E, numa organização como a militar, que sempre foi caracterizada por um código masculino por excelência, e constituída de homens, as mulheres militares passam a ser vistas, em determinados momentos como *mulheres*, e em outras situações, como *homens* – posições, sobretudo, que são construídas no meio militar, de forma a legitimar a tradicional divisão social dos papéis sexuais.

Assim, em alguns momentos dentro do quartel, as mulheres militares são tratadas de forma dessemelhante pelos oficiais homens – um tratamento ora educado demais, ora preconceituoso, que sempre recorre ao fato delas serem caracterizadas como o “sexo frágil”, e necessitarem de proteção e zelo. Nessas situações, a militar é vista como “mulher” e a sua relação com outros militares homens é pautada com “grande cavalheirismo e educação” da parte deles. O exemplo “clássico” dessa configuração é o do elevador, conforme a narrativa de uma capitão, retirada de minha monografia (SILVA, 2006): “*o militar quando entra no elevador, o mais antigo¹¹⁸ é que vai na frente. Só que se o mais moderno for um homem isso não causa nenhum problema, se for uma mulher aí ele não sabe se ele entra na frente ou não. Então ele passa a gente na frente(...)*” (Idem, p.41)

E esse é um caso que se repete com bastante freqüência no meio militar. Uma vez, por exemplo, quando chegava na seção de ensino da Aman, escutei por acaso, uma conversa da tenente P. com outra militar. Ela estava contando para uma colega que um major resolveu “dar passagem” para ela na Academia e que ela se policiou e disse a ele: “*vai major*”; e ele respondia “*vai*

¹¹⁷ Cabe ressaltar que os estudos de Strathern, mesmo tendo sido produzidos em e para um contexto em particular (na Melanésia), não deixam de ser aplicáveis a outros contextos e nos fazem repensar no dinamismo de categorias e relações.

¹¹⁸ Sobre os termos “mais antigo” e “moderno”, ver nota 41 deste texto.

P.". E que diante dessa situação, ela *"tava quase mandando no major para que ele passasse primeiro"*.

Essa situação revela um problema dos militares, e da própria instituição como um todo, em lidar com a presença das mulheres no ambiente militar, pois, tratamentos como os descritos acima, comprometeriam um dos principais valores do militarismo: a hierarquia.

Mas há também momentos em que para as mulheres, "ser parecido com um homem" as aproximariam mais da realidade militar (Ibidem, p.47). É o caso das mulheres terem que incorporar qualidades "naturalmente" tidas como mais masculinas (liderança, coragem) e revelarem, por exemplo, uma postura "mais embrutecida", mais contida nas ações e relações vividas na Academia.

E o que essas configurações implicam à mulher militar, ao exército e à família? Num primeiro caso, temos situações em que a militar deve ser vista como mulher, e mais especificamente esposa de militar.

Uma das histórias refere-se à capitã L. que, quando o marido (coronel L.) assumiu o comando de uma organização militar, teve de portar-se como esposa de militar. Na época ela era tenente e os dois, portanto, eram de círculos hierárquicos diferentes. Quando o marido assumiu a direção, houve uma cerimônia de posse e uma *designação* da organização de que ela fosse à paisana, isto é, sem farda: *"a esposa vai ter que estar do lado do coronel, então ela tem que ir sem farda"*, relata L.. Tudo isso para que não se comprometesse a hierarquia militar e para que se mantivesse a presença da esposa do novo comandante no evento, visto que este também é um papel imprescindível que as esposas de militares precisam vivenciar (conforme mostrado no capítulo 4).

L. conta que *"o interessante é que até os oficiais mais antigos, que deveriam me chamar de você, me chamavam de senhora, ficava aquela confusão toda. Os coronéis chamando a tenente de senhora, aí, ficavam sem jeito, como que ia acontecer..."*. Assim, fica evidente que nessas circunstâncias, com relação às mulheres militares, o Exército privilegia o "ser mulher/esposa" em detrimento do "ser militar".

O caso da tenente R. também assemelha-se a esse: ela tinha ido para uma atividade em campo (acampamento) com os cadetes na Academia e,

quando já estava no local onde iria acontecer a atividade, teve que retornar, pois “foi obrigada” a ir num evento beneficente promovido pelo SASAMAN, um desfile de moda voltado para as mulheres. Segundo R., *“eu queria ficar no campo que eu fui, eu queria ficar lá, e não me deixaram, me trouxeram de volta e falaram: ‘Vai tomar um banho, e colocar esporte fino, que você tem que ir pro chá’”*. A tenente diz ser “obrigada” a ir, pois estava em horário de expediente e foram ordens diretas da Academia, para que todas as mulheres militares fossem, exceto, segundo R., aquelas *“que arrumassem uma boa desculpa para não ir”*, como por exemplo ter que ir ao médico, amparar um filho doente ou estar dando aula no horário do evento.

Nessa perspectiva, vemos que o Exército ainda tem dificuldades em lidar com a mulher no ambiente de trabalho e, em determinados contextos, a “resgata” para “assumir” funções tradicionais das esposas “civis” de militares, como forma de evitar possíveis tensões desses dois arranjos de família militar. Parece que há circunstâncias, como as vivenciadas pela capitã L., que a mulher como militar torna-se incompatível com a estrutura, organização e previsibilidade do exército. Como forma de “resolver” esses impasses, se a “feminiliza”.

Se por um lado, há uma feminilização da mulher militar; por outro, podemos dizer que ela se masculiniza quando, por exemplo, passa a voltar-se mais para amizades com militares (homens e mulheres) do que para esposas civis de militares. Como uma tenente relata,

Antes de eu ser militar eu tinha mais em comum com as outras esposas, porque muitas delas se atarefam mais de cuidar da casa, cuidar dos filhos, levar filho no colégio. Mas depois que eu virei militar eu não tenho mais esse tempo, então às vezes quando a gente se reúne os assuntos não são mais os mesmos. Às vezes eu me identifico mais com o papo deles [homens militares] do que com as esposas que tão conversando sobre filhos, escola, compras, roupas, maquiagem, essas coisas.

Como mostrado nas trajetórias, a major M. também indica algo nesse sentido, em dizer que se identifica mais com os homens militares do que com o modo de vida e conversas das esposas civis. Os assuntos do trabalho (caserna), portanto, ficam em evidência em certos momentos, e elementos masculinos são mais predominantes nas mulheres militares.

Outro exemplo de “masculinização” da mulher é quando ela é militar e o marido é civil. Como vimos em item anterior, há uma espécie de “inversão” dos papéis: o homem vira o “acompanhante” da esposa. E os maridos, são vistos como “mulheres”? O pouco convívio etnográfico e contato com maridos civis não nos permite ir muito além nessa questão, mas temos que no âmbito privado, o marido assume mais funções domésticas que as mulheres, conforme vimos nas trajetórias dos casais. Mesmo assim, não são muitas, visto que em duas das três entrevistas com essa formação de família, o casal possui empregada. Também parece não haver uma “obrigação” do marido em presenciar atividades e eventos sociais da Academia, até porque, não há uma associação voltada a esposos de militares, bem como, ainda não há mulheres militares exercendo cargos de chefia na Academia. O fato é que, estes casais também são poucos no Exército se comparados aos demais; e ainda há muito a ser explorado sobre eles.

Desse modo, nota-se que esses dois arranjos de família divergem, em partes, do modelo padrão de família militar e, às vezes, podem gerar desconfortos e tensões entre o que é “tradicional” no exército e o que é “novidade” (como o caso do casal militar). Mas, como estratégia, o exército constrói relações que adéqüem, em alguma medida, às regras e normas da instituição. Logo, apesar desses casais (em que os dois, ou só a mulher é militar) serem arranjos novos para o Exército, ainda procura-se manter o “modelo da família militar” em evidência.

A parte II da dissertação, portanto, mostrou características de três configurações de família militar encontradas na pesquisa, mostrando que há uma “família modelo”, e outras que podem gerar divergências a esse modelo. Mas, observa-se que em todos os casos trabalhados nesse texto, o Exército centraliza grande parte das relações da família, ou melhor, além de ser exigida grande dedicação à corporação por parte do cônjuge militar e, relativo “apoio” e acompanhamento do cônjuge não militar; as amizades, de ambos, acabam pautadas pelo ambiente da caserna e a própria estrutura da família é condicionada ao modo de vida e rotina de trabalho do cônjuge militar. Ao passo que, também é demonstrado que a família é “garantia” de uma carreira

promissora no Exército e que ela também é valorizada e evocada diversas vezes para que se mantenha a coesão no ambiente militar.

Assim, em todas as entrevistas, a idéia da “Família Militar” está presente, mas, como já dito no capítulo 4, ela apresenta um caráter segmentário. No caso das famílias onde a mulher é militar, por exemplo, a idéia de *parentes circunstanciais* revela-se mais no nível dos/as militares que trabalham na mesma seção que elas, pois são pessoas que elas acabam convivendo mais.

Por fim, pode-se afirmar que há uma particular relação entre casa e caserna e cabem agora, algumas considerações finais a respeito dessa relação.

6

CONCLUSÃO

Com o intuito de investigar mais a respeito de um objeto de estudo ainda não muito explorado na Antropologia – as famílias de militares –, mostramos neste texto as trajetórias de três formas familiares que se situam no universo militar: casais em que só o marido é militar; casais em que ambos os cônjuges são militares e casais em que só a esposa é militar. A análise centrou-se, sobretudo, nos discursos dessas famílias, muitas vezes pautados pela “importância” e “cuidado” com que se referiam a uma idéia e às suas próprias famílias. Nesta parte final, pretendemos retomar alguns pontos tratados no texto, de forma a propor, a partir dos novos estudos antropológicos sobre a família – que pensam as noções de gênero, parentesco e família como um universo de relações, entendidos de forma dinâmica e contextual (Carsten 2004, Strathern 1992) – algumas considerações a respeito do nosso objeto.

O primeiro caso, também retratado nos estudos de Chinelli (2008) e Cavilha (2002), verificou ser uma espécie de “modelo” da família do militar, que compreendia:

a) a idéia de que a mulher (esposa) deve “acompanhar o marido”, pelo fato de que o militar (em especial o oficial de carreira) tem como característica o *ethos* nômade (movimentação pelo território brasileiro a cada dois ou três anos) e, portanto, a família viveria em trânsito constante; b) a idéia de que a mulher, mesmo que exerça uma profissão ou trabalho, deve ser uma “boa” mãe e esposa, deve manter a família unida, administrando quase que sozinha os cuidados com a casa e os filhos, para que o marido desenvolva a sua carreira; c) a esposa ter que, em determinados momentos da carreira do marido, assumir papéis “públicos” como o de organizar eventos para promover a integração da “família militar” e participar de organizações filantrópicas; d) a presença da esposa em todos esses eventos; e) uma convivência “cordial” e

“solidária” com outras famílias de militares; f) um controle e comedimento de palavras e condutas, isto é, uma vida discreta e sempre “com muito cuidado” para que “não se fale demais” e não se comprometa a carreira do marido; g) uma vigilância das e entre as próprias esposas como forma de evitar posturas tidas como “inadequadas”; h) uma conduta que deve seguir similitudes em relação ao *modus operandi* das relações profissionais do cônjuge, isto é, observando os protocolos e prescrições inerentes à hierarquia militar.

Nessas famílias, para além do fato de que elas se arranjam no modelo “clássico” de família nuclear moderna (a mulher como “dona de casa” e o marido como “provedor”), a esposa vivencia uma “feminilização” de suas ações e relações: temos a esposa do militar como a produtora da casa (relações no âmbito privado), a que faz a comida, que cria os filhos, passa e lava as roupas do marido; a que, enfim, cuida de tudo na família para que o marido possa exercer a profissão. E a mulher do militar é peça chave para a vida emocional e para a estruturação da vida do militar e, portanto, ela também não deixa de reproduzir a vida militar, pois compartilha e está envolvida numa série de atividades que acontecem no quartel, ao mesmo tempo que “sustenta” a casa. Mas, além de tudo isso, há o fato de que a mulher e os filhos são tomados como “elementos” e “relações” do *interior* da instituição, embora essa relação esteja em permanente conflito com uma potencial “paizanização” dos parentes, sobretudo os cônjuges.

As duas outras “formas” de família configuram, em partes, algumas tensões a esse “modelo”. A principal fissura se dá na configuração de gênero da mulher: é como se a esposa se “masculinizasse” em muitas de suas ações pelo fato de ser militar, uma profissão que demanda uma alta carga horária de trabalho e que tem como prioridade o “dever pela pátria”, elemento externo e envolvente da casa. Assim, o papel de “tradicional mulher de militar” fica transfigurado numa babá, faxineira, em algum parente próximo (mãe ou irmã) ou passa a ser, em alguma medida, realizado pelo marido não militar. Quando, por exemplo, é a irmã ou mãe que assumem essas funções, elas aparecem como substitutas femininas “legítimas” da esposa militar, pois operam como uma extensão da família, sendo, de alguma forma,

substância/sangue da esposa. E assim, parecem “liberar” a vida no quartel para a mulher militar.

Mas esses novos arranjos não significam que a família, enquanto relação esposa/marido/filhos deixe de existir, pois esta relação é atualizada constantemente no compartilhar refeições e pequenos momentos como buscar e levar os filhos na escola. No entanto, vimos também que no Exército, as mulheres militares vivenciam a incorporação de elementos mais masculinos ou mais femininos em determinados contextos ao ponto que, em alguns momentos, elas assumem características da “tradicional” esposa de militar: a de “acompanhantes” do marido militar ou a de freqüentadora de eventos das esposas (civis) de militares, por exemplo.

Com relação a todas essas famílias, observamos que elas passam por um processo de socialização ao “mundo militar”, para se identificarem enquanto tais (este processo foi detalhado no capítulo 4). As famílias militares, portanto, devem ser apreendidas como construções simbólicas, o que podemos compreender a partir de três exemplos:

O primeiro refere-se a uma cena presenciada numa pequena confraternização de uma das seções da Aman, em que havia uma tenente que acabara de saber que estava grávida (a tenente R.). No meio da festa (um café da manhã), o chefe da seção (um coronel) inicia um discurso em que fala: *“ah, temos também um novo ou nova integrante que está por vir, não sei ainda se militar de inglês ou espanhol, mas teremos um novo membro: o bebê que a tenente R. está esperando!”*. A notícia causou um *frisson* geral e de imediato, ouço os comentários de um major que estava próximo de mim e diz *“calma aí, primeiro ele vai nascer civil”*. Este caso sugere que, independente da criança a ser gerada, ser de um berço de pais militares ou civis, é preciso outras formas de substância e relação para que seja formado o militar.

O segundo e terceiro exemplos já foram comentados no texto (capítulo 4) e referem-se às esposas civis de militares que estavam morando pela primeira vez numa vila militar. Uma delas (esposa F.), casada há vinte anos, mas sem nenhuma experiência de “vivência nacional” – o marido permaneceu na mesma organização militar por vinte anos –, atestou que, quando foi morar na vila militar é que se reconheceu como “esposa de militar”,

pois antes não tinha uma relação com outras esposas de militares, não participava de eventos do quartel e nem ia ao quartel. A outra esposa (K.), recém-casada – cujo marido está no segundo casamento – está em sua primeira transferência também, e diz não se adaptar ainda à vida militar e que ouve de outras esposas de militares que ela não “viveu” a carreira do marido por “completa”, como elas teriam vivido (por exemplo, o fato dessas esposas estarem, de alguma forma, acompanhando o marido desde os tempos de aluno da EsPCex). Fica claro aqui, que só a união oficial através do casamento não configura a idéia de “esposa de militar”, ou de “família de militar”, e que essas categorias, se é que podemos denominá-las categorias, são densas e relacionais.

A família, portanto, se torna “família de militar” na consubstancialidade, na convivialidade dentro das vilas e prédios militares, nos papéis que a esposa desempenha dentro do meio militar (ela se “militariza” de alguma forma, seja como parente, seja como militar, ou os dois juntos). E estas relações são construídas cotidianamente no convívio com outras esposas, famílias e nos eventos que ocorrem no quartel. O mesmo processo também parece ocorrer com os filhos/as que acabam tornando-se militares ou se casam com militares, como mostramos serem casos freqüentes de ocorrer nesse meio (ver os dados a respeito da origem social dos militares e entrevistados no capítulo 3).

E assim, no que diz respeito à relação entre Exército e Família, num primeiro momento do texto, inclusive como hipótese, mostramos que o Exército engloba as famílias, pelo fato de que há toda a construção de uma rede de relações no primeiro que definem os papéis, obrigações e benefícios das segundas, fazendo com que os membros da família, se pensem/identifiquem como uma “família militar”. E isso parece ser garantido, com vimos, através das relações de troca (princípios de união e solidariedade entre as famílias), dos constrangimentos sociais (a vigilância e a fofoca) e dos eventos e cotidiano das vilas e organizações militares.

No entanto, no decorrer da dissertação, apontamos também, que há um duplo movimento entre casa (aqui entendida como a família do militar –

relação cônjuge e filhos/as, e parentes próximos¹¹⁹) e caserna (relações do quartel). Não só a caserna determina relações na casa, como a casa determina relações na caserna; por exemplo, há no Exército, a idéia de sempre querer “se familiarizar”, isto é, de recorrer a um linguajar e valores encontrados na família (confiança, apoio), como o fato de se auto-intitular como “A Família Militar”, ou melhor, a “Grande Família” – onde se espera que tanto militares como seus dependentes passem a se ver enquanto *parentes circunstanciais*, pessoas as quais é buscado apoio e convívio. No limite, parafraseando Clausewitz (1979), a casa é “um prolongamento do quartel por outros meios”, e, ainda de forma mais surpreendente, o quartel também se torna “a extensão da casa por outros meios”.

Outra situação discutida no texto e que vai ao encontro dessas observações, é o uso que os militares parecem atribuir à idéia de moradia e Brasil. Os militares, principalmente os oficiais das Armas, têm como uma das metas da profissão a “vivência nacional”, isto é, circular por várias regiões do país a fim de conhecer e saber pelo que estão “lutando”. Nessas constantes transferências (ocorridas a cada dois ou três anos), os militares e suas famílias circulam por PNRs (Próprio Nacional Residencial), moradias militares que são padronizadas, ou seja, que tanto física quando administrativamente, seguem uma estrutura. Assim, a circulação por essas PNRs e a circulação pelo Brasil, produz a idéia de que a casa (moradia) deles no fim é o Brasil, da mesma forma que também estabelece que em qualquer lugar do país você pode encontrar a “Família Militar”.

Desse modo, casa e caserna estão intimamente relacionadas a tal ponto, que no limite, podemos falar que o Exército é produtor de parentesco/família, mesmo em configurações familiares diferentes. Vimos na dissertação que há uma “militarização” da família (esposa e filhos/as), ao passo que alguns se tornam militares e outros/as se casam com militares. Assim, no interior da família, o Exército produz não só militares como casamentos: filhas que podem tornar-se esposas de militares em potencial e também militares que se casam entre si. Inclusive, até as irmãs de militares que passam a conviver

¹¹⁹ Parentes próximos referem-se a pais, mães e/ou irmã(o)s dos familiares.

na casa cuidando dos filhos/as dos oficiais, também podem “arranjar” casamento com militares – como foi o caso de duas histórias citadas no texto (casais O. e P.).

Nesse sentido, e com relação aos dados explorados nesta dissertação, podemos pensar o Exército enquanto relação e, no caso específico, pela lógica da família. Assim, o que foi buscado neste trabalho é começar a pensar as FFAA no Brasil por novas perspectivas e abordagens teóricas, de maneira a contribuir para o debate recente da Antropologia dos Militares bem como para a Antropologia da Família.

Cabe destacar que o que vimos neste texto é uma tentativa de análise diante dos dados de campo da pesquisadora, que também procura oferecer um conjunto de idéias a serem mais bem discutidas e exploradas em futuras pesquisas. Assim, no momento trabalhamos as representações dos entrevistados e nos referimos a um modelo esperado e de certa forma vivenciado no Exército enquanto discurso. Essa é uma das visões possíveis de análise, visto que compreendemos que na prática dessas famílias de militares, pode haver incompatibilidades com esse modelo – por exemplo, a ocorrência de traição entre os casais, alguma tensão entre filhos e pais militares, etc. E essas são abordagens que pretendo abordar em trabalho posterior.

Desse modo, a análise aqui apresentada, embora tenha lidado apenas com um lado da questão, configura-se como importante objeto de reflexão, por indicar que a família não só faz parte do “mundo militar”, como também marca uma série de relações no Exército.

REFERÊNCIAS

ABREU, Luís Eduardo. **Os labirintos do minotauro**: Política, troca e linguagem, Tese (Doutorado em Antropologia Social), Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

ALBERTINI, Lauriani. O Exército e os outros. In **CASTRO, C.; LEIRNER, P. (orgs.), Antropologia dos Militares**. Rio de Janeiro: FGV, p.75-90, 2009.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO AMAN. Rio de Janeiro: Aman, 2003-2007.

BARROS, Alexandre. **The Brazilian Military**. Professional socialization, political performance and state building. The University of Chicago. Tese de doutorado, Mimeo, 1978.

BEVILAQUA, Ciméa B. **Consumidores e seus direitos**: um estudo sobre conflitos no mercado de consumo. São Paulo: Humanitas, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

CARREIRAS, Helena. Família, Maternidade e Profissão Militar, **Estudos Feministas**, Santa Catarina: UFSC, n. 5(1), p. 69-81, 1997.

_____. As Mulheres e a Guerra, In Nuno Severiano Teixeira e Barata, Themudo (eds.), **Nova História Militar de Portugal**, Lisboa: Círculo de Leitores, p.174-238, 2004.

_____. **Gender and the Military**: Women in the Armed Forces of Western Democracies, London: Routledge, 2006.

CARSTEN, Janet. **After Kinship**. London: Cambridge University Press, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In, FAUSTO, Boris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil republicano**. São Paulo: Difel, 1978.

_____. Forças Armadas e Política, 1930-1945. In **“A Revolução de 30”**. Brasília: UNB, 1983.

CARVALHO, Sonia. **Casa-Caserna**: um percurso diferenciado na vida das mulheres militares. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Mimeo, 1990.

CASTRO, Celso. A origem social dos militares. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo (37), p.225-231, 1993.

_____. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. **O Espírito Militar**: Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004 [1990].

_____ (org). **Evolucionismo Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. Goffman e os militares: sobre o conceito de instituição total, **Revista Militares e Política**. Número 1, 2007. Disponível em: <<http://www.lemp.ifcs.ufrj.br/revista/index.htm>>. Acesso em 09 de out. de 2008.

_____. Em campo com os militares. In **CASTRO, C.; LEIRNER, P. (orgs.), Antropologia dos Militares**. Rio de Janeiro: FGV, p.13-30, 2009.

_____; D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (orgs.). **Antropologia dos Militares**: reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CAVILHA, Juliana. **Histórias de Quartel**: um estudo de masculinidades com oficiais fora da ativa. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Mimeo, 2002.

_____. Das entrevistas aos rituais: dialogando com os militares. In **CASTRO, C.; LEIRNER, P. (orgs.), Antropologia dos Militares**. Rio de Janeiro: FGV, p.129-149, 2009.

CHINELLI, Fernanda. **Mulheres de Militares**: família, sociabilidade e controle social. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Rio de Janeiro. Mimeo, 2008.

_____. Pesquisa e aliança: o trabalho de campo com mulheres de militares. In **CASTRO, C.; LEIRNER, P. (orgs.), Antropologia dos Militares**. Rio de Janeiro: FGV, p.91-105, 2009.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

_____. A Instituição Militar No Brasil. In: **BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 19, p. 3-19, 1985.

COLLINS, Peter. Negotiating Selves: reflections on 'unstructured' interviewing'. **Sociological Research Online**, vol. 3, n.3, 1998. Disponível em: <<http://www.socresonline.org.uk/socresonline/3/3/2.html>>. Acesso em 04 de nov. de 2009.

COSTA, Vanda Ribeiro. Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30, **Ciências Sociais Hoje**, Rio de Janeiro: ANPOCS, 1985.

COUTO, Ronaldo Costa. **Memória viva do regime militar**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros Estrangeiros: Os Escravos Libertos e Sua Volta a África**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil, in Castro, C. ; Izecksohn, V. ; Kraay, H. (orgs.), **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2004

_____ ; CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____ ; _____ ; SOARES, Gláucio. (orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a.

_____ ; _____ ; _____. **Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b.

_____ ; _____ ; _____. **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DICIONÁRIO HOUAISS da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

DUARTE, Luiz Fernando D. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/CNPq, 1986.

DUMONT, Louis. **Homo-Hierarchicus**, São Paulo: Edusp, 1992.

_____. **O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DURHAM, Eunice R. (org.). **Malinowski. Coleção Grandes Cientistas Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1986.

EVANS-PRITCHARD, Edward. **Os nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FONSECA, Cláudia. **Família, Fofoca e Honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. **Cadernos Pagu**. Campinas: Editora da UNICAMP, n. 29, p. 9-35, 2007.

FRANCHETTO, Bruna.; CAVALCANTI, Maria Laura & HEILBORN, Maria Luiza. Antropologia e Feminismo, in **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, Vol. 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 11-47, 1980.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Tradução de Paula Siqueira. **Cadernos de Campo**. São Paulo, n.13, p.155-161, 2005.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a, v.1.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b, v.2.

_____. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, v.3.

_____. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, v.4.

GELLNER, Ernest. **Nacionalismo e Democracia**. Brasília: Editora da UnB, 1981.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos [Asylums]**. São Paulo: Perspectiva, 1974 [1961].

GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula & MELLO, Luiz (orgs). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GUEDES, Simoni & LIMA, Michelle. Casa, família nuclear e redes sociais em bairros de trabalhadores. In BARROS, Myriam L. **Família e gerações**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.131-163, 2006.

HERITIER, Françoise. Família. In **Enciclopédia Einaudi**, Vol. 20, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 81-94, 1989.

HOWELL, Signe. Kinning; the creation of life trajectories in transnational adoptive families. **Royal Anthropological Institute**, n.9, p. 465-484, 2003.

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o estado**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996 [1957].

JANOWITZ, Morris. **O soldado profissional**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967 [1960].

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-Volta, Volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar”, Rio de Janeiro: FGV/Fapesp, 1997.

_____. **O Sistema da Guerra**. Tese de Doutorado. DA/FFLCH/USP. Mimeo, 2001.

_____. **Hierarquia e Individualismo**: a antropologia de Louis Dumont. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. Sobre “nomes de guerra”: classificação e terminologia militares”, **Etnográfica** [online], vol.12, n.1, p. 195-214, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/etn/v12n1/v12n1a10.pdf>> Acesso em 30 de ago. de 2008.

_____. **Etnografia com militares: fórmula, dosagem e posologia**, in CASTRO, C.; LEIRNER, P. (orgs.), **Antropologia dos Militares**. Rio de Janeiro: FGV, p.31-51, 2009a.

_____. A etnografia como extensão da guerra por outros meios: notas sobre a pesquisa com militares, **Mana** [online], vol.15, n.1, p. 59-89, 2009b. ISSN 0104-9313. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v15n1/03.pdf>>. Acesso em 20 de out. 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A Família. In SHAPIRO, H. L., **Homem, Cultura e Sociedade**, Lisboa: Fundo de Cultura, p. 308-333, 1956.

LUNA, Naara. **Provetas e Clones**: uma antropologia das novas tecnologias reprodutivas, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

MACHADO, Igor José Renó. Reordenações da Casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil. **Etnográfica** (Lisboa), v. 14, p. 5-26, 2010.

MACHADO, Lia Zanotta. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. **Interface – Comunic, Saúde, Educ**, vol.4, nº8, p.11-26, 2001.

MAINE, Henry. **Ancient Law**. Londres, 1861.

MALINOWSKI, Bronislaw. **A vida sexual dos selvagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves (Coleção Ciências Sociais), 1982.

MATHIAS, Suzeley K. As Mulheres chegam aos quartéis. **Resdal Eletrônica**: Argentina, 2005. Disponível em: <<http://www.resdal.org/producciones-miembros/art-kalil.html>>. Acesso em 15 de mai. de 2006.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

MCLENNAN, J. F. **Primitive Marriage**. Edimburgo, 1865.

MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975 [1956].

MORGAN, Lewis H. **Ancient Society**. Nova York, 1877.

MOURA, Cristina P. Vivendo entre muros: o sonho da aldeia. In Velho, G. e Kuschnir, K. (orgs). **Pesquisas Urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.43-54, 2003.

_____. **O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira** - um estudo de carreira e socialização, Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a Categoria Mulher. In Algranti, L. M. (org.) **A Prática Feminista e o Conceito de Gênero**, Textos Didáticos, n.48, p.7-42, 2002.

SALEM, Tânia. Entrevistando Famílias: notas sobre o trabalho de campo. In Nunes, E. (org). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 47-64, 1978.

_____. O casal igualitário: princípios e impasses. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, num. 9, vol. 3, p.24-37, 1989.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. “Deixarás pai e mãe”: notas sobre Lévi-Strauss e a família. **Revista Antropológicas**, Pernambuco: PPGA/UFPE, vol. 16(1), p.31-51, 2005.

SCHNEIDER, David. **American Kinship**: a cultural account. New Jersey: Prentice-Hall, 1968.

SEGAL, Mady. The Military And the Family As Greedy Institutions. **Armed Forces & Society**, vol. 13, n. 1, p. 9-38, 1986.

_____. Funções Militares das Mulheres numa Perspectiva Comparada, **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 88, p. 15-43, 1999.

SINGLY, François. O nascimento do indivíduo individualizado e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In PEIXOTO, Clarice. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, p.13-19, 2000.

SILVA, Cristina Rodrigues. **Mulheres em Armas**: um estudo etnográfico do segmento feminino das Forças Armadas brasileiras. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – UFSCar, São Carlos. Mimeo, 2006.

_____. Gênero, Hierarquia e Forças Armadas: um estudo etnográfico acerca da presença de mulheres nos quartéis. **Prêmio Lévi-Strauss 2008** – Modalidade B. Associação Brasileira de Antropologia, 2008. Disponível em

<<http://www.abant.org.br/conteudo/000NOTICIAS/Premios/LeviStrauss/cristina.pdf>>. Acesso em 27 de ago. de 2008.

_____. Explorando o “mundo do quartel”. In **CASTRO, C.; LEIRNER, P. (orgs.), Antropologia dos Militares**. Rio de Janeiro: FGV, p.107-127, 2009.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

STRATHERN, Marilyn. **Reproducing the future: Essays on Anthropology, Kinship and the New Reproductive Technologies**. New York: Routledge, 1992.

_____. Entre uma melanesista e uma feminista, **Cadernos Pagu** (8/9), Campinas: Unicamp, p.7-49, 1997.

TAKAHASHI, Emilia. **Homens e Mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar**. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP, Campinas. Mimeo, 2002.

THORNE, Barrie. Feminism and the family: two decades of thought. In THORNE, B. e YALOM, M. (orgs.) **Rethinking the family: Some feminist questions**. Boston: Northeastern University Press, 1992.

VAN CREVELD, Martin. **Sexo privilegiado: o fim do mito da fragilidade feminina**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In Nunes, E. (org). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 36-46, 1978.

_____. **Subjetividade e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____. Família e subjetividade. In ALMEIDA, Angela. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Editora da UFRRJ, p. 79-87, 1987.

ZAVERUCHA, Jorge; TEIXEIRA, Helder B. A literatura sobre relações-civis militares no Brasil (1964-2002): Uma Síntese. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 55, p.59-72, 2003.

WAGNER, Roy. **The invention of the culture**. University of Chigaco Press, 1981.

ANEXOS

Anexo 1 – Postos e graduações do Exército brasileiro

Oficiais Gerais

Marechal
General-de-Exército
General-de-Divisão
General-de-Brigada

Oficiais Superiores

Coronel
Tenente-Coronel
Major

Oficiais Intermediários

Capitão

Oficiais Subalternos

1º Tenente
2º Tenente

Praças (Graduados)

Subtenente
1º Sargento
2º Sargento
3º Sargento
Taifeiro-Mor
Cabo
Soldado

Anexo 2 – Descrição de dois eventos sociais da Aman.

Neste tópico descrevo, de forma breve, dois eventos em que estive presente nos anos de 2007 e 2008 na AMAN.

a) Confraternização do curso de Infantaria

As confraternizações são churrascos ou jantares, realizados no início e fim de cada ano como uma das formas de sociabilidade do grupo: no início do ano têm a finalidade de recepcionar os oficiais (e seus familiares) recém-chegados à Academia, apresentando-os aos demais; e ao fim do ano, o evento serve como despedida àquelas pessoas que estão sendo transferidas para outras organizações militares.

A confraternização do curso de infantaria ocorreu no dia 11/11/2007, numa chácara localizada em Resende, durante o período da manhã e da tarde. O objetivo do evento era fazer uma homenagem aos oficiais que seriam transferidos no próximo ano, e, portanto, deixariam de trabalhar e morar na academia.

Para que eu pudesse participar deste evento da infantaria, foi-me designado um oficial-de-ligação, um capitão. Ele foi o responsável por me buscar e levar na rodoviária bem como ao local do evento. A confraternização foi um evento de caráter bem familiar e, segundo o capitão, ele ficou responsável por essa “missão” (ser meu oficial-de-ligação) pelo fato de ser solteiro e, isso além de facilitar o meu transporte para o local (pois a maioria das pessoas ali presentes tinha filhos e talvez não houvesse lugar no carro para mim) também evitava maiores problemas e questionamentos de possíveis namoradas, noivas ou esposas. Ele citou no caso de haver uma “namorada ciumenta” e ela implicar com o namorado tendo que assessorar uma mulher. Assim que chegamos ao local, o capitão reuniu-se com os seus colegas (outros oficiais) e só foi me procurar na hora de irmos embora. Pelo que pude notar, ele era o único solteiro presente no evento.

Na chegada à chácara fui recepcionada pelo Tenente-Coronel e sua esposa, que foram simpáticos e agradeceram a minha ida ao evento. Lá havia os oficiais de carreira do curso de infantaria, suas

esposas/noivas/namoradas e seus filhos/as (a grande maioria com filhos pequenos). A minha presença não causou muita surpresa ou curiosidade no grupo, pois havia os que sabiam que eu era pesquisadora e havia outros (principalmente as esposas), que achavam que eu era noiva ou namorada de militar, porque fui questionada sobre assuntos do cotidiano deles, como aonde iria morar no ano que vem (perguntando-me sobre as freqüentes mudanças que os militares e suas famílias passam). Mas, logo que descobriam que eu estava ali para pesquisar, me perguntavam se eu tinha parentes na família que eram militares e, quando revelava que não, algumas mulheres achavam bom, porque isso me deixava numa “*posição neutra*” para compreender as “*coisas*” pelas quais elas passavam.

Logo que cheguei pude notar o “*clube do bolinha e da luluzinha*” de que tanto meus informantes falaram: as mulheres estavam sentadas em grupos pelas mesas e os homens em pé conversando. O comandante do curso e sua esposa eram os únicos que circulavam por ambas as rodas (de homens e de mulheres). Antes do almoço começar, houve um cerimonial que compreendia o discurso do comandante e as homenagens prestadas aos oficiais que estavam indo embora da academia. Nessa hora, todos os homens ficaram de pé (as esposas permaneceram sentadas) e à nossa frente encontrava-se o comandante e sua esposa.

As homenagens duraram cerca de uma hora e a cerimônia realizada era a seguinte: primeiro homenagearam os coronéis (oficiais mais antigos) que estavam presentes no evento; depois os oficiais que seriam transferidos – o próprio comandante era um deles – e, ao fim, houve uma fala de agradecimento às esposas de militares realizada pelo comandante – discurso sempre recorrente nos eventos e atividades sociais dos militares.

A cada homenagem, o comandante e sua esposa, auxiliados por um capitão, entregavam uma estatueta para o oficial e um ramo de flores para a esposa do homenageado. Somente a esposa de um coronel não pôde estar presente e, na hora de receber as flores, o coronel justificou a ausência de seu cônjuge perante o público que estava assistindo. No caso, sua esposa estava no hospital com a filha deles.

Ao fim da cerimônia, a esposa do comandante também discursou e entregou um botão de rosa e lembranças (um porta-anel) para todas as mulheres. Sua fala era de agradecimento aos anos de convívio com as famílias na AMAN, também mostrando que ela, como esposa do comandante da infantaria, procurou reunir e dar apoio às outras esposas.

Depois se iniciou o almoço (as mulheres se serviram antes que os homens) e o evento demonstrou menos formalidade e mais descontração: as crianças brincando pela chácara, os maridos jogando futebol e as pessoas (mulheres e homens) também circulavam pela chácara e formavam grupos de conversa de homens e mulheres, juntos ou separados. Muitas esposas estavam cuidando dos filhos pequenos (colocando para dormir, oferecendo comida, acompanhando na brincadeira da criança). Eu permaneci grande parte do tempo sentada numa mesa com esposas que estavam ansiosas e preocupadas com as mudanças que iriam fazer em breve; elas estavam discutindo sobre achar escola para os filhos no novo lugar e sobre ter que embrulhar os pertences da casa.

O evento acabou antes do que se pretendia porque o tempo estava chuvoso e estava esfriando. Cerca de duas horas após o almoço, as pessoas já estavam indo embora, mas reparei que todas se despediam do comandante e da sua esposa.

b) *Baile do Espadim*

Na AMAN há dois bailes realizados por ano para a celebração de conquistas dos cadetes: o *Baile do Espadim*, que ocorre normalmente em agosto e o *Baile do Aspirantado* (também chamado *Espadão*), que ocorre em novembro.

O Baile do Espadim marca, simbolicamente, o momento em que os cadetes do 1º ano são declarados “oficialmente” como cadetes: há uma cerimônia na parte da manhã com a presença de familiares e convidados para a entrega do espadim¹²⁰ a eles e na parte da noite um “majestoso” baile de gala. Já o Baile do Aspirantado marca a saída do cadete do 4º ano como

¹²⁰ Miniatura do sabre de campanha do Duque de Caxias, patrono do Exército.

aspirante a oficial; na cerimônia de manhã há a devolução do espadim e a entrega da espada e, do mesmo modo, há um baile de gala na parte da noite. Esses eventos, amplamente formais, reúnem as famílias dos cadetes junto à “família militar”. São celebrações muito aguardadas pelos cadetes e seus familiares, inclusive namoradas¹²¹. São eventos de grande porte, pois na ocasião em que fui estavam sendo entregues espadins a 474 cadetes e isso indicava que a celebração compreendia também os familiares desses 474 cadetes.

O evento completo do Espadim realiza-se num fim de semana: na sexta-feira a tarde há cultos religiosos – de ordem católica, evangélica ou espírita; no sábado de manhã são realizadas as honras militares às autoridades presentes na atividade e a cerimônia de entrega do espadim; e no sábado a noite ocorre o baile de gala com jantar.

Para que o evento ocorra há toda uma mobilização e organização do complexo da AMAN. Dias antes de acontecer, são espalhados avisos de “*poda e limpeza dos bairros acadêmicos*”, isto é, um pedido da instituição para que os moradores do PNR (Próprio Nacional Residencial – Vila militar) dediquem uma atenção especial a seus quintais e jardins, evitando lixo e entulhos acumulados.

O Espadim que estive presente ocorreu em 23/08/2008. Na parte da manhã houve a solenidade de entrega dos espadins num dos pátios da Academia: havia um palanque principal e central, destinado às autoridades e respectivas esposas presentes na cerimônia. Os cadetes do 1º ano encontravam-se à frente do palanque, enfileirados e organizados pela extensão do pátio; ao redor deles encontravam-se seus familiares e como o pátio era cercado por prédios, o restante das pessoas convidadas localizavam-se nos andares desses prédios, observando pela janela o evento. Para ter acesso a esses andares é preciso ter um convite. Eu assisti à cerimônia do segundo andar de um desses prédios. O restante das pessoas convidadas são os

¹²¹ Na época estava fazendo uma busca na internet sobre o baile do espadim e encontrei um blog de uma namorada de cadete que estava planejando o baile (roupa, cabelo, maquiagem) há cinco meses antes da festa ocorrer. Blog: <<http://licaebabi.blogspot.com/search?updated-min=2008-01-01T00%3A00%3A00-08%3A00&updated-max=2009-01-01T00%3A00%3A00-08%3A00&max-results=8>>. Acessado em 20 de jun. de 2008.

próprios oficiais que trabalham na academia e suas famílias. Assim, no andar em que eu estava, havia capitães, tenentes e maiores acompanhados de suas esposas e, em alguns casos, de seus filhos.

A cerimônia da parte da manhã requer, aos “civis”, vestimenta esporte fino. No entanto, no local havia pessoas vestidas com as mais variadas roupas, algumas amplamente formais outras nem tanto; mas não se encontrava pessoas de chinelo, shorts ou calça jeans.

A hora da entrega do espadim é marcada pela “invasão” dos familiares dos cadetes pelo pátio; quem entrega o espadim é designado padrinho/madrinha do cadete. A “invasão” dura cerca de uns quinze minutos, onde pais e filhos, namoradas e namorados se abraçam; e logo depois, começa um movimento para todos voltarem ao lugar em que estavam. Para cumprir tudo no tempo determinado há vários oficiais encarregados de manter os cadetes enfileirados, cada um no seu devido lugar, bem como de encaminhar os familiares de volta aos seus lugares. Quando tudo volta à ordem inicial, é começado o encerramento da solenidade e os cadetes se retiram do pátio.

A segunda parte do evento é o jantar de gala, que se iniciou às 22h30. Esta ocasião também requer uma vestimenta formal, tanto que, junto com o convite é enviado um folheto explicando qual é o traje adequado para a ocasião¹²²: traje passeio completo (terno para os homens e vestido longo para as mulheres). No entanto, quando cheguei ao baile, observei algumas mulheres com vestidos curtos, mas os homens estavam todos de terno. Aos militares, homens e mulheres, é exigido o uso da farda de gala.

Os salões do baile foram os dois refeitórios dos cadetes da academia e houve a divisão dos salões: um para os cadetes, seus familiares e amigos; e o outro para os oficiais e demais autoridades convidadas. As mesas de oficiais superiores e generais, que incluem os comandantes de cursos e o comandante da academia ficavam no centro do salão dos oficiais e a mesa em particular do comando da academia apresentava uma bandeirinha do Brasil e tinha um serviço especial de garçons.

¹²² Assim que recebi o convite, o comandante do curso responsável pelo Baile foi enfático ao me pedir para prestar muita atenção nos trajes do baile.

Eu sentei numa mesa na área dos oficiais, em conjunto com militares do quadro complementar de oficiais (capitães) e seus cônjuges. A mesa localizava-se num dos cantos do refeitório. Mesmo os salões sendo distintos, oficiais e cadetes podiam circular pelos dois ambientes; somente as mesas é que eram reservadas e destinadas a pessoas específicas e marcavam, portanto, a divisão simbólica dos salões entre oficiais e cadetes. O baile, mesmo formal, apresentava um tom “menos” sério do que a cerimônia da manhã, mas fui informada de que havia oficiais que tinham como “*missão*” observar o comportamento dos cadetes durante a festa.

Nos dois ambientes havia bandas mas ambas estavam tocando os mesmos tipos de música: flash back; pop rock nacional; axé; forró e teve um momento que tocou valsa para os cadetes dançarem. Um dado curioso é que uma hora da festa estava tocando a música do grupo Ira, intitulada “Núcleo Base”, cujo refrão diz “*Eu tentei fugir, não queria me alistar/ Eu quero lutar, mas não com essa farda*”. A música indicava uma posição contra o alistamento no exército brasileiro que é obrigatório para os homens. O engraçado foi que a esposa do capitão que estava do meu lado teceu um comentário sobre a letra da música e do fato de estarmos numa academia militar, mas, no contexto da festa, as pessoas no geral pareciam não estar atentas às letras das músicas tocadas.

Eu passei a maior parte do tempo sentada na mesa e conversando com um casal cujo marido é oficial QCO. Também circulei entre os ambientes e cumprimentei e conversei com oficiais e esposas que havia entrevistado em período anterior da pesquisa. No salão dos cadetes havia mais gente e mais jovens e muitos deles dançando pelo salão todo; inclusive, por lá, vi filhas de um dos casais que havia entrevistado. Havia também vários cadetes acompanhados por namoradas. O salão dos oficiais estava menos cheio, mas havia pessoas dançando, inclusive oficiais e suas esposas. Mas pude observar, até por conhecer uma parte dos oficiais que ocupam cargos de comando na academia, que esses oficiais passaram a maior parte do tempo sentados nas mesas e em condutas mais comedidas. Também observei que os oficiais foram ao baile acompanhados dos cônjuges.

Por volta das três da manhã fui embora do baile e o casal que estava na mesma mesa, ofereceu-me carona.

Baile do Espadim 2007
Orientação quanto ao traje para o evento

TRAJE
Passeio Completo*

CAVALHEIROS
O terno, em cor escura, com gravata e com sapatos sociais.

DAMAS
Traje compatível com o do cavalheiro, não devendo usar roupas esportivas ou em tecido jeans.

Exemplo

(TRAJES NÃO PERMITIDOS)

MULTICOLOR
FORMATURAS & EVENTOS
PARA: (14) 3489-0864 - TUPA - SP
www.multicolor.com.br

* Portaria Nº 522, de 15 Out 2001, do Cmt Ex (Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército)

FIGURA 6 – Folheto explicativo sobre o traje para o Baile do Espadim da Aman.